



C.E.I.M "PEQUENO MUNDO"

Rua: Florêncio Alves de Carvalho, nº 174

Telefone: (35) 3465-4051

Monte São - Minas Gerais



OFÍCIO: 01/23

ASSUNTO: ESCLARECIMENTO (FAZ)

DATA: 03/03/2023

No ano de 2022, foram substituídos os colchonetes da CRECHE, pois a maioria estava sendo usado a muitos anos e alguns já tinha danos em suas capas e espumas; por camas empilháveis garantindo às crianças mais conforto, higiene e segurança na hora do descanso, os antigos colchonetes foram doados por serem bens de consumo, conforme a necessidade de cada um. Alguns para funcionários e a maioria para as pessoas necessitadas da enchente de Socorro. Sem mais para o momento, colocamo-nos à disposição para eventuais esclarecimentos que julgar necessário.

Silmara Tecchio César

Diretora

CEMEI Pequeno Mundo
CNPJ 20.507.209/0001-53
Rua Florêncio Alves de Carvalho, 174
Centro - Monte São - MG - 37580-000



Câmara Municipal de Monte São-MG.

Protocolo Nº 218/2023

Data: 13/03/2023 Hora: 14:25:28

Natureza: Ofício



CEIM TREM DA ALEGRIA

RUA JUSCELINO KUBITSCHKE DE OLIVEIRA, 926 – CENTRO

MONTE SIAO – MG

CEP: 37580-000 TEL: (35) 3465-2317

email: educacaoinfantiltremdaalegria@hotmail.com



RELATÓRIO

Devido a aquisição no ano de 2022 das novas caminhas empilháveis garantindo as crianças mais conforto na hora do descanso, foram feitas doações dos antigos colchonetes, pois os mesmos encontravam-se com as espumas gastas e vários com as capas estragadas. Sem mais para o momento, colocamo-nos à disposição para eventuais esclarecimentos que julgar necessário.

Monte Siao, 03 março 2023.

Atenciosamente,

Betânia da Silva

Betânia da Silva

Diretora Escolar

CEIM TREM DA ALEGRIA



Rua Juscelino Kubitschke
de Oliveira, 926
Centro - Monte Siao - MG

CEMEI CANTINHO DA FELICIDADE

Rua Achiles de Souza Bueno, 405, Monte Sião – MG

E-mail: cantinhodafelicidade2015@gmail.com

Tel. (35) 3465-7108

Ofício n.º 04/2023

Monte Sião, 06 de março de 2023.

Assunto: esclarecimento (faz)

Com meus cordiais cumprimentos venho por meio desta esclarecer que no ano de 2022 foram substituídos os colchonetes por caminhas empilháveis já que vínhamos de uma pandemia e as caminhas eram mais higiênicas. Os colchonetes do CEMEI foram doados para os funcionários do próprio CEMEI e para Escola Coronel Paiva integral de Ouro Fino. Sem mais, para o momento, me coloco a disposição para quaisquer esclarecimentos que se julgue necessário.

Atenciosamente,



Adriana Marciano de G. Moraes

Diretora do CEMEI Cantinho da Felicidade



CEMEI PINGO DE GENTE

Av. das Fontes, 817 – São Simão - Monte Sião – MG

(35) 3465-4871 - Email: cemeipingodegente2015@hotmail.com

Relatório

Ao retornar as aulas presenciais encontramos os colchonetes embolorado, onde alguns já encontrava com a capa rasgada. Durante o ano letivo os colchonetes eram higienizados toda semana, após a pandemia que não foi feito a limpeza os mesmos ficaram sem condição de uso. Foi solicitado a educação e como sugestão as caminhas empilháveis tornando assim mais conforto para o aluno já que a mesma não é diretamente no chão e também mais higiênico.

Os colchonetes usados foram doados parte para o Mosteiro, APAMS e o restante retirado por funcionários.

Sem mais para o momento estou a disposição para qualquer dúvida.

Monte Sião, 03 de Março 2023


Lucivânia Jussara da Costa
Diretora Escolar



FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE GESTÃO, ARTICULAÇÃO E PROJETOS EDUCACIONAIS

MANUAL DE ORIENTAÇÕES TÉCNICAS
VOLUME 07

MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTO ESCOLAR
EDUCAÇÃO INFANTIL



1. INTRODUÇÃO

O presente documento integra uma série de volumes desenvolvidos pela Coordenação de Desenvolvimento de Infraestrutura – CODIN, vinculada à Coordenação Geral de Infraestrutura Educacional – CGEST e a Diretoria de Gestão, Articulação e Projetos Educacionais – DIGAP, com o intuito de instruir Estados e municípios interessados em renovar e padronizar o mobiliário e equipamento escolar de suas redes de educação básica quanto às ações apoiadas pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE.

O manual é o resultado da revisão e compilação do manual de mobiliário e equipamento, especificações técnicas, normas técnicas, cartilhas de recomendações, estudos técnicos e acadêmicos, todos esses, documentos relacionados à especificação de mobiliário e equipamento. Como resultado, buscou-se descrever aqui, de forma clara e objetiva, as principais características dos itens que fazem parte do conjunto especificado para aparelhamento das Escolas de Educação Infantil propiciando a gestores e usuários uma referência rápida e segura.

1.1. OBJETIVOS

Esse manual tem como objetivos:

- Orientar entes federados, bem como indivíduos e instituições interessadas quanto às especificações de mobiliário e equipamento que poderá ser adquirido para o aparelhamento de creches e pré-escolas do Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos da Rede Escolar Pública de Educação Infantil (Proinfância).
- Assegurar o padrão de qualidade adequado para o mobiliário e equipamento que compõem as escolas de ensino infantil.

1.2. ORGANIZAÇÃO

O manual se organiza em quatro partes, abrangendo a lista e especificação do mobiliário e equipamento utilizados nas creches modelo padrão FNDE.

A **primeira parte** apresenta conceitos, recomendações e a lista de mobiliário e equipamento para as creches Tipo 1 e Tipo 2.

A **segunda parte** trata da especificação do mobiliário proposto.

A **terceira parte** trata da especificação do equipamento proposto.



2. CONCEITOS

2.1. CONSIDERAÇÕES GERAIS

A escola é um dos meios pelos quais a criança realiza suas experiências. Planejar esse ambiente para torná-lo educativo depende da qualidade das relações com o mundo material (objetos e mobiliário) e imaterial (concepções) possibilitando à criança um tempo e um espaço para construir e realizar seus objetivos.

Uma proposta pedagógica bem elaborada pressupõe um espaço físico adequado para sua implementação, além da qualidade de materiais, também são importantes as condições de higiene, salubridade, segurança, acesso e localização das instalações.

A qualidade técnica, ergonômica e estética do mobiliário e equipamento deve ser considerada no aparelhamento de unidades da educação infantil que abrigam crianças com até cinco anos de idade.

A qualidade técnica considera a eficiência do produto na execução de suas funções e a facilidade de manutenção e limpeza. A qualidade ergonômica diz respeito à facilidade de manuseio, adaptação antropométrica e compatibilidade de movimento. A qualidade estética leva em conta a combinação de formas, cores, uso de materiais e textura.

A dimensão do mobiliário de creches e de pré-escolas é considerada importante para a segurança, a saúde e o bem-estar das crianças e das pessoas que as atendem no ambiente escolar. A projeção ergonômica dos móveis deve permitir o uso conforme a idade, capacidade física, tamanho, força física, conforto e mobilidade dos estudantes.

Além disso, é importante que o mobiliário permita a modificação dos espaços conforme as necessidades das crianças. Os espaços organizados pelos educadores devem proporcionar descobertas e incentivar a autonomia das crianças, proporcionando um ambiente acolhedor e desafiador que dê a elas a oportunidade de fazer suas escolhas conforme seus interesses e, devem também ser facilitadores de aprendizagens, oferecendo a elas a possibilidade de deslocar-se, criando plenas possibilidades de expressar-se através das diferentes linguagens.

2.2. ERGONOMIA

Ergonomia é a ciência que estuda a interação entre o indivíduo e seu ambiente de trabalho. A nível escolar, podemos considerar que a ergonomia é a perfeita interação do aluno com seu ambiente, especialmente a sala de aula. Por este motivo deve ser oferecido mobiliário que se adapte a criança e sua rotina para que, assim, seja possível evitar danos à saúde, principalmente na idade escolar, que é uma fase de crescimento, pois, de acordo com o avanço dos anos, vai se tornando mais difícil obter resultados em termos de correção postural, devido a definição do crescimento ósseo. Neste sentido para que um mobiliário seja considerado adequado ele deve ser confortável, funcional, agradável, além de

proporcionar uma facilidade de movimentação do corpo, com o mínimo de esforço e ao mesmo tempo possibilitar a criação de ambientes e vivências estimulantes e criativas.

As especificações do mobiliário escolar estão baseadas nos elementos construtivos e dimensionais prescritos nos regulamentos e normas técnicas brasileiras (ABNT, INMETRO e outras). Como exemplo temos a NBR 14006 a qual orienta que existam padrões de tamanhos diferenciados de mesas e cadeiras para cada fase escolar, esta orientação se faz necessário devido ao fato de que dentro de uma sala de aula com alunos da mesma idade, temos níveis de desenvolvimento diferentes entre eles.

2.3. RECOMENDAÇÕES IMPORTANTES

- Quanto à garantia:
 - O fornecedor do produto deve esclarecer no que consiste a garantia, qual seu prazo, o lugar onde deve ser exigida e o que a garantia não cobre.
- Quanto à embalagem:
 - Os produtos devem ser fornecidos dentro de embalagem apropriada de forma que garanta sua proteção e integridade durante o transporte ou armazenamento. No lado externo da embalagem deve constar, com rótulos de fácil leitura: descrição geral do produto, identificação do fabricante e do fornecedor; indicação de tensão (voltagem); e orientações sobre manuseio, transporte e estocagem.
- Quanto ao manual de instruções:
 - Todo produto deve apresentar Manual de Instruções, em português, fixado em local visível e seguro.
 - O manual deve conter orientações para instalação e forma de uso correto, com imagens nítidas e letras legíveis (indicando cada componente, partes e etapas para a instalação);
 - Procedimentos de segurança e possíveis advertências;
 - Recomendações ou procedimentos para regulagem, manutenção e limpeza;
 - Procedimentos para acionamento da garantia e/ou assistência técnica;
 - Relação de Assistência Técnica autorizada em cada estado;
 - Certificado de garantia preenchido (data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo e número da Nota Fiscal).
- Quanto ao processo de fabricação:
 - É indispensável que todo produto atenda às especificações técnicas e recomendações das normas vigentes específicas.
 - Todo acabamento deve ser isento de rebarbas, arestas cortantes ou elementos perfurantes.

- Quando houver, as soldas devem possuir superfície lisa e homogênea, não devendo apresentar pontos cortantes, superfícies ásperas ou escórias.
- Para produtos em aço, as espessuras de chapas devem seguir tolerâncias normativas conforme Normas ABNT.
- Quanto ao processo de compras:
 - Antes do aceite das propostas, podem ser solicitadas as licitantes, cujas ofertas sejam aceitáveis e que tenham cumprido todos os requisitos do edital, amostras dos produtos ofertados, que serão analisadas a fim de verificar a sua compatibilidade com as especificações técnicas exigidas para o objeto da licitação.
- Os materiais dos produtos devem atender aos critérios de proteção, durabilidade, qualidade e conforto. Os itens que não atenderem a estes critérios, apresentarem defeitos ou não atenderem as especificações, devem ser recusados.
- Podem ser solicitados certificados ou relatórios de desempenho dos produtos acreditados pelo Inmetro.
- O recebimento do produto deve ser acompanhado por um responsável, que deve averiguar se a mercadoria entregue segue as especificações exigidas.
- O comprador deve solicitar atestado(s) de capacidade técnica da empresa fornecedora, fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, compatíveis em características e quantidades com o objeto da licitação.

2.4. LISTA DE PRODUTOS ADOTADOS NAS CRECHES PADRÃO FNDE

Tabela 1 – Mobiliário

AMBIENTES	CÓD	DESCRIÇÃO
ADMINISTRATIVOS	M6	mesa de trabalho
	C6	cadeira giratória
	M7	mesa de reunião
	C7	cadeira fixa
	AQ1	arquivo em aço
	AM4	armário em aço - 2 portas/ 4 prateleiras
	SF1	sofá - 2 lugares
	QC	quadro de avisos em metal

4. The fourth part of the document discusses the implications of the findings. It suggests that the results have significant implications for the field of study and may lead to further research in this area.

5. The fifth part of the document concludes the study. It summarizes the main findings and provides a final statement on the importance of the research.

APRENDIZAGEM	PS1	equip. psicomotricidade – degraus e rampas
	PS2	equip. psicomotricidade – piscina de bolinhas
	PS3	equip. psicomotricidade – lombadinha
	PS4	equip. psicomotricidade – túnel sanfonado
	CJC-01	conj. coletivo 1 - 1 mesa + 4 cadeiras
	CJA-01	conj. aluno 1 - 1 mesa + 1 cadeira
	CJA-03	conj. aluno 3 - 1 mesa + 1 cadeira
	CJP-01	conj. Professor - 1 mesa + 1 cadeira
	AMB	armário baixo - 2 portas
	ESB	estante baixa - 2 prateleiras
	TA1	tatame em eva (placas)
	QM	quadro mural em feltro
	QB1	quadro branco tipo lousa magnético – 1200x2000
	QB2	quadro branco tipo lousa magnético – 1200x3000
REPOUSO	BÇ1	berço
	CO1	colchão para berço
	CE	cama empilhável
HIGIENE	CO2	colchonete para trocador
ALIMENTAÇÃO / ATENÇÃO	PO	poltrona amamentação
	C1	cadeira de alimentação
	CJR-01	conjunto refeitório 1 - 1 mesa + 4 cadeiras
	CJR-03	conjunto refeitório 3 - 1 mesa + 4 cadeiras
SERVIÇOS	M8	mesa para refeição
	C8	cadeira fixa

	AM1	armário em aço - 16 portas
BRINCAR	BA	Balanço - 4 lugares
	CR	gira gira carrossel
	CS	casa de bonecas
	EG	escorregador grande
	EP	escorregador pequeno
	GA	gangorra dupla
	TL	túnel lúdico
	GO	conjunto de gols desmontável
	PG	playground

Tabela 2 – Equipamento

AMBIENTES	CÓD	DESCRIÇÃO
SERVIÇOS	RF1	geladeira vertical industrial 4 portas
	RF2	geladeira linha branca frostfree 410l
	RF3	geladeira linha branca frostfree 300l
	FZ	freezer vertical comercial 450l
	FG1	fogão comercial 6 queimadores com 2 fornos
	FG2	fogão comercial 6 queimadores com 1 forno
	FG3	fogão linha branca 4 queimadores
	MI	microondas linha branca 30l
	ES	esterilizador de mamadeiras para microondas
	LQ1	liquidificador industrial 15l
	LQ2	liquidificador comercial 8l
	LQ3	liquidificador comercial 4l

	EP	espremedor comercial de frutas cítricas
	BL1	balança digital 30 kg
	BL2	balança plataforma 150 kg
	BT1	batedeira planetária 12l
	MT	multiprocessador de alimentos
	CT	centrífuga de frutas
	MX	mixer de alimentos
	CF	cafeteira
	MQ	lavadora de roupas linha branca 11kg
	SC	secadora de roupas linha branca 10kg
	FR	ferro elétrico
DEMAIS AMBIENTES	CL	carro coletor de lixo 120l
	LX1	conjunto lixeira coleta seletiva
	LX2	lixeira com pedal 50l
	PR	purificador de água
	BB	bebedouro elétrico acessível
	BB2	bebedouro industrial 25l
	AR1	aparelho de ar condicionado split 30.000 btu's
	AR2	aparelho de ar condicionado split 22.000 btu's
	AR3	aparelho de ar condicionado split 9.000 btu's
	TV	televisor 32"
	DVD	aparelho de DVD
	MS	aparelho de som tipo microsystem
	VP	ventilador de parede

DESCRIÇÃO

- Colchão infantil em espuma flexível de poliuretano.

Figura 24: colchão para berço



Imagem ilustrativa

LOCAL

- Creche I.

DIMENSÕES E TOLERÂNCIAS

- Altura: 120 mm - 5 mm +15 mm;
- Largura e comprimento: devem ser tais que o espaço entre o colchão e as laterais, e, entre o colchão e as cabeceiras, não exceda a 30 mm.

CARACTERÍSTICAS

- Espuma de poliuretano flexível com densidade D18, integral (tipo "simples"), revestido em uma das faces e nas laterais em tecido Jacquard, costurado em matelassê (acolchoado), com fechamento perimetral tipo viés, e com acabamento da outra face do colchão plastificado.
- Tratamento antialérgico e antiácaro nos tecidos.

GARANTIA

- Mínima de um ano a partir da data de entrega, contra defeitos de fabricação.

DESCRIÇÃO

- Caminha empilhável para crianças de 1 a 5 anos. Leve, lavável, montada através de encaixe, sem velcro e parafusos.

Figura 25: cama empilhável



Imagem ilustrativa

LOCAL

- Creches II e III.

DIMENSÕES E TOLERÂNCIAS

- Altura: 110 mm + 50 mm;
- Largura: 550 mm +/- 50 mm;
- Comprimento: 1350 mm +/- 50 mm.

CARACTERÍSTICAS

- Selo do INMETRO;
- Permite empilhamento.
- Suporta até 50 kg;
- Pés e cabeceira em polipropileno virgem (PP não reciclado) que permitam higienização total com água. Ponteiras dos pés em borracha antiderrapante.
- Estrutura lateral em barras de alumínio de liga 6063 com espessura de 1,59mm, resistente à corrosão, inclusive por tensão, umidade e salinidade.
- Tela vazada em tecido 100% poliéster lavável, com tratamento antialérgico, antifungo, antiácaro, antibacteriano, antichama, anti-UV, antioxidante e isento de ftalatos. Acabamento soldado uniformemente resistente à tração manual.

GARANTIA

- Mínima de um ano a partir da data de entrega, contra defeitos de fabricação.

Utilização dos recursos pelos Estados, Distrito Federal e Municípios

A responsabilidade pela efetiva aplicação dos recursos que compõem os Fundos, somados à complementação da União, quando houver, é dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Obrigatoriamente, essa utilização deve ocorrer no mesmo exercício financeiro em que os valores forem creditados e em ações consideradas de manutenção e de desenvolvimento do ensino (ver MDE na seção 2.1.2) para a educação básica pública, contemplando a ação redistributiva em relação às suas escolas.

São despesas relacionadas à aquisição de máquinas, equipamentos, realização de obras, aquisição de participações acionárias de empresas, aquisição de imóveis, concessão de empréstimos para investimento. Normalmente, uma despesa de capital concorre para a formação de um bem de capital, assim como para a expansão das atividades do órgão.

Ainda, a aplicação pelos Estados e Municípios poderá se dar sem fazer distinção entre as etapas, modalidades e tipos de estabelecimento de ensino da educação básica¹, mas observados os âmbitos de atuação prioritária². Outros critérios a serem observados na regular utilização dos recursos, são:

- A vinculação mínima de 15% da complementação-VAAT a ser aplicada em **despesas de capital**³ por cada rede de ensino beneficiada;
- A destinação obrigatória de 50% dos recursos globais da complementação-VAAT à educação infantil, após a sua distribuição às redes de ensino (ver item 2.4.2).

No que se refere ao planejamento financeiro dos Estados e Municípios, a Lei do Novo Fundeb permite a aplicação de até 10% dos recursos do Fundo, incluindo a complementação da União, nos quatro primeiros meses do ano imediatamente subsequente, mediante a abertura de crédito adicional, observado o seguinte cronograma do Tesouro Nacional:

- Pagamentos mensais de, no mínimo, 5% da complementação anual até o último dia útil de cada mês;
- Assegurados os repasses de, no mínimo:
 - d) 45% até 31 de julho;
 - e) 85% até 31 de dezembro; e
 - f) 100% até 31 de janeiro do ano seguinte.

1 Sobre etapas e modalidades de ensino, ver o Quadro "Segmentos de Educação Básica" na seção 2.2.

2 Sobre os âmbitos de atuação prioritária, ver seção 2.1 deste Manual.

3 Para saber mais sobre as despesas de capital, acesse o link: <http://plataformamaisbrasil.gov.br/ajuda/glossario/despesa--de-capital#:~:text=Despesas%20relacionadas%20com%20aquisi%C3%A7%C3%A3o%20de,concess%C3%A3o%20de%20empr%C3%A9stimos%20para%20investimento>.

Cronograma mensal de pagamentos da União

Até o último dia útil de cada mês: No mínimo 5%;

Até 31 de julho: No mínimo 45%;

Até 31 de dezembro: 85%; e

Até 31 de janeiro do ano seguinte: 100%.

Descrição das Ações de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE)

À luz do art. 70 da Lei nº 9.394/1996, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, são despesas que visam alcançar os objetivos básicos das instituições educacionais de todos os níveis. São exemplos listados pela norma as ações voltadas:

À remuneração e ao aperfeiçoamento do pessoal docente e demais profissionais da educação:

- Habilitação de **professores leigos**;

- Capacitação dos profissionais da educação (magistério e outros servidores em exercício na educação básica), por meio de programas de formação continuada;

É um termo que se referia aos antigos professores sem qualificação pedagógica. Para acabar com a figura do professor leigo, o Ministério da Educação (MEC) criou, em 1999, o Proformação (Programa de Formação de Professores em Exercício), que se constitui num curso de nível médio, com habilitação em magistério, na modalidade de educação à distância.

Segundo dados do MEC, o Proformação conseguiu diminuir o número de professores leigos no Brasil para 45 mil, em 2001.

Para maiores informações, acesse: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/manoprec.pdf>

Atenção! O Novo Fundeb prevê expressamente que os planos de carreira dos profissionais do magistério devem contemplar a capacitação profissional dos seus membros, em especial aquela direcionada à formação continuada.

À aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações e equipamentos necessários ao ensino:

- Aquisição de imóveis já construídos ou de terrenos para construção de prédios, destinados a escolas ou órgãos do sistema de ensino;

- Ampliação, conclusão e construção de prédios, poços, muros e quadras de esportes nas escolas e outras instalações físicas de uso exclusivo do sistema de ensino;

- Aquisição de mobiliário e equipamentos voltados para o atendimento exclusivo das necessidades do sistema da educação básica pública (ex.: carteiras e cadeiras, mesas, armários, mimeógrafos, retroprojetores, computadores, televisores, antenas, etc.);

- Manutenção dos equipamentos existentes (ex.: máquinas, móveis, equipamentos eletroeletrônicos, etc.), seja mediante aquisição de produtos/serviços necessários ao funcionamento desses equipamentos (ex.: tintas, graxas, óleos, energia elétrica, etc.), seja mediante a realização de consertos diversos (ex.: reparos, recuperações, reformas, reposição de peças, revisões, etc.);

- Reforma, total ou parcial, de instalações físicas (ex.: rede elétrica, hidráulica, estrutura interna, pintura, cobertura, pisos, muros, grades etc.) do sistema da educação básica.

Uso e manutenção de bens e serviços vinculados ao ensino:

- Aluguel de imóveis e de equipamentos;
- Manutenção de bens e equipamentos (incluindo a realização de consertos ou reparos);
- Conservação das instalações físicas do sistema de ensino prioritário dos respectivos entes federados;
- Despesas com serviços de energia elétrica, água e esgoto, serviços de comunicação, etc.

Levantamentos estatísticos, estudos e pesquisas visando precipuamente ao aprimoramento da qualidade e à expansão do ensino:

- Levantamentos estatísticos (relacionados ao sistema de ensino), objetivando o aprimoramento da qualidade e a expansão do atendimento no ensino prioritário dos respectivos entes federados;
- Organização de banco de dados, realização de estudos e pesquisas que visam à elaboração de programas, planos e projetos voltados ao ensino prioritário dos respectivos entes federados.

Realização de atividades-meio necessárias ao funcionamento dos sistemas de ensino:

- Despesas inerentes ao custeio das diversas atividades relacionadas ao adequado funcionamento da educação básica, dentre as quais pode-se destacar: serviços diversos (ex.: de vigilância, de limpeza e conservação, dentre outros), aquisição do material de consumo utilizado nas escolas e demais órgãos do sistema de ensino (ex.: papel, lápis, canetas, grampos, colas, fitas adesivas, giz, cartolinas, água, produtos de higiene e limpeza, tintas etc.).

Concessão de bolsas de estudo a alunos de escolas públicas e privadas.

Atenção! Embora essa hipótese esteja prevista expressamente na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (ocorrência comum no ensino superior), ela NÃO poderá ocorrer com recursos do Fundeb, uma vez que esses são vinculados exclusivamente à educação básica pública.

Além disso, é importante saber que a educação pública é obrigação de todos e por isso não se pode falar em falta de vaga em escolas públicas no ensino básico.

Amortização e custeio de operações de crédito destinadas a atender ao disposto nos incisos deste artigo:

- Quitação de empréstimos (principal e encargos) destinados a investimentos em educação (ex.: financiamento para construção de escola).

Aquisição de material didático-escolar e manutenção de programas de transporte escolar:

- Aquisição de materiais didático-escolares diversos, destinados a apoiar o trabalho pedagógico na escola (ex.: material desportivo utilizado nas aulas de educação física, acervo da biblioteca da escola - livros, atlas, dicionários, periódicos, etc.; lápis, borrachas, canetas, cadernos, cartolinas, colas, etc.);
- Aquisição de veículos escolares apropriados ao transporte de alunos da educação básica da zona rural.

Atenção! Esses veículos devem ser equipados e identificados como de uso específico nesse tipo de transporte, em observância ao disposto no Código Nacional de Trânsito (Lei nº 9.503/1997).

Os tipos de veículos destinados ao transporte de alunos, desde que apropriados ao transporte de pessoas, devem:

- a) Reunir adequadas condições de utilização;
- b) Estar licenciados pelos competentes órgãos encarregados da fiscalização; e
- c) Dispor de todos os equipamentos obrigatórios, principalmente no que tange aos itens de segurança.

Podem ser adotados modelos e marcas diferenciadas de veículos, em função da quantidade de pessoas a serem transportadas, das condições das vias de tráfego, dentre outras, podendo, inclusive, ser adotados veículos de transporte hidroviário.

- Manutenção desses veículos, com combustíveis, óleos lubrificantes, consertos, revisões, reposição de peças, serviços mecânicos etc.

- Locação de veículos para transporte de alunos da zona rural, desde que essa solução se mostre mais econômica e o(s) veículo(s) a ser(em) locado(s) reúna(m) as condições necessárias a esse tipo de transporte, de forma idêntica às exigências a serem observadas em relação aos veículos próprios.

NÃO é ação MDE

Por outro lado, segundo o art. 71 da Lei nº 9.394/1996, não são consideradas as despesas realizadas com:

Pesquisa, quando não vinculada às instituições de ensino, ou, quando efetivada fora dos sistemas de ensino, que não vise, precisamente, ao aprimoramento de sua qualidade ou à sua expansão;

- Pesquisas político/eleitorais ou destinadas a medir a popularidade dos governantes, ou, ainda, de integrantes da administração;

- Pesquisa com finalidade promocional ou de publicidade da administração ou de seus integrantes.

Subvenção a instituições públicas ou privadas de caráter assistencial, desportivo ou cultural;

- Transferências de recursos a outras instituições para aplicação em ações de caráter puramente assistenciais, desportivos ou culturais, desvinculadas do ensino, tais como distribuição de cestas básicas, financiamento de clubes ou campeonatos esportivos, manutenção de festividades típicas/folclóricas do Município.

Formação de quadros especiais para a administração pública, sejam militares ou civis, inclusive diplomáticos;

- Gastos com cursos para formação/especialização/atualização de profissionais/integrantes da administração que não atuem nem executem atividades voltadas diretamente para o ensino.

Programas suplementares de alimentação, assistência médico-odontológica, farmacêutica e psicológica, e outras formas de assistência social;

- Alimentação escolar (mantimentos);

- Pagamento de tratamentos de saúde de quaisquer especialidades, inclusive medicamentos;

- Programas assistenciais aos alunos e seus familiares.



tempo de uso colchão de espuma

[Todas](#) [Shopping](#) [Imagens](#) [Vídeos](#) [Notícias](#) [Mais](#) [Ferramentas](#)

Aproximadamente 950.000 resultados (0,79 segundos)

Tempo de uso do colchão

Alguns têm até menos tempo, como os **colchões de espuma**, que devem ser trocados **entre 5 e 8 anos**. Então, se o seu colchão é de espuma e tem mais de 5 anos, talvez tenha chegado a hora de trocar ele, viu? E se ele for de molas e tiver mais de 7 anos, também pode ser o momento de comprar um novo!



magazineluiza.com.br

<https://www.magazineluiza.com.br/portaldalu/colcha...>

Colchão: quando trocar? - Lu Explica - Magazine Luiza

[Sobre trechos em destaque](#) • [Feedback](#)

Perguntas relacionadas

[Quanto tempo dura um colchão de espuma d33?](#)[Como saber se o colchão não presta mais?](#)[Quanto tempo devo usar o colchão?](#)[É melhor colchão de mola ou de espuma para a coluna?](#)[Feedback](#)

globo.com

<https://revistacasaejardim.globo.com/noticia/2018/10>

Quanto tempo dura um colchão? - Casa e Jardim | Dicas

1 de out. de 2018 — Os colchões podem durar mais de 10 anos, mas o ideal é que a troca seja feita muito antes. Veja alguns sinais de que está na hora de trocar o ...



probel.com.br

<https://blog.probel.com.br/quanto-tempo-dura-um-c...>

Quanto tempo dura um colchão? Saiba quando trocar o seu!

Duração do colchão de espuma — 2 a 3 anos. Os colchões de espuma normalmente duram de dois a três anos, podendo chegar até cinco nos modelos certificados pelo ...

As pessoas também pesquisaram

quanto tempo dura um colchão de espuma	quanto tempo dura um colchão ortobom
tempo de validade de um colchão	quanto tempo dura um colchão castor
quanto tempo dura um colchão de molas	colchão vencido



dicasdemulher.com.br

<https://www.dicasdemulher.com.br/quando-trocar-co...>

10 sinais de que chegou a hora de trocar o seu colchão

Em geral, os fabricantes recomendam que os colchões de espuma sejam trocados a cada 5 anos, e os de mola, a cada 10. Se esse tempo já passou e você sente que ...

felizacordar.com.br

<https://felizacordar.com.br/quanto-tempo-dura-um-c...>

Quanto tempo dura um colchão? Veja se é a hora de trocar

18 de mai. de 2022 — Quanto tempo dura um colchão? O colchão tem validade entre 5 e 8 anos, porém se for malcuidado esses números diminuem ainda mais – mesmo que ...

**Relação de materiais de CONSUMO E PERMANENTE,
(conforme Portaria Nº 448, de 13 de setembro de 2002.)**

MATERIAL DE CONSUMO

MATERIAL EDUCATIVO E ESPORTIVO

apitos, bolas, brinquedos educativos, cordas, esteiras, joelheiras, luvas, raquetes, redes para prática de esportes, tornozeleiras e afins.

MATERIAL DE EXPEDIENTE

agenda, alfinete de aço, almofada para carimbos, apagador, apontador de lápis, arquivo para disquete, bandeja para papéis, bloco para rascunho bobina papel para calculadoras, borracha, caderno, caneta, capa e processo, carimbos em geral, cartolina, classificador, clipe cola, colchete, corretivo, envelope, espátula, estêncil, estilete, extrator de grampos, fita adesiva, fita para máquina de escrever e calcular, giz, goma elástica, grafite, grampeador, grampos, guia para arquivo, guia de endereçamento postal, impressos e formulário em geral, intercalador para fichário, lacre, lápis, lapiseira, limpa tipos, livros de ata, de ponto e de protocolo, papéis, pastas em geral, percevejo, perfurador, pinça, placas de acrílico, plásticos, porta-lápis, registrador, régua, selos para correspondência, tesoura, tintas, toner, transparências e afins.

MATERIAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS

cartuchos de tinta, capas plásticas protetoras para micros e impressoras, CD-ROM virgem, disquetes, mouse PAD peças e acessórios para computadores e periféricos, recarga de cartuchos de tinta, toner para impressora laser, cartões magnéticos e afins.

MATERIAL DE ACONDICIONAMENTO E EMBALAGEM

arame, barbante, caixas plásticas, de madeira, papelão cordas, engradados, fitas de aço ou metálicas, fitas gomadoras, garrafas e potes, linha, papel de embrulho, papelão, sacolas, sacos e afins.

MATERIAL DE CAMA, MESA E BANHO

cobertores, colchas, colchonetes, fronhas, lençóis, toalhas, travesseiros, almofadas e afins.

MATERIAL DE COPA E COZINHA

abridor de garrafa, açucareiros, artigos de vidro e plástico, bandejas, coadores, colheres, copos, facas, farinheiras frigideiras, garfos, garrafas térmicas, paliteiros, panelas, panos de cozinha, papel alumínio, pratos, recipientes para água, suportes de copos para cafezinho, tigelas, xícaras e afins.

MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUÇÃO DE HIGIENIZAÇÃO

capacho, cesto para lixo, creme dental, desinfetante, escova de dente, mangueira, papel higiênico, sabonete, álcool gel 70%, repelente, protetor solar e afins.

MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS

amianto, aparelhos sanitários, arames liso e farpado, areia, basculante, boca de lobo, bóia, brita, brocha, cabo metálico, cal, cano, cerâmica, cimento, cola, condutores de fios, conexões, curvas, esquadrias, fechaduras, ferro, gaxetas, grades, impermeabilizantes, isolantes acústicos e térmicos, janelas, joelhos, ladrilhos, lavatórios, lixas, madeira, marcos de concreto, massa corrida, niple, papel de parede, parafusos, pias, pigmentos, portas e portais, pregos, rolos solventes, sifão, tacos, tampa para vaso, tampão de ferro, tanque, tela de estuque, telha, tijolo, tinta, torneira, trincha, tubo de concreto, válvulas, verniz, vidro e afins.

MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS MÓVEIS

cabos, chaves, cilindros para máquinas copiadoras, compressor para ar condicionado, mangueira para fogão margaridas, peças de reposição de aparelhos e máquinas em geral, materiais de reposição para instrumentos musicais e afins.

MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO

benjamins, bocais, calhas, capacitores e resistores, chaves de ligação, circuitos eletrônicos, condutores, componentes de aparelho eletrônico, diodos, disjuntores, eletrodos, eliminador de pilhas, espelhos para interruptores, fios e cabos, fita isolante, fusíveis, interruptores, lâmpadas e luminárias, pilhas e baterias, pinos e plugs, placas de baquelite, reatores, receptáculos, resistências, starts, suportes, tomada de corrente, controle p/portão eletrônico. Controle p/ TV e DVD, e afins.

MATERIAL DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA

cadeados, capacetes, chaves, cintos, coletes, dedais, guarda-chuvas, lona, luvas, mangueira de lona, máscaras, recargas de extintores e afins.

MATERIAL PARA ÁUDIO, VÍDEO E FOTO

álbuns para retratos, alto-falantes, antenas internas, filmes virgens, fitas virgens de áudio e vídeo, lâmpadas especiais, molduras, pen drive e afins.

SEMENTES, MUDAS DE PLANTAS E INSUMOS

adubos, argila, plantas ornamentais, bulbos, enxertos, fertilizantes, mudas envasadas ou com raízes nuas, sementes, terra, tubérculos e afins.

MATERIAL LABORATORIAL

bastões, bico de gás, cálices, corantes, filtros de papel, fixadoras, frascos, funis, garra metálica, lâminas de vidro para microscópio, lâmpadas especiais, luvas de borracha, pinças, rolhas, vidraria, tais como: balão volumétrico, Becker, conta-gotas, Erlemeyer, pipeta, proveta, termômetro, tubo de ensaio e afins.

MATERIAL HOSPITALAR

algodão, compressa de gaze, esparadrapo, luvas, termômetro clínico, ataduras e afins.

FERRAMENTAS

alicate, broca, caixa para ferramentas, chaves em geral, enxada, espátulas, martelo, pá, picareta, , serrote, tesoura de podar, trena e afins.

MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE EQUIPAMENTOS

Serviços de reparos e consertos de máquinas e equipamentos de processamento de dados e periféricos, máquinas e equipamentos gráficos, aparelhos de fax, calculadoras, eletrodomésticos, máquinas de escrever e afins.

MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS IMÓVEIS

pedreiro, carpinteiro e serralheiro, pintura, reparos em instalações elétricas e hidráulicas, reparos, recuperações e adaptações de biombos, carpetes, divisórias e lambris e afins.

MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS

aparelhos de fax e telex, calculadoras, eletrodomésticos, equipamentos de proteção e segurança, equipamentos gráficos, máquinas de escrever, turbinas e afins.

SERVIÇOS DE ÁUDIO, VÍDEO E FOTO

confeção de álbuns, emolduramento de fotografias, revelação de filmes e afins.

SERVIÇOS GRÁFICOS

confeção de impressos em geral, encadernação de livros jornais e revistas, impressão de jornais, boletins, encartes, folder e assemelhados e afins.

MATERIAL PERMANENTE

APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO

antena parabólica, aparelho de telefonia, bloqueador telefônico, central telefônica, detector de chamadas telefônicas, fac-símile, interfone, PABX, rádio receptor, , secretaria eletrônica e afins.

APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS

aparelhos de copa e cozinha, aspirador de pó, batedeira, botijão de gás, cafeteira elétrica, chuveiro ou ducha elétrica, circulador de ar, condicionador de ar (móvel), conjunto de chá/café/jantar, escada portátil, enceradeira, exaustor, aquecedor, filtro de água, fogão, forno de microondas, geladeira, grill, liquidificador, máquina de lavar louça, máquina de lavar roupa, máquina de moer café, máquina de secar pratos, secador de prato, tábua de passar roupas, torneira elétrica, torradeira elétrica, umidificador de ar e afins.

COLEÇÕES E MATERIAIS BIBLIOGRÁFICOS

álbum de caráter educativo, coleções e materiais bibliográficos informatizados, dicionários, enciclopédia, ficha bibliográfica, jornal e revista (que constitua documentário), livro, mapa, material folclórico, partitura musical, publicações e documentos especializados destinados a bibliotecas, repertório legislativo e afins.

DISCOTECAS E FILMOTECAS

disco educativo, fita de áudio e vídeo com aula de caráter educativo, microfilme e afins.

EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO, SEGURANÇA E SOCORRO

alarme, extintor de incêndio, pára-raio, sinalizador de garagem, porta giratória, circuito interno de televisão e afins.

INSTRUMENTOS MUSICAIS E ARTÍSTICOS

todos os instrumentos de cordas, sopro ou percussão, como também outros instrumentos utilizados pelos artistas em geral. clarinete, guitarra, pistão, saxofone, trombone, xilofone e afins.

MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS GRÁFICOS

aparelho para encadernação, copiadora, cortadeira elétrica, costuradora de papel, duplicadora, grampeadeira, gravadora de extenso, guilhotina e afins.

EQUIPAMENTOS PARA ÁUDIO, VÍDEO E FOTO

amplificador de som, caixa acústica, data show, equalizador de som, filmadora, flash eletrônico, fone de ouvido, gravador de som, máquina fotográfica, microfilmadora, microfone, objetiva, projetor, rádio, rebobinadora, retro-projetor, sintonizador de som, tanques para revelação de filmes, tape-deck, televisor, tela para projeção, toca-discos, vídeo-cassete e afins.

MÁQUINAS, UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS

aparador de grama, aparelho de ar condicionado, bebedouro – carrinho de feira, furadeira, ventilador e afins.

EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS

caneta óptica, computador, data show – fitas e discos magnéticos, impressora, kit multimídia, leitora, mesa digitalizadora, modem, monitor de vídeo, placas, processador, scanner, teclado para micro e afins.

MÁQUINAS, INSTALAÇÕES E UTENS. DE ESCRITÓRIO

apontador fixo (de mesa), caixa registradora, carimbo digitador de metal, globo terrestre, grampeador (exceto de mesa), máquina autenticadora, máquina de calcular, quebra-luz (luminária de mesa) e afins.

MOBILIÁRIO EM GERAL

armário, arquivo de aço ou madeira, balcão (tipo atendimento), banco, banqueta, base para mastro, cadeira, cama, carrinho fichário, carteira e banco escolar, cristaleira, escrivaninha, espelho moldurado, estante de madeira ou aço, estofado, guarda-louça, mapoteca, mesa, poltrona, porta-chapêus, prancheta para desenho, quadro de chaves, quadro imantado, quadro para editais e avisos, relógio de mesa/parede/ponto, roupeiro, sofá, suporte para tv e vídeo, suporte para bandeira (mastro), vitrine e afins.

PEÇAS NÃO INCORPORÁVEIS A IMÓVEIS

biombos, carpetes (primeira instalação), cortinas, divisórias removíveis, estrados, persianas, tapetes, grades e afins.



MUNICÍPIO DE MONTE SIAO

RUA MAURÍCIO ZUCATO, 111 - CENTRO

CNPJ: 22646525/0001-31

MONTE SIAO

EMPENHO / LIQUIDAÇÃO
2885 / 1

NOTA DE LIQUIDAÇÃO:

LIQUIDAÇÃO Nº 1 FICHA: 312 DATA: 13/07/2022 VENCIMENTO: 08/08/2022

Fornecedor: DRA SOLUCAO COMERCIAL EM EDUCACAO LTDA.

Doc: 33.670.278/0001-25

Cód: 54243

Endereço: AV JAIME RIBEIRO DA LUZ

Cidade: UBERLANDIA

Informações Bancárias Para Pagamento: Banco: Agência: Conta: Valor Total

CÓDIGO DE APLICAÇÃO: 01 019 FUNDEB 30%
DETALHAMENTO: 000 FUNDEB 30%

Histórico:
Pedido gerado a partir do resultado da Licitação de Registro de Preços: 000090/22 - Ano Mod.: 2022 -
Modalidade: ADESÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Carona - Nº Mod.: 29 - Mod. Formatada: 29 -
ADESÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 11/2021, PREGÃO PRESENCIAL 09/2021, DO CISPAP -
AQUISIÇÃO DE CAMINHA EMPILHÁVEL PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS CRECHES
MUNICIPAIS, EM ATENDIMENTO A LEGISLAÇÃO FEDERAL DO FNDE PARA A DIRETORIA DE
SOMA 176.120,00

Código: Classificação da Despesa Empenhada:

07 DEPTO DE EDUCAÇÃO E ESPORTES
01 FUNDO DE MANUT E DESENV DA EDUCACAO BASICA FUNDEB
4.4.90.52.24 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
12.365.0019.1218.0000 AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE

Valor do Empenho:	Liquidado Até a Data:	Valor Desta Liquidação:	Saldo a Liquidar:
176.120,00	176.120,00	176.120,00	0,00

VALOR A SER PAGO R\$ 176.120,00

cento e setenta e seis mil, cento e vinte reais

Descontos:

Descontos:	TOTAL DE DESCONTOS
	0,00

LIQUIDAÇÃO:

Atesto a liquidação desta despesa
(Artigo 63 da Lei Federal 4.320/64)

Data: 13/07/2022

ISABELE DE MELO
RESPONSÁVEL PELA LIQUIDAÇÃO

ORDEM DE PAGAMENTO:

Autorizo o pagamento desta despesa
(Artigo 64 da Lei Federal 4.320/64)

Data: 13/07/2022

MICHELE BASAGLIA
DIRETORA DE EDUCAÇÃO E ESPORTE

Recebi o valor desta despesa, da qual dou plena quitação:

cento e setenta e seis mil, cento e vinte reais

Data: 03/08/22

NOME:

CNPJ/CPF:

BANCO	CONTA	CHEQUE	VALOR	Ordem de Pagamento Nº:
BB	19952-4	05		3411

Preparado por: Monize Kendica Bueno da Silva

303.000,00



MUNICÍPIO DE MONTE SIÃO
RUA MAURÍCIO ZUCATO
CNPJ : 22.646.525/0001-31

Requisição de Entrada

Página 1

Requisição: 007668/22 Data Req: 22/06/2022 Data Entrada: 12/07/2022 Data Saída: Executado Por: Isabele de Melo

Doc.: 000000000165

Fornecedor: DRA SOLUCAO COMERCIAL EM EDUCACAO LTDA.

COD: 54243

Endereço: AV JAIME RIBEIRO DA LUZ
UBERLANDIA

Nº: 971

CNPJ: 33.670.278/0001-25

Cod Prod	Descrição		Unid	Quant	\$ Unit	Centro de Custo	Valor
014.001.450	CAMINHA EMPILHÁVEL	CRESCER	UN	518	340,00	ALMOXARIFADO DA EDUCACAO	176.120,00
TOTAL REQUISIÇÃO				518,00			176.120,00

Licitação: 000090/22

Empenho(s): 2885

Obs.:

Isabele de Melo

**DRA SOLUCAO COMERCIAL
EM EDUCACAO LTDA**

AV JAIME RIBEIRO DA LUZ, 971 - SALA 52 BOX 48 - SANTA
MONICA, Uberlândia, MG - CEP: 38408188 - Fone/Fax:
34998849199

Documento Auxiliar da Nota
Fiscal Eletrônica

0 - Entrada
1 - Salda

1

Nº 000.000.165

SÉRIE: 1

Página 1 de 1



CHAVE DE ACESSO

3122 0733 6702 7800 0125 5500 1000 0001 6510 0062 0604

Consulta de autenticidade no portal nacional da
NF-e www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site
da Sefaz Autorizadora

PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO

131224802550465 - 01/07/2022 17:07

NATUREZA DA OPERAÇÃO

Venda de Mercadorias

INSCRIÇÃO ESTADUAL

0034493040025

INSCRIÇÃO ESTADUAL DO SUBST. TRIB.

CNPJ / CPF

33.670.278/0001-25

DESTINATÁRIO/REMETENTE

NOME/RAZÃO SOCIAL

MUNICIPIO DE MONTE SIAO

CNPJ/CPF

22.646.525/0001-31

DATA DA EMISSÃO

01/07/2022

ENDEREÇO

RUA MAURICIO ZUCATO, 111 -

BAIRRO/DISTRITO

CENTRO

CEP

37580-000

DATA DE ENTRADA/SAÍDA

01/07/2022

MUNICÍPIO

Monte Siao

FONE/FAX

UF

MG

INSCRIÇÃO ESTADUAL

HORA DE ENTRADA/SAÍDA

16:50

FATURA

CÁLCULO DO IMPOSTO

BASE DE CÁLCULO DO ICMS

176.120,00

VALOR DO ICMS

31.701,60

BASE DE CÁLCULO DO ICMS ST

0,00

VALOR DO ICMS ST

0,00

VALOR TOTAL DOS PRODUTOS

176.120,00

VALOR DO FRETE

0,00

VALOR DO SEGURO

0,00

DESCONTO

0,00

OUTRAS DESPESAS ACESSÓRIAS

0,00

VALOR DO IPI

0,00

VALOR TOTAL DA NOTA

176.120,00

TRANSPORTADOR/VOLUMES TRANSPORTADOS

RAZÃO SOCIAL

FRETE POR CONTA

3-Remetente Próprio

CÓDIGO ANTT

PLACA DO VEÍCULO

UF

CNPJ/CPF

ENDEREÇO

MUNICÍPIO

UF

INSCRIÇÃO ESTADUAL

QUANTIDADE

ESPÉCIE

MARCA

NUMERAÇÃO

PESO BRUTO

PESO LÍQUIDO

DADOS DO PRODUTO/SERVIÇO

CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO	NCM/SH	CST	CFOP	UNID.	QTD.	VLR. UNIT.	VLR. TOTAL	BC ICMS	VLR. ICMS	VLR. IPI	ALIQ. ICMS	ALIQ. IPI
97	CAMINHA EMPILHÁVEL	94037000	000	5102	UN	518,0000	340,0000	176.120,00	176.120,00	31.701,60		18,00	

Declaramos que o material ou serviços constantes deste
documento foi recebido em condições satisfatórias
para o serviço público.

Local: M. Siao Data: 08/07/22

Caio Cesar Alves Garcia 107.853.307-90
Nome e Assinatura RG
Mauricio M Cardoso 071.127.526-20
Nome e Assinatura RG

CÁLCULO DO ISSQN

INSCRIÇÃO MUNICIPAL	VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS	BASE DE CÁLCULO DO ISSQN	VALOR DO ISSQN
49447900			

DADOS ADICIONAIS

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	RESERVADO AO FISCO
Informações Adicionais de Interesse do Fisco: DADOS BANCÁRIOS PARA PAGAMENTO: BANCO BRADESCO: AGENCIA: 3467 - CONTA CORRENTE: 0026164-5 - PEDIDO: 03629/22 - PROCESSO: 000090/22	

Caso 12/07 Recebido



MUNICÍPIO DE MONTE SIÃO
RUA MAURÍCIO ZUCATO
CNPJ : 22.646.525/0001-31

Página 1

Solicitação de Fornecimento

Ficha: 312
Unidade: 375 ALMOXARIFADO DA EDUCACAO

Pedido 03629/22 Data Pedido 22/06/2022 Digitado Por: Michele Basaglia

Fornecedor: DRA SOLUCAO COMERCIAL EM EDUCACAO LTDA.
Endereço: AV JAIME RIBEIRO DA LUZ Nº: 971
Complemento: SALA 52;BOX 48
UBERLANDIA UF: MG
CEP: 38408-188 TELEFONE: (81) 9698-1961

COD: 54243
CNPJ: 33.670.278/0001-25

Cod Prod	Discr.	Unid	Marca	Quant	\$ Unit	Valor
014.001.450	CAMINHA EMPILHÁVEL	UN	CRESCER	518	340,00	176.120,00
TOTAL PEDIDO						176120,00

Processo: 000090/22 Homologação: 03/06/2022 Contrato: 0140/22 Vigência Contrato: 23/09/2022

Reserva(s): 2077
Pedido Origem: 03229/22
Empenho(s): 2885-GL

Finalidade: Cópia de Licitação: 000090/22 e pedido de compra: 03229/22.

Pedido gerado a partir do resultado da Licitação de Registro de Preços: 000090/22 - Ano Mod.: 2022 - Modalidade: ADESÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Carona - Nº Mod.: 29 - Mod. Formatada: 29 - ADESÃO A TA DE REGISTRO DE PREÇOS 11/2021, PREGÃO PRESENCIAL 09/2021, DO CIPAR - AQUISIÇÃO DE CAMINHA EMPILHÁVEL PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS CRECHES MUNICIPAIS, EM ATENDIMENTO A LEGISLAÇÃO FEDERAL DO FNDE PARA A DIRETORIA DE EDUCAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SIÃO/MG.

MICHELE BASAGLIA

Solicitante

Endereço de Entrega: Diretoria de Educação - Rua Minas Gerais, 417 - Centro



DOC ou TED Eletrônico**Debitado**

Agência 2791-X
Conta corrente 19952-4 MONTE SIAO - FEB

Creditado

Banco 237 BCQ BRADESCO S.A.
Agência (sem DV) 3467 B. SANTA MONICA-U. UBERLANDIA
Conta corrente (com DV) 261645
CNPJ 33.670.278/0001-25
Nome favorecido DRA SOLUCAO COMERCIAL EM EDUCACAO LTDA.
Finalidade CREDITO EM CONTA
Número documento 80.302
Valor 323.000,00
Destinação 0
Data transferência 03/08/2022
"C" - CNPJ diferente
Autenticação SISBB 66E0045BD851C024

Assinada por JC659554 MICHELE BASAGLIA
JB524743 ALTAIR A AUGUSTO

03/08/2022 14:27:37

03/08/2022 14:28:42

Transação efetuada com sucesso.

Transação efetuada com sucesso por: JB524743 ALTAIR A AUGUSTO.

2885-1

2886-1

**MUNICÍPIO DE MONTE SIAO**

RUA MAURÍCIO ZUCATO, 111 - CENTRO

CNPJ: 22646525/0001-31

MONTE SIAO

34.03

EMPENHO / LIQUIDAÇÃO
2886 / 1**NOTA DE LIQUIDAÇÃO:**

LIQUIDAÇÃO Nº 1 FICHA: 321 DATA: 13/07/2022 VENCIMENTO: 08/08/2022

Fornecedor: DRA SOLUCAO COMERCIAL EM EDUCACAO LTDA.

Doc: 33.670.278/0001-25

Cód: 54243

Endereço: AV JAIME RIBEIRO DA LUZ

Cidade: UBERLANDIA

Informações Bancárias Para Pagamento: Banco: Agência: Conta: Valor Total

CÓDIGO DE APLICAÇÃO: 01 019 FUNDEB 30%
DETALHAMENTO: 000 FUNDEB 30%Histórico:
Pedido gerado a partir do resultado da Licitação de Registro de Preços: 000090/22 - Ano Mod.: 2022 -
Modalidade: ADESÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Carona - Nº Mod.: 29 - Mod. Formatada: 29 -
ADESÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 11/2021, PREGÃO PRESENCIAL 09/2021, DO CISPAP -
AQUISIÇÃO DE CAMINHA EMPILHÁVEL PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS CRECHES
MUNICIPAIS, EM ATENDIMENTO A LEGISLAÇÃO FEDERAL DO FNDE PARA A DIRETORIA DE
SOMA: 146.880,00

Código: Classificação da Despesa Empenhada:

07 DEPTO DE EDUCAÇÃO E ESPORTES
01 FUNDO DE MANUT E DESENV DA EDUCACAO BASICA FUNDEB
4.4.90.52.24 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
12.365.0020.1070.0000 AQUISICAO DE MATERIAL PERMANENTEValor do Empenho: Liquidado Até a Data: Valor Desta Liquidação: Saldo a Liquidar:
146.880,00 146.880,00 146.880,00 0,00

VALOR A SER PAGO R\$ 146.880,00

cento e quarenta e seis mil, oitocentos e oitenta reais

Descontos:

TOTAL DE DESCONTOS 0,00

LIQUIDAÇÃO:Atesto a liquidação desta despesa
(Artigo 63 da Lei Federal 4.320/64)

Data: 13/07/2022

ISABELE DE MELO
RESPONSÁVEL PELA LIQUIDAÇÃO**ORDEM DE PAGAMENTO:**Autorizo o pagamento desta despesa
(Artigo 64 da Lei Federal 4.320/64)

Data: 13/07/2022

MICHELE BASAGLIA
DIRETORA DE EDUCAÇÃO E ESPORTE**Recebi o valor desta despesa, da qual dou plena quitação:**

cento e quarenta e seis mil, oitocentos e oitenta reais

Data: 03/08/22

NOME:

CNPJ/CPF:

BANCO CONTA CHEQUE VALOR
BB 19952-4 03
Ordem de Pagamento
Nº: 3200

Preparado por Monize Kendice Bueno da Silva



MUNICÍPIO DE MONTE SIÃO
RUA MAURÍCIO ZUCATO
CNPJ : 22.646.525/0001-31

Requisição de Entrada

Página 1

Requisição: 007669/22 Data Req: 22/06/2022 Data Entrada: 12/07/2022 Data Saída: Executado Por: Isabele de Melo

Doc.: 000000000166

Fornecedor: DRA SOLUCAO COMERCIAL EM EDUCACAO LTDA.

COD: 54243

Endereço: AV JAIME RIBEIRO DA LUZ
UBERLANDIA

Nº: 971

CNPJ: 33.670.278/0001-25

Cod Prod	Descrição		Unid	Quant	\$ Unit	Centro de Custo	Valor
014.001.450	CAMINHA EMPILHÁVEL	CRESC	UN	432	340,00	ALMOXARIFADO DA EDUCACAO	146.880,00
TOTAL REQUISIÇÃO				432,00			146.880,00

Licitação: 000090/22

Empenho(s): 2886

Obs.:


Isabele de Melo

**DRA SOLUCAO COMERCIAL
EM EDUCACAO LTDA**

AV JAIME RIBEIRO DA LUZ, 971 - SALA 52 BOX 48 - SANTA
MONICA, Uberlandia, MG - CEP: 38408188 - Fone/Fax:
34998849199

Documento Auxiliar da Nota
Fiscal Eletrônica

0 - Entrada
1 - Saída

1

Nº 000.000.166

SÉRIE: 1

Página 1 de 1



CHAVE DE ACESSO

3122 0733 6702 7800 0125 5500 1000 0001 6610 0062 0601

Consulta de autenticidade no portal nacional da
NF-e www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site
da Sefaz Autorizadora

NATUREZA DA OPERAÇÃO

Venda de Mercadorias

PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO

131224802564197 - 01/07/2022 17:12

INSCRIÇÃO ESTADUAL

0034493040025

INSCRIÇÃO ESTADUAL DO SUBST. TRIB.

CNPJ / CPF

33.670.278/0001-25

DESTINATÁRIO/REMETENTE

NOME/RAZÃO SOCIAL

MUNICIPIO DE MONTE SIAO

CNPJ/CPF

22.646.525/0001-31

DATA DA EMISSÃO

01/07/2022

ENDEREÇO

RUA MAURICIO ZUCATO, 111 -

BAIRRO/DISTRITO

CENTRO

CEP

37580-000

DATA DE ENTRADA/SAÍDA

01/07/2022

MUNICÍPIO

Monte Siao

FONE/FAX

UF

MG

INSCRIÇÃO ESTADUAL

HORA DE ENTRADA/SAÍDA

17:09

FATURA

CÁLCULO DO IMPOSTO

BASE DE CÁLCULO DO ICMS	VALOR DO ICMS	BASE DE CÁLCULO DO ICMS ST	VALOR DO ICMS ST	VALOR TOTAL DOS PRODUTOS
146.880,00	26.438,40	0,00	0,00	146.880,00
VALOR DO FRETE	VALOR DO SEGURO	DESCONTO	OUTRAS DESPESAS ACESSÓRIAS	VALOR DO IPI
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
				VALOR TOTAL DA NOTA
				146.880,00

TRANSPORTADOR/VOLUMES TRANSPORTADOS

RAZÃO SOCIAL	FRETE POR CONTA	CÓDIGO ANTT	PLACA DO VEÍCULO	UF	CNPJ/CPF
	3-Remetente Próprio				
ENDEREÇO	MUNICÍPIO			UF	INSCRIÇÃO ESTADUAL
QUANTIDADE	ESPÉCIE	MARCA	NUMERAÇÃO	PESO BRUTO	PESO LÍQUIDO

DADOS DO PRODUTO/SERVIÇO

CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO	NCM/SH	CST	CFOP	UNID.	QTD.	VLR. UNIT.	VLR. TOTAL	BC ICMS	VLR. ICMS	VLR. IPI	ALÍQ. ICMS	ALÍQ. IPI
97	CAMINHA EMPILHAVEL	94037000	000	5102	UN	432,0000	340,0000	146.880,00	146.880,00	26.438,40		18,00	

Declaramos que o material ou serviços constantes desta
documento foi recebido em condições satisfatórias
para o serviço público.

Local: Monte Siao Data: 08/07/22

CAIO CESAR ALVES GARCIA 127.853.307-90

Mauricio M Cardoso 071.127.528-20

CÁLCULO DO ISSQN

INSCRIÇÃO MUNICIPAL	VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS	BASE DE CÁLCULO DO ISSQN	VALOR DO ISSQN
49447900			

DADOS ADICIONAIS

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	RESERVADO AO FISCO
Informações Adicionais de Interesse do Fisco: DADOS BANCÁRI OS PARA PAGAMENTO: BANCO BRADESCO: AGENCIA: 3467 - CONTA CO RRENTE: 0026164-5 - PEDIDO: 03631/22 - PROCESSO: 000090/22	

Conto 12/104



MUNICÍPIO DE MONTE SIÃO
RUA MAURÍCIO ZUCATO
CNPJ : 22.646.525/0001-31

Página 1

Solicitação de Fornecimento

Ficha: 321
Unidade: 375 ALMOXARIFADO DA EDUCACAO

Pedido 03631/22 Data Pedido 22/06/2022 Digitado Por: Michele Basaglia

Fornecedor: DRA SOLUCAO COMERCIAL EM EDUCACAO LTDA.
Endereço: AV JAIME RIBEIRO DA LUZ Nº: 971
Complemento: SALA 52;BOX 48
UBERLANDIA UF: MG
CEP: 38408-188 TELEFONE: (81) 9698-1961

COD: 54243
CNPJ: 33.670.278/0001-25

Cod Prod	Discr.	Unid	Marca	Quant	\$ Unit	Valor
014.001.450	CAMINHA EMPILHÁVEL	UN	CRESCER	432	340,00	146.880,00
TOTAL PEDIDO						146880,00

Processo: 000090/22 Homologação: 03/06/2022 Contrato: 0140/22 Vigência Contrato: 23/09/2022

Reserva(s): 2078
Pedido Origem: 03231/22
Empenho(s): 2886-GL

Finalidade: Cópia de Licitação: 000090/22 e pedido de compra: 03231/22.

Pedido gerado a partir do resultado da Licitação de Registro de Preços: 000090/22 - Ano Mod.: 2022 - Modalidade: ADESÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Carona - Nº Mod.: 29 - Mod. Formatada: 29 - ADESÃO A TA DE REGISTRO DE PREÇOS 11/2021, PREGÃO PRESENCIAL 09/2021, DO CISPAP - AQUISIÇÃO DE CAMINHA EMPILHÁVEL PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS CRECHES MUNICIPAIS, EM ATENDIMENTO A LEGISLAÇÃO FEDERAL DO FNDE PARA A DIRETORIA DE EDUCAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SIÃO/MG.

MICHELE BASAGLIA

Solicitante

Endereço de Entrega: Diretoria de Educação - Rua Minas Gerais, 417 - Centro

**DOC ou TED Eletrônico****Debitado**

Agência 2791-X
Conta corrente 19952-4 MONTE SIAO - FEB

Creditado

Banco 237 BCO BRADESCO S.A.
Agência (sem DV) 3467 B. SANTA MONICA-U. UBERLANDIA
Conta corrente (com DV) 261645
CNPJ 33.670.278/0001-25
Nome favorecido DRA SOLUCAO COMERCIAL EM EDUCACAO LTDA.
Finalidade CREDITO EM CONTA
Número documento 80.302
Valor 323.000,00
Destinação 0
Data transferência 03/08/2022
"C" - CNPJ diferente
Autenticação SISBB 66E0045BD851C024

Assinada por JC659554 MICHELE BASAGLIA
JB524743 ALTAIR A AUGUSTO

03/08/2022 14:27:37
03/08/2022 14:28:42

Transação efetuada com sucesso.

Transação efetuada com sucesso por: JB524743 ALTAIR A AUGUSTO.

2885 - 1

2886 - 1

**MUNICÍPIO DE MONTE SIÃO**

RUA MAURÍCIO ZUCATO

CNPJ : 22.646.525/0001-31

**Nota de Autorização da Despesa**

Número da Cotação: 00762/22

Data: 15/02/2022

Objeto: CAMINHA EMPILHÁVEL - CRECHE

Ficha: 312

Unidade: 010701

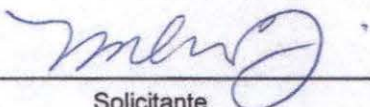
FUNDO DE MANUT E DESENV DA EDUCACAO BASICA FUNDEB

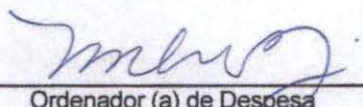
Funcional: 12.365.0019.1218.0000 AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE

Catec. Econ.: 4.4.90.52.24 Mobiliário em Geral

Observação**Aquisição de caminha empilhável para atender as necessidades das creches municipais.****Em atendimento a Legislação Federal do FNDE.**

Item	Código	Descrição	Qtd.
Centro Custo ALMOXARIFADO DA EDUCACAO			
1	014.001.450	CAMINHA EMPILHÁVEL As duas cabeceiras devem ser inteiriças, formadas por uma única peça, produzidas em polipropileno, com dimensões mínimas de 60x13x15cm (LxPxA). O produto deverá ser atóxico, não propagar chamas, Anti UV, apresentar excelente acabamento, sem rebarbas e bordas cortantes. Deve conter drenos que permitam a lavagem e higienização total. Deve conter compartimento para receber de forma firme e segura a estrutura de mosquitoireiro. Ponteiras de borracha antiderrapante fixadas de maneira que não se solte facilmente das cabeceiras. As duas estruturas laterais devem ser em tubos de alumínio. Espessura mínima das paredes do alumínio: 1,50mm. Liga 6063 de têmpera do alumínio: T5. A área de repouso deve ser composta por um leito de rede confortável e arejada, vazada, confeccionada em tecido 100% poliéster empastado em PVC, com espessura mínima de 0,51mm e gramatura mínima de 310g/m² anti fungo, anti UV, anti oxidante, isento de F-talatos, não propagador de chamas, antitranspirante e lavável. Alta resistência a peso, suportando até 80 Kg. As laterais devem ser soldadas de maneira uniforme e resistentes a tração; O conjunto deve estar bem montado, de forma segura, firme e bem tensionado, sem imperfeições, como ondulações no leito ou ainda o efeito de "barriga" no centro da caminha. A cama não deve conter fechamento em velcro e nem pequenas peças que possam se soltar facilmente. Todas as peças devem se encaixar perfeitamente, não sendo permitido espaços e folgas entre os componentes; A CAMA DEVERÁ SER ENTREGUE MONTADA; A cama empilhável é composta por módulos, este sistema permite que todos os seus componentes sejam repostos; Medidas mínimas: 135x60x15cm (CxLxA); Garantia de 18 meses. APRESENTAR COM A PROPOSTA: LAUDO DE CERTIFICAÇÃO EM CONFORMIDADE PARA SEGURANÇA REGULAMENTADO PELA ABNT NBR NM300:2004; LAUDO DE CERTIFICAÇÃO EM CONFORMIDADE PARA SEGURANÇA REGULAMENTADO PELA ABNT NBR 15860:2016; LAUDO DE CERTIFICAÇÃO DO ALUMÍNIO EM CONFORMIDADE COM A NORMA NBR 7000; LAUDO QUE ATESTE A EFICÁCIA ANTI CHAMA CONFORME NORMA FMVSS 302/1991; LAUDO QUE ATESTE AUSÊNCIA DE F-TALATOS; LAUDO ANTIBACTERIANO EFICAZ PARA CEPAS GRAN-POSITIVO E GRAN-NEGATIVO; LAUDO DE RESISTÊNCIA AO IMPACTO - ATESTANDO OS ÍNDICES DE RIGIDEZ/IMPACTO CONFORME NORMA ASTM D256-10.	518


Solicitante


Ordenador (a) de Despesa

Michele Basaglia
Secretaria Municipal
de Educação
Prefeitura de Monte Sião



MUNICÍPIO DE MONTE SIÃO

RUA MAURÍCIO ZUCATO

CNPJ: 22.646.525/0001-31



Nota de Autorização da Despesa

Número da Cotação: 00764/22

Data: 15/02/2022

Objeto: CAMINHA EMPILHÁVEL - PRÉ ESCOLA

Ficha: 321

Unidade: 010701

FUNDO DE MANUT E DESENV DA EDUCACAO BASICA FUNDEB

Funcional: 12.365.0020.1070.0000 AQUISICAO DE MATERIAL PERMANENTE

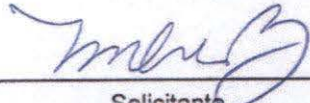
Catec. Econ.: 4.4.90.52.24

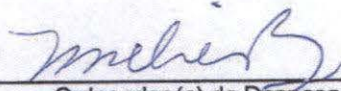
Mobiliário em Geral

Observação

Aquisição de caminha empilhável para atender as necessidades das escolas de educação infantil. Em atendimento a Legislação Federal do FNDE.

Item	Código	Descrição	Qtd.
Centro Custo ALMOXARIFADO DA EDUCACAO			
1	014.001.450	CAMINHA EMPILHÁVEL As duas cabeceiras devem ser inteiriças, formadas por uma única peça, produzidas em polipropileno, com dimensões mínimas de 60x13x15cm (LxPxA). O produto deverá ser atóxico, não propagar chamas, Anti UV, apresentar excelente acabamento, sem rebarbas e bordas cortantes. Deve conter drenos que permitam a lavagem e higienização total. Deve conter compartimento para receber de forma firme e segura a estrutura de mosquitoireiro. Pontelras de borracha antiderrapante fixadas de maneira que não se solte facilmente das cabeceiras. As duas estruturas laterais devem ser em tubos de alumínio. Espessura mínima das paredes do alumínio: 1,50mm. Liga 6063 de têmpera do alumínio: T5. A área de repouso deve ser composta por um leito de rede confortável e arejada, vazada, confeccionada em tecido 100% poliéster empastado em PVC, com espessura mínima de 0,51mm e gramatura mínima de 310g/m² anti fungo, anti UV, anti oxidante, isento de F-talatos, não propagador de chamas, antitranspirante e lavável. Alta resistência a peso, suportando até 80 Kg. As laterais devem ser soldadas de maneira uniforme e resistentes a tração; O conjunto deve estar bem montado, de forma segura, firme e bem tensionado, sem imperfeições, como ondulações no leito ou ainda o efeito de "barriga" no centro da caminha. A cama não deve conter fechamento em velcro e nem pequenas peças que possam se soltar facilmente. Todas as peças devem se encaixar perfeitamente, não sendo permitido espaços e folgas entre os componentes; A CAMA DEVERÁ SER ENTREGUE MONTADA; A cama empilhável é composta por módulos, este sistema permite que todos os seus componentes sejam repostos; Medidas mínimas: 135x60x15cm (CxLxA); Garantia de 18 meses. APRESENTAR COM A PROPOSTA: LAUDO DE CERTIFICAÇÃO EM CONFORMIDADE PARA SEGURANÇA REGULAMENTADO PELA ABNT NBR NM300:2004; LAUDO DE CERTIFICAÇÃO EM CONFORMIDADE PARA SEGURANÇA REGULAMENTADO PELA ABNT NBR 15860:2016; LAUDO DE CERTIFICAÇÃO DO ALUMÍNIO EM CONFORMIDADE COM A NORMA NBR 7000; LAUDO QUE ATESTE A EFICACIA ANTI CHAMA CONFORME NORMA FMVSS 302/1991; LAUDO QUE ATESTE AUSÊNCIA DE F-TALATOS; LAUDO ANTIBACTERIANO EFICAZ PARA CEPAS GRAN-POSITIVO E GRAN-NEGATIVO; LAUDO DE RESISTÊNCIA AO IMPACTO – ATESTANDO OS ÍNDICES DE RIGIDEZ/IMPACTO CONFORME NORMA ASTM D256-10.	432


Solicitante


Ordenador (a) de Despesa

Michele Basaglia
Diretora Municipal
de Educação
Prefeitura de Monte Sião



Prefeitura Municipal de Monte Sião

Estância Hidromineral – Capital Nacional da Moda Tricô

Diretoria de Educação e Esportes

Portal: www.montesiao.mg.gov.br



Monte Sião, 21 de fevereiro de 2022.

OFÍCIO Nº 040/2022

SOLICITAÇÃO (FAZ): Adesão a Ata

À

D.R.A SOLUÇÃO COMERCIAL EM EDUCAÇÃO LTDA

CNPJ: 33.670.278/0001-25

E-MAIL: LICITACAODRA@GMAIL.COM

TELEFONE: 34) 3216-7961

Ref.: Adesão a Ata de Registro de Preços nº 11/2021

CISPAR – Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento do Alto Paranaíba - MG

Pregão Presencial nº 09/2021

Prezados Senhores,

Pelo presente, manifestamos a intenção de aderir à Ata de Registro de Preços nº 11/2021 - Presencial Presencial nº 09/2021, cujo objeto é aquisição de equipamentos, conduzido pela CISPAR – Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento do Alto Paranaíba - MG

Considerando a real necessidade da Secretaria Municipal de Educação em adquirir o material, solicitamos a V. Sª manifestação quanto à aceitação para o fornecimento do mobiliário, para que possamos promover adesão à referida ata, conforme preconiza o decreto nº. 7.892/2013, artigo 22, dos itens especificados abaixo.

Lote 02

Item	Descrição	Qtde Pretendida	Valor Unitário	Valor Global
01	caminhas empilháveis	950	R\$ 340,00	R\$ 323.000,00

Requerente: Prefeitura Municipal de Monte Sião / MG

CNPJ: 22.646.525/0001-31

Endereço Completo, inclusive CEP: Rua Mauricio Zucato, 111 – Centro – CEP 37580-000

Responsável: Michele Basaglia

Cargo: Dirigente Municipal de Educação

Contatos, inclusive e-mail: (35) 3465-6136 / (35) 99760-9383 / educa@montesiao.mg.gov.br

Contando com o pronto atendimento e urgência que o caso requer, desde já agradecemos,

Michele Basaglia – Dirigente Municipal de Educação

Michele Basaglia
Diretora Municipal
de Educação
Prefeitura de Monte Sião



Prefeitura Municipal de Monte Siao

Estância Hidromineral – Capital Nacional da Moda Tricô

Diretoria de Educação e Esportes

Portal: www.montesiao.mg.gov.br



Monte Siao, 21 de fevereiro de 2022.

OFÍCIO Nº 041/2022

SOLICITAÇÃO (FAZ): Adesão a Ata

À

CISPAR – Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento do Alto Paranaíba - MG

Ilmo. Sr. Agno Rosa De Castro, Secretário Executivo

Tel (34) 3822-5450

E-mail: consorciocispargmail.com

Assunto: Solicitação de Adesão à Ata nº 11/2021

Pregão Presencial nº 09/2021

Prezado Senhor,

Considerando a real necessidade da Secretaria Municipal de Educação em adquirir o material, objeto do Pregão Presencial acima referenciado, solicitamos a V.Sa. Autorização, para que possamos promover adesão à referida Ata, conforme preconiza o Decreto nº. 7.892/2013, artigo 22º. Dos itens especificados abaixo, a serem fornecidos pela empresa D.R.A SOLUÇÃO COMERCIAL EM EDUCAÇÃO LTDA:

Lote 02

Item	Descrição	Qtde Pretendida	Valor Unitário	Valor Global
01	caminhas empilháveis	950	R\$ 340,00	R\$ 323.000,00

Solicitamos, pois, que o cadastro seja feito, e a adesão permitida, garantindo atender as demandas existentes em nosso órgão.

Requerente: Prefeitura Municipal de Monte Siao / MG

CNPJ: 22.646.525/0001-31

Endereço Completo, inclusive CEP: Rua Mauricio Zucato, 111 – Centro – CEP 37580-000

Responsável: Michele Basaglia

Cargo: Dirigente Municipal de Educação

Contatos, inclusive e-mail: (35) 3465-6136 / (35) 99760-9383 / educa@montesiao.mg.gov.br

Desde já agradecemos,

Atenciosamente,



Michele Basaglia – Dirigente Municipal de Educação

Michele Basaglia
Diretora Municipal
de Educação
Prefeitura de Monte Siao



Uberlândia/MG, 23 de fevereiro de 2022.

TERMO DE ACEITE DE FORNECIMENTO

À Prefeitura Municipal de Monte Sião MG. Secretaria Municipal de Educação.
Ref.: Adesão a Ata de Registro de Preços nº 11/2021

A empresa **D.R.A Solução Comercial em Educação LTDA.**, inscrita no CNPJ sob nº 33.670.278/0001-25, nos termos da legislação vigente, manifesta a concordância e aceitação em fornecer à **Prefeitura Municipal de Monte sião MG - Secretaria Municipal de Educação**, através de adesão a Ata de Registro de Preços nº 11/2021, Pregão Presencial nº 09/2021, conduzido pelo **CISPAR – Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento do Alto Parnaíba**, nos mesmos termos e condições do edital, o material abaixo:

Item	Lote	Descrição	Quantt. Pretendida	Valor Unitario	Valor Total
01	02	Caminha Empilhavel	950	R\$ 340,00	R\$ 323.000,00

Á Disposição

DRA SOLUCAO
COMERCIAL EM
EDUCACAO
LTDA:33670278000125

Assinado de forma digital por
DRA SOLUCAO COMERCIAL EM
EDUCACAO
LTDA:33670278000125
Dados: 2022.02.23 06:00:54
-03'00'

33 670 278/0001-25
I. E: 003.449304.00-25
DRA. SOLUÇÃO COMERCIAL EM
EDUCAÇÃO LTDA - EPP
Av. Jaime Ribeiro da Luz, 971
Sala 52 Box 48
B. Santa Mônica - CEP 38408-188
Uberlândia - Minas Gerais

DRA SOLUÇÃO COMERCIAL EM EDUCAÇÃO LTDA
CNPJ: 33.670.278/0001-25
Av. Jaime Ribeiro da Luz, 971 Sala 52 Box 48- Bairro Santa Mônica, Uberlândia -MG
CEP:38408-188
Telefone: 34-998849199/32167961
E-MAIL: draescritorio@hotmail.com

Patos de Minas – MG, aos 04 dias do mês de março de 2022

À Sra. Michele Basaglia
Dirigente Municipal de Educação
Município de Monte Sião/MG

Assunto: autorização a adesão a Ata de Registro de Preços nº 11/2021.

Sra. Dirigente,

Confirmamos o recebimento do Ofício nº 41/2022, de origem deste REQUERENTE, assinado por V.Sa., indagando a este CISPAR - CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO ALTO PARANAÍBA – MG, atual gerenciador da ata do Pregão Presencial nº 09/2021 sobre a possibilidade de adesão.

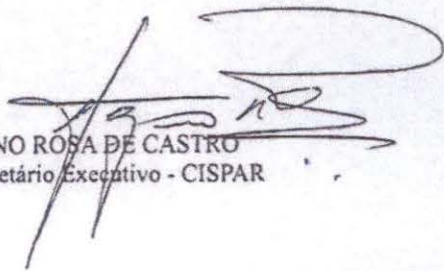
Este CISPAR informa ao Requerente sobre a possibilidade da adesão a Ata de Registro de Preços nº 12/2021 de origem do referido Pregão, com o objeto de:

Pregão Presencial: “Registro de Preços para aquisição eventual, futura e parcelada, pelos Municípios Consortes, de equipamentos, com Fornecimento e instalação (mão de obra) em áreas públicas e escolares.”

Informamos em tempo que existe saldo suficiente para a adesão a Ata e que o Município de Monte Sião/MG deverá outros sim consultar a empresa detentora da Ata de Registro de Preços, **DRA SOLUÇÃO COMERCIAL EM EDUCAÇÃO LTDA**, situada a Avenida Jaime Ribeiro da Luz, nº 971, sala 52, Box 48, Bairro Santa Mônica, CEP 38408-188, Uberlândia/MG acerca do interesse em fornecer os materiais requeridos.

Ficando assim concedido a permissão para que o Requerente faça a adesão na Ata de Registro de Preços de nº 12/2021, gerenciada pelo CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO ALTO PARANAÍBA – MG, nos moldes da lei, cujo objeto acima está citado.

Atenciosamente,



AGNO ROSA DE CASTRO
Secretário Executivo - CISPAR

MUNICÍPIO DE MONTE SIÃO

RUA MAURÍCIO ZUCATO

CNPJ : 22.646.525/0001-31

**Nota de Autorização da Despesa**

Número da Cotação: 01855/22 Data: 02/05/2022 Reserva Valor = Sim

Objeto: (Conta 19952-4) Aquisição de caminha empilhável.

Ficha: 312 Reserva: 1255
Unidade: 010701 FUNDO DE MANUT E DESENV DA EDUCACAO BASICA FUNDEB
Funcional: 12.365.0019.1218.0000 AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE
Catec. Econ.: 4.4.90.52.24 Mobiliário em Geral

Item	Código	Descrição	Qtd.	Valor Médio	Total Médio
Centro Custo ALMOXARIFADO DA EDUCACAO					
1	014.001.450	CAMINHA EMPILHÁVEL	518	327,62	169.707,16

Total Ficha 312**169.707,16**

Ficha: 321 Reserva: 1256
Unidade: 010701 FUNDO DE MANUT E DESENV DA EDUCACAO BASICA FUNDEB
Funcional: 12.365.0020.1070.0000 AQUISICAO DE MATERIAL PERMANENTE
Catec. Econ.: 4.4.90.52.24 Mobiliário em Geral

Item	Código	Descrição	Qtd.	Valor Médio	Total Médio
Centro Custo ALMOXARIFADO DA EDUCACAO					
1	014.001.450	CAMINHA EMPILHÁVEL	432	327,62	141.531,84

Total Ficha 321**141.531,84****TOTAL GERAL****311.239,00**

**MUNICÍPIO DE MONTE SIÃO**

RUA MAURÍCIO ZUCATO

CNPJ : 22.646.525/0001-31

**QUADRO DE COTAÇÕES**

COTAÇÃO	DATA	DESCRIÇÃO		
01855/22	01/04/2022	Aquisição de caminhão empilhável.		
ABERTURA	ENCERRAMENTO	CENTRO DE CUSTO	RESPONSÁVEL	
01/04/2022	01/04/2022	ALMOXARIFADO DA EDUCACAO	EDIR DONIZETE VERONEZ	
PRODUTO				
ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO			UNIDADE QUANTIDADE
1	014.001.450	CAMINHA EMPILHÁVEL	UN	950
PROPOSTORES				
CODIGO		NOME	VLR UNIT.	TOTAL
15360		FANTASY PLAY COM. DE BRINQUEDOS LTDA-EPP	215,10	204.345,00
52345		AMAZON SERVICOS DE VAREJO DO BRASIL LTDA.	236,40	224.580,00
54243		DRA SOLUCAO COMERCIAL EM EDUCACAO LTDA.	340,00	323.000,00
53731		COSTA REPRESENTACOES E COMERCIO EIRELI	355,00	337.250,00
60933		WORKPLACE MOBILIARIO CORPORATIVO LTDA	360,00	342.000,00
14036		B2W COMPANHIA DIGITAL	364,188	345.978,60
60934		EDM EMPRESA DISTRIBUIDORA DE MOBILIARIOS LTDA.	365,00	346.750,00
14845		DEDOBRIQUEDO COMERCIO DE PLAYGROUNDS LTDA EPP	385,29	366.025,50
PROPOSTOR VENCEDOR			VLR UNIT.	TOTAL
15360 FANTASY PLAY COM. DE BRINQUEDOS LTDA-EPP			215,10	204.345,00
PREÇO MÉDIO DO ÍTEM			327,62	311.239,00

RELAÇÃO DE PROPOSTORES PARTICIPANTES			
CÓDIGO	PROPOSTORES		VALOR
14036	B2W COMPANHIA DIGITAL	00.776.574/0006-60	345.978,60
14845	DEDOBRIQUEDO COMERCIO DE PLAYGROUNDS LTDA EPP	07.661.913/0001-06	366.025,50
15360	FANTASY PLAY COM. DE BRINQUEDOS LTDA-EPP	07.379.201/0001-90	204.345,00
52345	AMAZON SERVICOS DE VAREJO DO BRASIL LTDA.	15.436.940/0001-03	224.580,00
53731	COSTA REPRESENTACOES E COMERCIO EIRELI	31.523.088/0001-50	337.250,00
54243	DRA SOLUCAO COMERCIAL EM EDUCACAO LTDA.	33.670.278/0001-25	323.000,00
60933	WORKPLACE MOBILIARIO CORPORATIVO LTDA	39.606.547/0001-70	342.000,00
60934	EDM EMPRESA DISTRIBUIDORA DE MOBILIARIOS LTDA.	31.472.249/0001-23	346.750,00

RELAÇÃO DOS PROPOSTORES VENCEDORES		
CÓDIGO	PROPOSTORES	VALOR
15360	FANTASY PLAY COM. DE BRINQUEDOS LTDA-EPP	204.345,00
	TOTAL DOS PROPOSTORES VENCEDORES	204.345,00

Aprovado por:

Digitador (a)
EDIR DONIZETE VERONEZ



MUNICÍPIO DE MONTE SIÃO

RUA MAURÍCIO ZUCATO

CNPJ : 22.646.525/0001-31



Lista com a média dos valores cotados

Número da Cotação: 01855/22		Data: 01/04/2022	Abertura: 01/04/2022	Encerramento: 01/04/2022	
Item	Código	Descrição	Qtd.	Valor Médio	Valor Total Médio
1	014.001.450	CAMINHA EMPILHÁVEL	950	327,62	311.239,00
TOTAL			950	327,62	311.239,00



Prefeitura Municipal de Monte Sião - MG

ESTANCIA HIDROMINERAL
CEP: 37580-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

Verificação de Prévia Dotação Orçamentária

Manifestação:

“Nos termos do despacho proferido pelo Exmo. Sr. Prefeito Municipal, verifiquei constar dotação orçamentária, para “ - Caminha Empilhável - Adesão a Ata de Registro de Preço- 1855/2022”:

010701.12.365.0019.1218.0000.4.4.90.52.24 - Ficha 312 - Fonte 1 019 000 - Transf. do FUNDEB - Reserv. 1255 - R\$ 169.707,16
010701.12.365.0020.1070.0000.4.4.90.52.24 - Ficha 321 - Fonte 1 019 000- Transf. do FUNDEB - Reserv. 1256 - R\$ 141.531,84

Monte Sião, 03 de maio de 2022

Marcos Rogério da Silva
Contador

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SIÃO – MG
Verificação de disponibilidade para pagamento

Manifestação:

“Considerando o despacho exarado pelo Exmo. Sr. Prefeito Municipal, declaro haver disponibilidade de recursos financeiros para arcar com as despesas porventura assumidas.”

Monte Sião, 03 / 05 / 22

Altair Antônio Augusto
Diretor de Finanças e Tesouraria

EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2021
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

O CISPAR – Consórcio Público Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável do Alto Paranaíba, inscrito no CNPJ sob o n.º 20.782.813/000198, através de seu Pregoeiro, o Sr. Rodrigo Cardoso de Paiva, designado através da Portaria nº 02/2021, com observância da Lei Federal nº. 10.520, de 17.07.2002, da Lei Complementar nº. 123, de 14.12.2006, do Decreto nº 8.538, de 06.10.2015, Decreto nº 7.892, de 23.01.2013, alterado pelo Decreto Federal nº 9.488/18 de 31 de agosto de 2018 e, subsidiariamente pela Lei Federal nº 8.666, de 21.06.1993 e Lei Federal nº 11.17/2005 e demais normas pertinentes e pelas condições estabelecidas no presente Edital e seus anexos, torna público para conhecimento dos interessados, que fará licitação pública na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2021**, tipo **MENOR PREÇO POR LOTE**, tendo por objeto o **Registro de Preços para aquisição eventual, futura e parcelada, pelos Municípios Consortes de CISPAR de equipamentos, com fornecimento e instalação (mão de obra) quando necessário, conforme descritivos técnicos constante do Termo de Referência – Anexo I**, no dia **23/09/2021, às 10:00 horas**, na sala de Licitações da sede da CISPAR, localizada a comsede na Avenida Professor Aristides Memória, 179, Bairro Jardim Paulistano, na cidade de Patos de Minas/MG.

O caderno de licitações, composto de EDITAL e ANEXOS poderão ser retirados por qualquer interessado na sede do CISPAR das 9:00 às 11:00 horas e das 13:00 as 17:00 horas, solicitado através do e-mail: consorciocispar@gmail.com, ou no site <http://www.amaparmg.com.br/licitacoes.php> **INFORMAÇÕES:** Telefone: (34) 3822-5450.

O aviso do **Edital** será publicado no sítio oficial <http://www.amaparmg.com.br/licitacoes.php> como também, no quadro de avisos (Mural) da CISPAR e no Jornal Minas Gerais.

Não havendo expediente no CISPAR ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no horário e local estabelecido neste Edital, desde que não haja comunicação da Pregoeiro em contrário.

A entrega e abertura dos envelopes contendo a **PROPOSTA DE PREÇO “ENVELOPE 01”** e os **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO “ENVELOPE 02”** serão no local, data e horário seguintes:

LOCAL: Sala de Licitações do CISPAR, localizada a Avenida Professor Aristides Memória, 179, Bairro Jardim Paulistano, na cidade de Patos de Minas/MG.

DATA: 23/09/2021 **HORÁRIO:** 10:00 horas.

Caso não seja possível a conclusão dos trabalhos no dia marcado, a sessão será suspensa, constando em Ata a data da reabertura e comunicado a todos os licitantes credenciados.

As empresas que tomarem conhecimento do presente ato convocatório, e se interessarem em participar da licitação, **DEVERÃO FORMALIZAR A MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE** que poderá ser feito por meio de expediente entregue na Comissão Permanente de Licitações ou enviado através do e-mail consorciocispar@gmail.com **SOLICITANDO QUE TODAS AS EVENTUAIS INFORMAÇÕES, ESCLARECIMENTOS E/OU ALTERAÇÕES DO EDITAL LHE SEJAM ENVIADAS.**

O CISPAR não aceitará em nenhuma hipótese reclamações posteriores de não envio das alterações por parte de empresas que não tenham se manifestado como interessadas em participar da licitação.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 O Pregão Presencial será realizado em sessão pública, conduzido pelo Pregoeiro, auxiliado pela Equipe de Apoio, conforme designação contida nos autos do processo;

1.2 A proponente deverá observar as datas e os horários limites previstos no presente Edital, o credenciamento, bem como, para o recebimento e abertura da proposta;

1.3 O presente Edital se submete integralmente ao disposto nos Artigos 42, 43, 44, 45 e 46 da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, assegurando o direito de prioridade para a Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, no critério do desempate, quando verificado ao final da disputa de preços.

1.4 Devido aos protocolos impostos pelo Governo do Estado de Minas Gerais, serão adotadas medidas de proteção sanitária para todos os participantes do Pregão Presencial durante a sessão pública:

- a) Cada empresa poderá comparecer com apenas um representante, para evitar aglomerações.
- b) Será aferida a temperatura de todos os participantes, com restrição de entrada em caso da temperatura superior a 37,5° C.
- c) Caso o participante apresente temperatura superior a 37,5° C serão recebidos os envelopes contendo a proposta de preço e documentação de habilitação, e devidamente higienizados antes da abertura da sessão pública.
- d) Durante a sessão pública, os licitantes que optarem por participar presencialmente, deverão ficar separados a uma distância de no mínimo 3 mts de todas as pessoas presentes na sala de reuniões.
- e) Será concedida vistas de toda a documentação apresentada, de maneira individual, para cada um dos licitantes.
- f) Durante todo o tempo que se fizer presente no prédio do CISPAR, será obrigatório o uso de máscara facial, usada de acordo com a determinação do Minas Consciente – tampando boca e queixo. Sob nenhuma hipótese será dispensada o uso de máscara.
- g) Aqueles que não obedecerem as determinações impostas pelo Plano Minas Consciente do Governo do Estado de Minas Gerais serão proibidos de permanecer no prédio, sob pena de aplicação das advertências e multas previstas.
- h) Pedimos que todos os licitantes levem materiais de uso pessoal, tais como caneta, cola, bloco de anotações, etc., para evitar o compartilhamento de materiais passíveis de transmissão do vírus da COVID-19.
- i) O CISPAR disponibilizará álcool em gel na entrada do prédio e durante a sessão pública para a segurança de todos os licitantes.

2. DO OBJETO

2.1 A presente licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº09/2021, tipo Menor Preço por Lote, tendo por objeto o Registro de Preços para aquisição eventual, futura e parcelada, pelos Municípios Consortes de CISPAR de equipamentos, com fornecimento e instalação (mão de obra) quando necessário, conforme descritivos técnicos constante do Termo de Referência – Anexo I.

3. DOS ANEXOS

Integram o presente Edital, como se transcrito nele estivesse, os seguintes anexos:

ANEXO I – Termo de Referência;

ANEXO II – Modelo de Declaração de Enquadramento em regime de tributação de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (na hipótese da licitante ser uma ME ou EPP); ANEXO III – Modelo de Declaração de Inexistência de Fatos Supervenientes;

ANEXO IV – Declaração de Idoneidade;

ANEXO V - Modelo de Declaração de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação;

ANEXO VI- Modelo de Proposta de Preços;

ANEXO VII – Modelo de Declaração que não emprega menor;

ANEXO VIII - Minuta da Ata de Registro de Preços.

4. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

4.1 Poderão participar deste Pregão as empresas interessadas do ramo de atividade pertinente ao objeto desta licitação e que satisfaçam todas as exigências, especificações e normas contidas neste Edital e seus Anexos;

4.2. A participação nesta Licitação implica aceitação de todas as condições estabelecidas neste instrumento convocatório.

4.3 NÃO PODERÃO PARTICIPAR DESTE PREGÃO:

4.3.1 consórcios de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição e nem empresas agrupadas.

4.3.2 empresas que tenham sido declaradas inidôneas, suspensas ou impedidas de licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição;

4.3.3 empresas cujo dirigente, gerente, sócio ou responsável técnico seja servidor público de uma das cidades participantes do CISPAR;

4.3.4 aquelas que estiverem em regime de falência ou recuperação judicial;

4.3.5 estrangeiro (a);

4.3.6 que incidirem nas hipóteses previstas no art. 9º da Lei federal nº. 8.666/93, observada a exceção prevista em seu § 1º;

4.3.7 empresa cujo dirigente ou sócio majoritário, participe como acionista, sócio majoritário, procurador ou representante legal de outra do mesmo ramo, também concorrente nesta licitação.

5. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES CONTENDO A PROPOSTA DE PREÇO (A) E DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO (B)

Avenida Professor Aristides Memória, 179 – Jardim Paulistano – Patos de Minas/MG – CEP: 38706-092 Tel. (34) 3822-7700 – Fax: (34) 3825-8893 e-mail: consorcio cispar@gmail.com

5.1 Os envelopes, respectivamente **Proposta de Preços (Envelope A)** e **Documentos de Habilitação (Envelope B)**, deverão ser apresentados, fechados e indevassáveis, contendo cadaum deles, em sua parte externa, os seguintes dizeres:

PREGÃO PRESENCIAL N.º 09/2021
ENVELOPE A – PROPOSTA

NOME DA PROPONENTE
CNPJ
ENDEREÇO
TELEFONE PARA CONTATO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 09/2021
ENVELOPE B - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
NOME DA PROPONENTE CNPJ
ENDEREÇO
TELEFONE PARA CONTATO

5.2 Os documentos constantes dos envelopes deverão ser apresentados em 01 (uma) via, redigida com clareza, em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, sem rasuras ou entrelinhas que prejudiquem sua análise. A proposta deverá estar rubricada em suas páginas, datada e assinada na última folha e rubricada nas demais pelo representante legal;

5.2.1 A proponente somente poderá apresentar uma única proposta.

5.3 Os documentos de habilitação (Envelope B) poderão ser apresentados em original, por cópias simples, cópias autenticadas por cartório competente ou pela comissão de licitação do CISPAP, ou por meio de publicação em órgão da imprensa oficial, e inclusive expedidos via Internet;

5.3.1 A aceitação da documentação por cópia simples para autenticação, ficará condicionada à apresentação do original a comissão de licitação do CISPAP, para a devida autenticação.

5.3.2 Os documentos expedidos via *Internet* e, inclusive, aqueles outros apresentados terão, sempre que necessário, suas autenticidades/validades comprovadas por parte do Pregoeiro;

5.3.3 O Pregoeiro não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos de informações, no momento da verificação. Ocorrendo a indisponibilidade referida, e não tendo sido apresentados os documentos preconizados, inclusive quanto à forma exigida, a proponente será considerada inabilitada.

5.3.4 Inexistindo prazo de validade nas Certidões, serão aceitas aquelas cujas expedições/emissões não ultrapassem a 30 (trinta) dias da data final para a entrega dos envelopes.

6. DO CONTEÚDO DA PROPOSTA

6.1 Constar 01 (uma) via, impressa em papel, em língua portuguesa, salvo quanto às expressões
Avenida Professor Aristides Memória, 179 – Jardim Paulistano – Patos de Minas/MG – CEP: 38706-092 Tel. (34) 3822-7700 – Fax: (34) 3825-6893 e-mail: consorcioispap@gmail.com

técnicas de uso corrente, redigido com clareza, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, devidamente datada, assinada e rubricadas todas as folhas pelo representante legal do licitante proponente.

6.2 Indicar nome ou razão social do proponente, endereço completo, telefone, fax e endereço eletrônico (e-mail), este último se houver, para contato.

a) Ter validade não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de sua apresentação.

b) Caso este prazo não esteja expressamente indicado na “proposta de preços” o mesmo será considerado como aceito para efeito de julgamento.

c) Constar oferta firme e precisa, sem alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.

d) Constar declaração expressa de que nos preços, estarão incluídas todas as despesas necessárias para a entrega dos equipamentos, como: FRETE, mão de obra, encargos sociais, impostos e taxas, despesas operacionais e demais despesas necessárias para completa entrega dosequipamentos.

e) Apresentar em forma de anexo, ou como melhor convier à Licitante, os catálogos e demais certificações exigidas no Termo de Referência, Anexo I deste Edital, sob pena de desclassificação da proposta. As amostras serão solicitadas somente às empresas vencedoras de cada lote.

6.3 A não apresentação das DECLARAÇÕES mencionadas acima poderá ser sanada pelo Representante da empresa que estiver presente na Sessão.

6.4 O licitante poderá concorrer e a adjudicação do objeto ocorrerá como consequência da melhor proposta ofertada, pelo menor preço por lote, sendo que a adjudicação do objeto dependerá ainda que o ofertante da melhor proposta atenda as condições previstas no termo de referência – anexo I.

6.5 Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos omitidos da proposta, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer título, devendo os serviços serem prestados sem ônus adicionais.

6.6 Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o conteúdo da proposta apresentada, seja com relação a preço, pagamento, prazo ou qualquer condição que importe a modificação dos termos originais. Serão corrigidas automaticamente pelo Pregoeiro quaisquer erros de soma e/ou multiplicação. Havendo divergência entre os valores, prevalecerá o menor valor. As correções efetuadas serão consideradas para apuração do valor da proposta.

6.7 Não serão admitidas, posteriormente, alegações ou enganos, erros ou distrações na apresentação das propostas, como justificativas de quaisquer acréscimos ou solicitações de reembolsos ou indenizações de qualquer natureza.

6.8 Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências deste Edital, sejam omissas ou apresentem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento, que não apresentarem os laudos e certificações exigidos ou ainda os manifestamente inexequíveis, comparados aos preços de mercado.

6.9 A apresentação da proposta implicará na plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

6.10 Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

7 DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

Os documentos apresentados na fase de Habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia simples, cópias autenticadas por cartório competente, por membros da Equipe de Apoio, ou por meio de publicação em órgão da imprensa oficial, e inclusive expedidos via Internet. A aceitação da documentação por cópia simples ficará condicionada à apresentação do original ao Pregoeiro, ou em horário comercial na sala de licitações para a devida autenticação.

7.1 - REGULARIDADE JURÍDICA

— 7.1.1 - Registro Comercial, no caso de empresa individual;

7.1.2 - Ato Constitutivo, estatuto ou contrato social e seus aditivos em vigor, devidamente registrados, em se tratando de sociedades comerciais, e no caso de sociedade de ações, acompanhadas de documentos de eleição de seus administradores;

7.1.3 - Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

7.1.4 - Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

7.2 - REGULARIDADE FISCAL

7.2.1 - Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ;

— 7.2.2 Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal ou do domicílio ou sede do licitante.

7.2.3 - Certificado de Regularidade para com o FGTS, expedido pela Caixa Econômica Federal;

7.2.4 – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), emitida pela Justiça Trabalhista;

7.3 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

O PROPONENTE DEVE APRESENTAR CONFORME DISPOSTO NO INCISO II DO ART.30 DA LEI 8.666 DE 21 DE JUNHO DE 1993:

7.3.1 - Atestado de Capacidade Técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando ter fornecido equipamentos compatíveis com o objeto da presente licitação;

7.3.1.1 O Pregoeiro poderá diligenciar o Atestado de Capacidade Técnica apresentado e exigir a comprovação dos quantitativos descritos, com a apresentação de Notas Fiscais / Faturas que comprovem o fornecimento.

7.4 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

Avenida Professor Aristides Memória, 179 – Jardim Paulistano – Patos de Minas/MG – CEP: 38706-092 Tel.(34)3822-7700 – Fax: (34) 3825-6893 e-mail: consorciocispap@gmail.com

7.4.1 - Certidão Negativa de Falência e Concordata, expedida pelo cartório distribuidor da comarca da sede da pessoa jurídica ou de execução de pessoa física, 30 (trinta) dias da data prevista para entrega dos envelopes, de acordo com o inciso II do artigo 31 da Lei 8.666/93.

7.5 Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis, e apresentados na forma da Lei, que comprovem a boa situação financeira do licitante, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios. O balanço e as demonstrações deverão ser apresentados em fotocópias autenticadas da transcrição do livro diário, devidamente registrado na Junta Comercial ou no órgão competente, contendo termo de abertura e encerramento ou em caso a empresa realize sua escrituração contábil pelo sistema do SPED (Sistema Público de Escrituração Digital), deverão ser emitidos os documentos na forma eletrônica devidamente acompanhados do recibo de entrega, termo de abertura e encerramento, de acordo com o inciso I do art. 69º da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021.

7.5.1A comprovação de boa situação financeira da empresa licitante será baseada na conjugação de Índice de Liquidez Geral (ILG), Índices de Liquidez Corrente (ILC), e Índice de Endividamento Geral (IEG), e Índice de Solvência geral (ISG), resultantes da aplicação das fórmulas abaixo e que deverão ser apresentados em papel timbrado da empresa, assinado pelo(s) seu(s) representante(s) legal(is) e pelo Contador responsável, com indicação de seu CRC e ou CPF. Com firma reconhecida.

ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE (ILC) IGUAL OU SUPERIOR A 1,0 (UM) OBTIDO PELA FÓRMULA:

$$ILC = \frac{AC}{PC}$$

ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL (ILG) IGUAL OU SUPERIOR A 1,0 (UM) OBTIDO PELA FÓRMULA:

$$ILG = \frac{AC + RLP}{PC + ELP}$$

ÍNDICE DE ENDIVIDAMENTO GERAL (IEG) IGUAL OU INFERIOR A 0,5 (MEIO) CALCULADO PELA FÓRMULA:

$$IEG = \frac{PC + ELP}{AT}$$

ONDE:

AC = ATIVO CIRCULANTE

PC = PASSIVO CIRCULANTE

RLP = REALIZÁVEL À LONGO PRAZO

ELP = EXIGÍVEL À LONGO PRAZO

PC = PASSIVO CIRCULANTE

ELP = EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

AT = ATIVO TOTAL

7.6 O Índice de Liquidez Corrente (ILC) e o Índice de Liquidez Geral inferior a 1,00 (um), bem como o Índice de Endividamento Geral Superior a 0,5 (meio) desqualifica a licitante.

7.7 No cálculo dos índices exigidos, utilizar-se-á os resultados expressos no balanço (demonstrações contábeis) do último exercício social exigível.

7.8 O Índice contábil será calculado sempre com uma casa decimal, utilizando-se o arredondamento matemático a partir da segunda casa decimal.

7.9 As memórias de cálculo do índice devem ser anexadas pelo licitante à documentação pertinente à qualificação econômico-financeira.

7.10 - Juntamente com os documentos referidos neste subitem será apresentada para fins de habilitação, declaração de que a empresa não se acha declarada inidônea para licitar e contratar com o Poder Público ou suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração Federal, Estadual e Municipal.

7.11 Declaração de que a empresa não possui trabalhadores menores de 18 anos realizando trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de qualquer trabalho a menores de 16 anos, segundo determina o inciso V do artigo 27 da Lei Federal 8.666/93 (com redação dada pela Lei n.º 9854 de 27 de outubro de 1999), salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, na forma da Lei. A declaração será conforme os modelos anexos.

8 DAS PROVIDÊNCIAS/IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

8.1 É facultado a qualquer interessado a apresentação de pedido de providências ou de impugnação ao ato convocatório do Pregão e seus anexos, observado, para tanto, o prazo de até 02 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para recebimento das propostas;

8.2 A decisão sobre o pedido de providências ou de impugnação será proferida pela autoridade subscritora do ato convocatório do Pregão no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento, que, além de comportar divulgação, deverá também ser juntada aos autos do Pregão;

8.3 O acolhimento do pedido de providências ou de impugnação exige, desde que implique em modificações do ato convocatório do Pregão, além das alterações decorrentes, divulgação pela mesma forma que se deu o texto original e designação de nova data para a realização do certame.

9 DO CREDENCIAMENTO

Avenida Professor Aristides Memória, 179 – Jardim Paulistano – Patos de Minas/MG – CEP: 38706-092 Tel.(34)3822-7700 – Fax: (34) 3825-6893 e-mail: consorcioicispapar@gmail.com

9.1 Aberta a sessão, iniciar-se-á o CREDENCIAMENTO das eventuais participantes do Pregão. O representante da proponente entregará o Pregoeiro documento que o credencie para participar do aludido procedimento, respondendo por sua autenticidade e legitimidade, devendo, ainda, identificar-se e exibir a Carteira de Identidade ou outro documento equivalente, com fotografia;

9.2 O credenciamento far-se-á por meio de instrumento público de procuração ou instrumento particular, com poderes específicos para, além de representar a proponente em todas as etapas/fases do PREGÃO, formular verbalmente lances ou ofertas na(s) etapa(s) de lances, desistir verbalmente de formular lances ou ofertas na(s) etapa(s) de lance(s), negociar a redução de preço, desistir expressamente da intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, manifestar-se imediata e motivadamente sobre a intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, assinar a ata da sessão, prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo Pregoeiro, enfim, praticar todos os demais atos pertinentes ao certame;

9.3 Na hipótese de apresentação de Procuração por instrumento particular, a mesma deverá vir acompanhada do Ato Constitutivo da proponente ou de outro documento, onde esteja expressa a capacidade/competência do outorgante para constituir mandatário;

9.4 É admitida a participação de licitantes, sem a presença de representante credenciado, ainda que o encaminhamento dos envelopes e demais documentos exigidos neste Edital se faça por correio, obedecidos os prazos e condições estabelecidos neste edital.

9.5 Se o representante da proponente ostentar a condição de sócio, proprietário, dirigente ou assemblado da empresa, ao invés de instrumento público de procuração ou instrumento particular, deverá apresentar fotocópia do respectivo Estatuto/Contrato Social ou documento equivalente, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;

9.6 É admitido somente um representante por proponente;

9.7 A ausência da documentação referida neste item ou a apresentação em desconformidade com as exigências previstas impossibilitará a participação da proponente neste Pregão, exclusivamente no tocante à formulação de lances e demais atos, inclusive recurso;

9.8 Desenvolvido o CREDENCIAMENTO das proponentes que comparecerem, o Pregoeiro declarará encerrada esta etapa/fase, iniciando-se o procedimento seguinte consistente no recebimento/conferência da declaração exigida neste Edital, sendo facultado o saneamento da documentação de natureza declaratória na própria sessão pública.

10 DO RECEBIMENTO DA DECLARAÇÃO DE QUE A PROPONENTE CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO, DA DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE, SE FOR O CASO E DOS ENVELOPES CONTENDO A PROPOSTA DE PREÇOS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

10.1 A etapa/fase para recebimento da declaração de que a proponente cumpre os requisitos de Habilitação, da Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, e dos Envelopes de Proposta de Preços e da Documentação de Habilitação, será levada a efeito tão logo se encerre a fase de CREDENCIAMENTO;

10.2 A **DECLARAÇÃO DE QUE A PROPONENTE CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO** não deve integrar os envelopes de Proposta de Preços e de Documentos de Habilitação, constituindo-se em DOCUMENTO a ser fornecido separadamente, ficando facultada a utilização do modelo constante no edital. A apresentação da **DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, se for o caso, será recebido exclusivamente nesta oportunidade.

10.3 Iniciada esta etapa/fase, o Pregoeiro receberá e examinará a **Declaração de que a Proponente cumpre os requisitos de Habilitação**;

10.4 A ausência da referida declaração ou a apresentação em desconformidade com a exigência prevista, inviabilizará a participação da proponente neste Pregão, impossibilitando, em consequência, o recebimento dos Envelopes contendo a Proposta de Preços e os Documentos de Habilitação;

10.4.1 O atendimento desta exigência é condição para que a proponente continue participando do Pregão, devendo proceder, em seguida, à entrega dos Envelopes contendo a Proposta de Preços e a Documentação de Habilitação.

11 PROCEDIMENTOS DA SESSÃO DO PREGÃO

Após o encerramento do credenciamento e identificação dos representantes das empresas licitantes, o Pregoeiro declarará aberta a sessão do Pregão, oportunidade em que não mais se aceitarão novos licitantes, dando-se início ao recebimento dos envelopes contendo a Proposta Comercial e os Documentos de Habilitação, exclusivamente dos participantes devidamente credenciados.

11.1 Classificação das Propostas Comerciais

10.2.1 Abertos os envelopes de Propostas Comerciais, estas serão analisadas verificando o atendimento de todas as especificações e condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, sendo imediatamente desclassificadas aquelas que estiverem em desacordo.

10.2.2 Quaisquer erros de soma e/ou multiplicação apurados na Proposta Comercial serão corrigidos pelo Pregoeiro.

10.2.3 O Pregoeiro poderá, no julgamento das propostas, desconsiderar evidentes falhas formais sanáveis e que não afetem ao seu conteúdo.

10.2.4 O Pregoeiro classificará para a próxima etapa a proposta de Menor Preço e todas aquelas que tenham valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento) à proposta de menor preço, para que seus autores possam ofertar lances verbais.

10.2.4.1 Se não houver no mínimo 03 (três) propostas comerciais nas condições definidas no item anterior, o Pregoeiro classificará as melhores propostas subsequentes, até o máximo de 03 (três), para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas apresentadas.

10.2.5 No caso de empate onde duas ou mais licitantes tenham obtido pontuações iguais, a vencedora será conhecida através de sorteio a ser procedido em ato público, para o qual todas as licitantes serão convocadas.

10.2.6 Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome do licitante e, preferencialmente, com número do CNPJ e endereço respectivo, observando-se que:

10.2.6.1 Se o licitante for a **matriz**, todos os documentos deverão estar em nome da **matriz**;

10.2.6.2 Se o licitante for a **filial**, todos os documentos deverão estar em nome da **filial**;

10.2.6.3 Se o licitante for **matriz**, e o **executor** do contrato for **filial**, deverão ser apresentados tantos documentos da matriz quanto os da filial;

10.2.6.4 Deverão estar em nome da matriz, ao invés de em nome da filial, os documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.2.6.5 Os documentos poderão ser apresentados no original, ou por qualquer processo de cópia reprográfica autenticada por tabelião por força de Lei ou a publicação em órgão da imprensa oficial na forma da lei. As cópias simples deverão estar obrigatoriamente, acompanhadas dos documentos originais para conferência, na sessão, pela Equipe de Apoio.

10.2.6.6 Não serão aceitos "protocolos de entrega" ou "solicitação de documentos" em substituição aos documentos requeridos no **Pregão**.

10.3 DA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS (ME) E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP)

10.3.1 Nos termos dos arts. 42 e 43 da Lei Complementar nº 123/06, as ME e EPP, deverão apresentar toda a documentação exigida no **Edital**, mesmo que esta apresente alguma restrição com relação à regularidade fiscal;

a) Havendo alguma restrição com relação à **regularidade fiscal**, será assegurado as ME e EPP o prazo de 05 (cinco) dias úteis para a sua regularização, prorrogável por igual período mediante justificativa tempestiva e aceita pelo Pregoeiro, nos termos do § 1º, art. 43, da Lei Complementar 123/2006 alteração trazida pela Lei 147/2014, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a licitante for declarada vencedora do certame, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

b) A não regularização da documentação no prazo previsto acima implicará na **decadência do direito à contratação**, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para contratação, ou revogar a licitação.

10.3.2. Nos termos dos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006 nas licitações será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as ME e EPP, entendendo-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas por estas sejam **iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores ao menor preço nos lotes de ampla concorrência**, e desde que o menor preço não seja de uma ME ou EPP.

Ocorrendo o empate ficto, proceder-se-á da seguinte forma:

a) A ME ou EPP mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada

vencedora da licitação, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado.

b) Não ocorrendo a contratação de ME ou EPP, na forma da letra "a", serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

c) No caso de equivalência dos valores apresentados pelos ME e EPP que encontrem no intervalo estabelecido no subitem 10.3.2 será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor proposta.

d) Na hipótese da não contratação nos termos previstos no subitem 10.3.2, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora da licitação, após verificação da documentação de habilitação.

e) O disposto no subitem 10.3.2 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por ME ou EPP.

f) A ME ou EPP mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

10.4. Julgamento das propostas e lances

10.4.1 - No horário e local indicados neste edital, será aberta a sessão de processamento do Pregão, iniciando-se com o credenciamento dos interessados em participar do certame.

10.4.1 - Após os respectivos credenciamentos, as licitantes entregarão ao Pregoeiro a declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação, de acordo com o modelo estabelecido no Anexo V ao Edital e, em envelopes separados, a proposta de preços e os documentos de habilitação.

10.4.1.1 - Iniciada a abertura do primeiro envelope proposto, estará encerrado o credenciamento e, por consequência, a possibilidade de admissão de novos participantes no certame.

10.5 - Para o julgamento das propostas escritas, será considerado **MENOR PREÇO POR LOTE**.

10.6 - Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se a proponente desistente às penalidades constantes deste edital.

10.7 - As propostas classificadas serão selecionadas para a etapa de lances, com observância dos seguintes critérios e procedimentos:

a) Seleção da proposta de **MENOR PREÇO**.

b) O Pregoeiro(a) procederá à classificação da proposta de **MENOR PREÇO**, e aquelas que tenham valores sucessivos e superiores em até 10 % (dez por cento), relativamente à de menor preço global, para participarem dos lances verbais;

c) Caso não haja pelo menos três propostas na condição definida acima (letras b), serão classificadas as propostas subsequentes que apresentarem os menores preços, até o máximo de três, já incluída a de menor preço, qualquer que tenham sido os valores oferecidos.

d) Na ocorrência de empate dentre as classificadas para participarem dos lances verbais, a ordem para esses lances será definida através de sorteio. Aos licitantes proclamados classificados será dada a oportunidade para nova disputa, por meio de lances verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes, em

relação à de menor preço, iniciando-se pelo autor da proposta de maior valor.

10.8 - O Pregoeiro convidará individualmente os autores das propostas selecionadas a formular lances de forma sequencial, a partir do autor da proposta de maior preço e os demais em ordem decrescente de valor, decidindo-se por meio de sorteio no caso de empate de preços.

10.8.1 - A licitante sorteada em primeiro lugar poderá escolher a posição na ordenação de lances, em relação aos demais empatados, e assim sucessivamente até a definição completa da ordem de lances.

10.9 - Os lances deverão ser formulados em VALORES REAIS, DISTINTOS, DECRESCENTES e INFERIORES à proposta de menor preço.

10.10- A etapa de lances será considerada encerrada quando todos os participantes dessa etapa declinarem da formulação de lances.

10.11- O Pregoeiro poderá negociar com o autor da oferta de MENOR VALOR com vistas à redução do preço.

10.12- Após a negociação, se houver, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da oferta, decidindo motivadamente a respeito.

10.13 Considerada aceitável a oferta de menor preço durante a sessão pública, o Pregoeiro – antes da apreciação dos documentos de habilitação - suspenderá a sessão para que o licitante vencedor da etapa de lances apresente, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, as amostras do(s) produto(s).

10.14. As amostras serão disponibilizadas ao Pregoeiro em local apropriado para que este, acompanhado de profissional técnico competente, se necessário, possa avaliá-las com vistas a verificar a conformidade com as descrições constantes com o Termo de Referência.

10.15. O licitante deverá indicar previamente o local da diligência a qual será franqueada aos demais participantes, caso queiram dela participar, de tudo lavrando-se auto circunstanciado, assinado pelos presentes.

10.16 A indicação dos locais, data e horário das diligências serão encaminhados a todos os licitantes via e-mail, com a antecedência necessária para que, querendo, possam se programar para acompanhar a visita técnica.

10.17. Em havendo despesas de deslocamento para a realização da diligência, serão elas suportadas pelo licitante sem direito a qualquer reembolso.

10.18. Caso o Pregoeiro entenda por suficiente os catálogos e laudos apresentados pela licitante vencedora, poderá dispensar as diligências.

10.19. Será desclassificada a proposta do licitante que tiver amostra rejeitada ou não a disponibilizá-las, no prazo e modo estabelecidos, ficando prejudicada a avaliação dos requisitos de habilitação.

10.19 Sendo aprovadas as amostras apresentadas em sede de diligência, o Pregoeiro notificará todas as empresas participantes do certamente para nova sessão pública, onde será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação da empresa. Caso a mesma seja desclassificada, será convocada então a empresa subsequente para a realização de nova visita técnica, nos mesmos moldes dos itens 10.13, 10.14 e 10.15 até que se apure uma licitante que tenha suas amostras aprovadas e seja devidamente habilitada.

11. DO RECURSO, DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

11.1 - No final da sessão, a licitante que quiser recorrer deverá manifestar imediata e motivadamente a sua intenção, abrindo-se então o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação de memoriais, ficando as demais licitantes desde logo intimadas a apresentarem contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr no término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

11.2 - A ausência de manifestação imediata e motivada da licitante importará decadência do direito de recurso e, consequente, adjudicação do objeto do certame pelo Pregoeiro à(s) licitante(s) vencedora(s) com encaminhamento do processo à autoridade competente para a homologação.

11.3 - Interposto o recurso, o Pregoeiro poderá reconsiderar a sua decisão ou mantê-la, encaminhando o feito devidamente instruído à autoridade jurídica competente para análise do caso.

11.4 - O recurso terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.5 - Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto do certame à licitante vencedora e homologará o procedimento.

11.6 - Decididos os recursos eventualmente interpostos ou decorrido o prazo recursal sem sua interposição, ou havendo renúncia expressa a esse direito, o julgamento da licitação será submetido à autoridade CONTRATANTE para homologação do procedimento, adjudicação de seu objeto à licitante vencedora e decisão quanto à contratação, publicando-se o resultado do julgamento.

12. DA DIVULGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PREGÃO

12.1 O resultado final do PREGÃO será publicado no quadro de avisos (Mural) do CISPAR, site oficial e no jornal Minas Gerais.

13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1 A falta de manifestação imediata e motivada da intenção de interpor recurso, por parte da(s) proponente(s), importará na decadência do direito de recurso, competindo o Pregoeiro adjudicar o objeto do certame à proponente vencedora;

13.2 Existindo recurso(s) e constatada a regularidade dos atos praticados e após a decisão do(s) mesmo(s), a autoridade competente deve praticar o ato de adjudicação do objeto do certame à proponente vencedora;

13.3 Compete à autoridade competente homologar o PREGÃO;

13.4 A partir do ato da homologação será fixado o início do prazo de convocação da proponente adjudicatária para assinar a Ata de Registro de Preços, respeitada a validade de sua proposta.

14 - DA FORMA DE PAGAMENTO

14.1 - O pagamento será efetuado, sem atualização financeira, pelo MUNICÍPIO ADERENTE, em duas etapas:

- 50% (cinquenta por cento) após a entrega dos equipamentos e aceite da fiscalização;
- 50% (cinquenta por cento) após a montagem dos equipamentos e aceite da fiscalização.

14.1.1 O prazo para o pagamento será de até 30 (trinta) dias contados após a entrega /montagem dos equipamentos.

14.1.2 - Caindo a data do pagamento em dia não útil, final de semana, recesso ou ponto facultativo, considerar-se-á prorrogada a data do pagamento para o dia útil imediatamente seguinte.

14.2 - Juntamente com a nota fiscal, a CONTRATADA deverá apresentar Certidões Negativas necessárias para a comprovação da manutenção de habilitação.

14.3 - O não atendimento do disposto no item anterior, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas do protocolo da nota fiscal no setor competente, acarretará a retenção do pagamento, até que solucione a questão, e se perdurar, a rescisão do contrato.

14.4 - A CONTRATADA sujeitar-se-á, no ato do recebimento da fatura, à quitação do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), caso incidente.

14.5 - Deverão estar incluídas, no preço dos serviços todas as despesas, sem quaisquer ônus para o CISPÁR e para os Municípios Consortes, tais como frete, carga e descarga, tributos, e quaisquer outros que incidam sobre a avença.

14.6 - O Município Consorte aderente a Ata de Registro de Preços reserva-se ao direito de reter o pagamento se, no ato da verificação da entrega os equipamentos não estiverem em perfeitas condições ou de acordo com as especificações exigidas.

14.7- Na eventualidade de aplicação de multa, será assegurada a ampla defesa na forma da lei.

14.8 - A Nota Fiscal – emitida obrigatoriamente com o número de inscrição do CNPJ - apresentado para a Habilitação – só será liberada quando a entrega estiver em total conformidade com as especificações constantes do Anexo I, desse Edital.

14.9 - Deverão constar na nota fiscal/fatura as especificações dos equipamentos e o número da Ata de Registro de Preços.

14.10- Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o Município aderente comunicará à CONTRATADA para que regularize a situação.

14.10.1 - Na hipótese prevista no subitem 14.10, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, devidamente regularizado.

14.11- Deverão ser pagos somente os equipamentos efetivamente entregues / montados e aceitos pela fiscalização do Município Aderente;

15 - DAS PRERROGATIVAS E OBRIGAÇÕES DA LICITANTE VENCEDORA

15.1 São obrigações da Licitante Vencedora:

- a) Fornecer com pontualidade os equipamentos solicitados conforme solicitação/requisição emitida pelo
Avenida Professor Aristides Memória, 179 – Jardim Paulistano – Patos de Minas/MG – CEP: 38706-092 Tel.(34)3822-7700 – Fax: (34) 3825-6893 e-mail: consorcioisparr@gmail.com

Município Aderente devidamente assinada por servidor competente para tal;

- b) Comunicar imediatamente e por escrito à Administração, através da Fiscalização, qualquer anormalidade verificada, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias;
- c) Atender com prontidão às reclamações por parte do recebedor dos equipamentos, objeto da presente Licitação;
- d) Manter todas as condições de habilitação exigidas na presente licitação;
- e) Comunicar à Administração modificação em seu endereço ou informações de contato, sob pena de se considerar perfeita a notificação realizada no endereço constante na Ata;

15.2 Todos os impostos, taxas, fretes, seguros e encargos sociais e trabalhistas, que incidam ou venham a incidir sobre a Ata de Registro de Preços ou decorrentes de sua execução serão de exclusiva responsabilidade da empresa Fornecedora.

16 – DAS PRERROGATIVAS E OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

O Município aderente deverá acompanhar e fiscalizar a entrega dos equipamentos, nos termos do inc. III do art. 58 c/c o art. 67, ambos da Lei Federal nº 8.666/93, diretamente ou por meio de Preposto, que exercerá ampla e irrestrita fiscalização do objeto, a qualquer hora, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, inclusive quanto às obrigações da CONTRATADA constantes também do Termo de Referência;

16.1 Compete ainda ao Município Aderente:

- a) Promover os pagamentos dos equipamentos efetivamente entregues / montados e aceitos pela Fiscalização da Ata, desde que não haja impedimento legal para o fato;
- b) Notificar, formal e tempestivamente a Fornecedora/Detentora sobre as irregularidades observadas no cumprimento da Ata;
- c) Notificar a Fornecedora/Detentora por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade;
- d) Aplicar as sanções administrativas contratuais pertinentes, em caso de inadimplemento;
- e) Prestar à contratada todos os esclarecimentos necessários à execução da Ata de Registro de Preço;

17. DA FORMALIZAÇÃO, VIGÊNCIA, RESCISÃO E PUBLICIDADE DA ATA DO REGISTRO DE PREÇOS

17.1 A Ata de Registro de Preços deverá ser assinada por representante legal, diretor, ou sócio da empresa, com apresentação, conforme o caso e respectivamente, de procuração ou contrato social, acompanhados de cédula de identidade.

17.2 O prazo para assinatura da Ata de Registro de Preço será de 05 (cinco) dias úteis contados do recebimento da convocação, podendo ser prorrogado uma vez, desde que solicitado por escrito, antes do término do prazo previsto, e com exposição de motivo justo que poderá ou não ser aceito pela Administração.

17.3 A Licitante que convocada para assinar a Ata de Registro de Preço deixar de fazê-lo no prazo fixado dela será excluída.

17.4 Na hipótese do não atendimento à convocação a que se refere o item 17.2 ou havendo recusa em fazê-lo, o CISPAR aplicará as penalidades cabíveis.

17.5 A Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses a contar da data da publicação de seu extrato.

17.6 A Ata de Registro de Preços referente ao Pregão Presencial nº 09/2021-SRP, terá seu extrato publicado no Jornal Minas Gerais, e a sua íntegra, após assinada e homologada, será disponibilizada no site oficial do CISPAR e disponibilizada para todos os Municípios Consortes.

17.7 O prazo de validade da ata de registro de preços não será superior a doze meses, incluídas eventuais prorrogações, conforme o inciso III do § 3º do art. 15 da Lei nº 8.666, de 1993.

17.8 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

17.9 Se durante a vigência da Ata de Registro de Preços for constatado que os preços registrados estão superiores aos de mercado, caberá à Administração convocar os fornecedores registrados para negociar o novo valor.

17.10 A Ata de Registro de Preço poderá ser rescindida de pleno direito:

a) *Pela Administração independentemente de interpelação judicial, precedido de processo administrativo com ampla defesa, quando:*

- 1) A Detentora não cumprir as obrigações constantes da Ata de Registro de Preços;
- 2) A Detentora não formalizar Ata de Registro de Preços decorrente ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceita pela Administração;
- 3) A Detentora der causa a rescisão administrativa da Ata de Registro de Preços;
- 4) Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços;
- 5) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior aquele praticado no mercado;
- 6) Por razões de interesse público, devidamente justificado pela administração;
- 7) No caso de falência ou instauração de insolvência e dissolução da sociedade da empresa Fornecedora;
- 8) Caso ocorra transferência a terceiros, ainda que em parte, das obrigações assumidas pela empresa detentora;

b) *Pela Detentora quando:*

- 1) Mediante solicitação escrita, comprovar a ocorrência de caso fortuito ou força maior;

17.11 A solicitação da Detentora para cancelamento do preço registrado deverá ocorrer antes do pedido de fornecimento pela contratante.

17.12 A inexecução total ou parcial das obrigações pactuadas na Ata de Registro de Preços enseja rescisão do objeto, unilateralmente pela Administração, ou bilateralmente, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou no Ato Convocatório, mediante formalização e assegurados o contraditório e ampla defesa, com fundamento nos arts. 77 e 78 da Lei 8.666/93, contudo, sempre atendida a conveniência administrativa.

17.13 Poderá ainda ser rescindido por mútuo consentimento, ou unilateralmente pela Administração, a qualquer tempo, mediante notificação prévia de 30 (trinta) dias à CONTRATADA, por motivo de interesse público e demais hipóteses previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93, ou ainda, judicialmente, nos termos da legislação pertinente.

17.13.1 Da rescisão procedida com base nesta cláusula não incidirá multa ou indenização de qualquer natureza.

17.14 A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos em Lei, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante aos autos que deram origem ao Registro de Preços;

17.15 No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da Detentora, a comunicação será feita por publicação na imprensa oficial, por 01 (uma) vez, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

18. DO PRAZO DE FORNECIMENTO, LOCAL E DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO.

18.1 Os equipamentos serão solicitados conforme a necessidade dos Municípios Aderentes, após a adesão a Ata de Registro de Preços, mediante apresentação de requisição/solicitação devidamente assinada, com identificação do respectivo servidor público municipal competente.

18.1.1 - Os equipamentos adquiridos deverão ser entregues / montados nos Municípios aderentes, no endereço indicado na Ordem de Fornecimento / Ata de adesão.

18.2 Os equipamentos, objeto desta Licitação, deverão ser fornecidos em perfeita condição de utilização e normas da ABNT quando for o caso.

18.3 Os equipamentos deverão ser fornecidos a partir da publicação da Ata de Registro de Preços até findar a vigência da mesma.

18.4 O não fornecimento / montagem do objeto será motivo de aplicação das penalidades previstas neste edital, bem como nas sanções elencadas no Instrumento Convocatório do Pregão, e ainda conforme rege a Lei Federal nº 8.666/93.

19. DAS CONDIÇÕES ESPECIAIS

19.1 A detentora/contratada obriga-se a fornecer os equipamentos licitados em perfeita harmonia e concordância com as normas adotadas pelo CISPÁR, detentor da Ata de Registro de Preços, e pelos Municípios Aderentes, responsáveis pela emissão da requisição, com especial observância dos termos deste Instrumento Convocatório e da Ata de Registro de Preços/Contrato/Nota de empenho.

20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1 Sem prejuízo da cobrança de perdas e danos, o CISPAR poderá sujeitar a Detentora/Contratada às penalidades seguintes:

a) Suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração direta e indireta, pelo prazo de até 02 (dois) anos (Art. 87 III, da Lei 8.666/93), em função da natureza e da gravidade da falta cometida ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição à pessoa física ou jurídica que praticar quaisquer atos previstos no Art. 7º da Lei Federal n. 10.520, de 17 de julho de 2002;

b) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, considerando, para tanto, reincidência de faltas, sua natureza e gravidade. O ato da declaração de inidoneidade será proferido por Autoridade Superior, mediante publicação no Diário Oficial do Estado.

20.2 Pelo atraso injustificado na entrega dos equipamentos, a Detentora/Contratada incorrerá em multa diária de 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor ajustado, excluída, quando for o caso, parcela correspondente aos impostos incidentes, se destacados em documento fiscal.

20.3 Pela inexecução total ou parcial do ajuste a multa será de 10% (dez por cento) sobre o valor da obrigação não cumprida.

20.3.1 A aplicação das multas independe de qualquer interpelação judicial, precedida de processo administrativo com ampla defesa, sendo exigível desde a data do ato, fato ou omissão que lhe tiver dado causa.

20.3.2 As multas e penalidades serão aplicadas sem prejuízo das sanções cíveis ou penais cabíveis.

20.3.3 A Detentora/Contratada será notificada, por escrito para recolhimento da multa aplicada, o que deverá ocorrer no prazo de 10 (dez) dias úteis dessa notificação. Se não ocorrer o recolhimento da multa no prazo fixado, o seu valor será deduzido das faturas remanescentes.

20.4 A recusa injustificada da adjudicatária em assinar a Ata de Registro de Preços, aceitar ou retirar o instrumento equivalente dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, podendo a Administração aplicar as penalidades cabíveis.

20.5 Pelo descumprimento das obrigações assumidas a licitante estará sujeita às penalidades previstas na Lei Federal nº 8.666/93.

21. DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE

21.1 Poderão utilizar-se da Ata de Registro de Preço todos os Municípios que fazem parte do CISPAR - CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO ALTO PARANAÍBA - ou qualquer Órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao Órgão Gerenciador da Ata e

anuência da empresa beneficiária, desde que devidamente comprovada a vantagem e respeitadas, no que couber, as regras contidas na Lei nº 10.520/2002, na Lei nº 8.666/93, no Decreto nº 7.892/2013 e demais normas em vigor e respectivas atualizações.

21.2 Os Órgãos que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o Órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

21.3 Poderá o beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador.

21.4 As aquisições ou contratações adicionais a que se refere o art. 22 do Decreto nº 7.892/2013, não poderão exceder, por órgão, a cinquenta por cento dos quantitativos dos lotes do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador.

21.5 O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada lote registrado na ata de registro de preços para o Órgão Gerenciador, independente do número de Órgãos não participantes que aderirem.

21.6 Após a autorização do Órgão Gerenciador, o Órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

21.7 Compete ao Órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao Órgão Gerenciador.

22. DAS ALTERAÇÕES DA ATA DO REGISTRO DE PREÇOS

22.1 A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas na Lei nº 8.666/93 e no Decreto nº 7.892/2013 e suas alterações.

22.2 Os preços registrados na Ata de Registro de Preços são fixos e irrevogáveis, salvo como condição de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, mediante requerimento e justificativa expressos do Fornecedor e comprovação documental, decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

22.3 O gerenciador da ata de registro de preços acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com aqueles registrados na ata.

22.4 Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

22.4.1 Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

22.4.2 A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

22.5 Se ocorrer do preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

- a) Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e
- b) Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

22.6 Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

22.7 O registro do fornecedor será cancelado mediante formalização por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa, quando o fornecedor:

- a) Descumprir as condições da ata de registro de preços;
- b) Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
- d) Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.

22.8 O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

- a) Por razão de interesse público; ou
- b) A pedido do fornecedor.

23 - DAS REVISÕES DE PREÇOS

23.1 - O preço registrado vigente poderá ser revisto, por solicitação formal do Signatário Detentor, somente para que seja mantido o equilíbrio econômico-financeiro.

23.2 - O pedido deverá ser enviado ao Gestor da Ata, através do protocolo geral do CISPAR no horário de expediente.

23.3 - A solicitação de revisão de preço(s) deverá ser devidamente justificada e acompanhada de documentos comprobatórios da sua necessidade, originais ou cópias autenticadas, a qual será analisada pela Consultoria Jurídica do Consórcio.

23.4 - Para a solicitação de revisão de preço(s), o Signatário Detentor terá que apresentar planilha

atualizada da composição de preços do(s) produto(s), considerando todos os itens constantes na proposta anterior apresentada, quando da apresentação da proposta.

23.5 - A análise para deferimento total ou parcial ou ainda indeferimento da revisão solicitada deverá ser instruída com justificativa e memória dos respectivos cálculos, para deliberação pela Consultoria Jurídica e pelo Gestor da Ata, em aproximadamente 10 (dez) dias úteis, contados a partir da entrega da documentação completa pelo Signatário Detentor.

24. DOS REPASSES AO CISPAP

24.1 Caso seja solicitada a adesão da Ata de Registro de Preços por Municípios NÃO INTEGRANTES DO CISPAP, e a empresa Detentora opte pelo atendimento da solicitação, a CONTRATADA deverá repassar ao CISPAP, a título de Gestão da Ata de Registro de Preços, o percentual de 1% (um ponto percentual) sobre o valor da adesão solicitada.

24.2 O prazo para o repasse será de até 05 (cinco) dias úteis após a emissão da Nota Fiscal / Fatura emitida pela Detentora da Ata.

24.3 Caso a empresa não realize o repasse, a Ata será cancelada, e será solicitado ao Município Aderente que retenha o pagamento da Nota Fiscal / Fatura a fim de que seja descontado o valor do repasse.

24.4 Sabendo-se da natureza do crédito, a destinação dos recursos se dará com atenção à Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

24.5 Os repasses devidos pela Detentora da Ata de Registro de Preços deverão ser realizados em conta específica do CISPAP, sob orientação do Departamento de Contabilidade.

24.6 Das adesões dos Municípios Consortes do CISPAP não serão devidas o percentual de Gestão da Ata de Registro de Preços.

25. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

25.1 - As licitantes declaram ter pleno conhecimento dos elementos constantes deste Edital, bem como de todas as condições gerais e peculiaridades ao cumprimento do objeto licitado, sendo vedado invocar, posteriormente, qualquer desconhecimento quanto aos mesmos.

25.2 - Pela elaboração da proposta, as licitantes não terão direito a auferir qualquer vantagem, remuneração ou indenização.

25.3 - Esta Licitação será anulada se ocorrer ilegalidade no seu processamento ou julgamento, podendo ser revogada, a juízo exclusivo do CISPAP, se for considerada inoportuna ou inconveniente ao serviço público, sem que caiba direito a qualquer indenização.

25.4 - A Administração poderá, em qualquer fase da licitação, promover diligência que, a seu exclusivo critério, julgar necessária, no sentido de obter esclarecimentos ou informações complementares.

25.5 - As normas disciplinadoras desta Licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os licitantes e desde que não comprometam interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

25.6 Os casos omissos do presente Pregão serão solucionados pelo Pregoeiro.

25.7 Integram o presente Edital:

ANEXO I – Termo de Referência;

ANEXO II – Modelo de Declaração de Enquadramento em regime de tributação de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (*na hipótese da licitante ser uma ME ou EPP*);

ANEXO III – Modelo de Declaração de Inexistência de Fatos Supervenientes;

ANEXO IV – Declaração de Idoneidade;

ANEXO V - Modelo de Declaração de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação;

ANEXO VI- Modelo de Proposta de Preços;

ANEXO VII – Modelo de Declaração que não emprega menor;

ANEXO VIII - Minuta da Ata de Registro de Preços

26. DO FORO

26.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Patos de Minas/MG, por mais privilegiado que outro seja para serem dirimidas eventuais dúvidas decorrentes desta Licitação, não resolvidas na esfera Administrativa.

CISPAR - Patos de Minas/MG, aos 10 dias do mês de setembro de 2020.

ADÍLIO ALEX DOS REIS

Presidente

CISPAR

Consórcio Público Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável do Alto Paranaíba

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1 - O objeto da presente licitação é o Registro de Preços para aquisição eventual, futura e parcelada, pelos Municípios Consortes de CISPAR de equipamentos, com Fornecimento e instalação (mão de obra) quando necessário, conforme descritivos técnicos e demais informações contidas neste Termo de Referência.

1.2 - A proposta vencedora será a que oferecer o **MENOR PREÇO POR LOTE**.

2. JUSTIFICATIVA

2.1 - De acordo com o Estudo Técnico Preliminar, os equipamentos aqui descritos proporcionarão o bem-estar dos alunos pertencentes a rede de ensino municipal, bem como dos professores e demais educadores envolvidos no processo de educação. Partindo de tal premissa, as áreas escolares que receberão os equipamentos são espaços próprios que se alinham às obrigações das cidades em realizar suas funções (citada Constituição Federal), seja para melhor conforto durante o período letivo, seja para a estimulação motora, sensorial e cognitiva

3. DETALHAMENTO DAS ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES.

3.1 - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DE CADA ITEM

As especificações técnicas de cada item que compõem os três lotes estão em forma de anexo a este Termo de Referência

4 - DA FORMA DE JULGAMENTO

4.1 - O critério de julgamento será pelo **MENOR PREÇO POR LOTE**, para que se possa agregar itens de mesma funcionalidade.

4.2 - Na planilha de composição de custo, o licitante deverá preencher os valores unitários de cada um dos itens que compõem o lote, sob pena de desclassificação da proposta.

5 - DAS RESPONSABILIDADES

5.1. DA DETENTORA DA ATA

5.1.1. Entregar o objeto contratado, cumprindo integralmente com as condições e prazos descritos no edital de licitação e seus anexos, exclusivamente mediante a Autorização

de Fornecimento ou outro documento equivalente, emitido pelo CONTRATANTE.

- 5.1.2. Produzir e aprovar junto ao CONTRATANTE, toda a documentação especificada no edital de licitação e seus anexos, inerente à execução do objeto contratado.
- 5.1.3. Atender às demandas e/ou necessidades específicas, relativas à execução do objeto contratado.
- 5.1.4. Respeitar as normas e procedimentos de controle de qualidade vigentes, normas sobre os materiais usados na confecção dos equipamentos e outras aplicáveis ao caso.
- 5.1.5. Garantir total confidencialidade em relação às informações e/ou documentos obtidos junto ao CONTRATANTE e/ou que tenham sido produzidos em virtude da execução do objeto contratado.
- 5.1.6. Garantir que todos os documentos produzidos durante a execução do objeto contratado sejam de propriedade exclusiva do CONTRATANTE, cabendo ao seu exclusivo critério, a sua liberação, para atender qualquer finalidade diversa, solicitada pela DETENTORA.
- 5.1.7. Sanar problemas porventura surgidos na execução e/ou em execução, e a qualquer momento, na medida em que o mesmo não atenda integralmente as especificações contidas na Ata, no edital de licitação e seus anexos, na proposta da DETENTORA vencedora do processo licitatório, sem que esta ação gere qualquer ônus para o CONTRATANTE.
- 5.1.8. Manter-se em compatibilidade integral com as obrigações contratuais assumidas, as condições de habilitação e qualificação técnica especificadas para o processo licitatório, e as habilitações dos profissionais durante a execução do objeto contratado.
- 5.1.9. Responsabilizar-se integralmente pelos custos diretos e indiretos referentes à execução do objeto contratado, tais como e sem se limitar a: tributos incidentes; taxas de administração; aquisição de materiais; encargos sociais e trabalhistas; fretes e seguros; estadias, diárias, passagens, custos operacionais e com logística de qualquer natureza e; outros que se fizerem necessários à correta execução do objeto contratado.
- 5.1.10. Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os integrantes da sua equipe de profissionais alocada para a montagem dos equipamentos não manterão nenhum vínculo empregatício com o CONTRATANTE.
- 5.1.11. Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência dos mesmos, forem vítimas os profissionais que integram a sua equipe de trabalho, alocada para a execução do objeto contratado, ou outros profissionais, ligados por qualquer razão, indiretamente à equipe, ou ainda, os educandos a serem transportados.
- 5.1.12. Assumir todos os encargos de possíveis demandas trabalhistas, civis ou penais, relacionados à execução do objeto contratado ou que estejam vinculados a ela, por prevenção, conexão ou continência.

- 5.1.13. Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação da Ata de Registro de Preços e execução do objeto contratado, que terão como natureza fiscal a prestação de serviços afins, que culminem na execução contratual.
- 5.1.14. Renunciar expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, para com o CONTRATANTE.
- 5.1.15. Executar a entrega dos equipamentos e executar as montagens a eles inerentes, quando necessário, de acordo com as especificações do Edital e Proposta do Licitante e este Termo de Referência.
- 5.1.16. Atender aos critérios da Administração para a execução do serviço e observar as normas constitucionais e especiais sobre o assunto, objeto deste Termo de Referência.

5.2 – DA CONTRATANTE E DOS MUNICÍPIOS ADERENTES

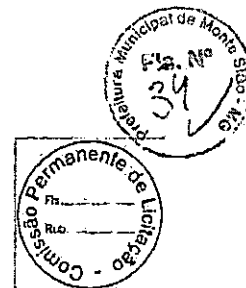
- 5.2.1 – Compete aos Municípios Aderentes pagar o valor dos equipamentos devidamente entregues e montados, na forma e condições estabelecidas neste Termo de Referência.
- 5.2.2. Disponibilizar à DETENTORA DA ATA todas as informações necessárias ao cumprimento das suas obrigações.
- 5.2.3. Fiscalizar e aplicar as penalidades estabelecidas na Ata de Registro de Preços.
- 5.2.4. Receber os equipamentos e seus complementos de acordo com as regras estabelecidas neste Termo de Referência e demais especificações, desde a entrega até a montagem definitiva.
- 5.2.5. Proceder à vistoria/fiscalização nos equipamentos, sempre que de seu interesse, durante a vigência da Ata.
- 5.2.6 – Resolver os casos omissos no presente instrumento de acordo com os preceitos legais que regulam a espécie, amigavelmente ou através das vias judiciais comuns.
- 5.2.7 - Acompanhar e fiscalizar a qualidade dos serviços prestados no complemento dos equipamentos entregues, através da Secretaria Municipal correspondente no Município Aderente, que deverá nomear pessoa especificamente para esta tarefa.

6 – DAS NORMAS GERAIS DE FORNECIMENTO

6.1 O fornecimento dos equipamentos dar-se-á de acordo com o fluxo abaixo:

6.1.1 Envio do pedido para a Detentora da Ata, com especificação do modelo e quantidade do(s) equipamento(s) a ser(em) adquirido(s), com informações necessárias para sua instalação, tais como:

- Endereço do local de entrega;
 - Endereço do local de instalação;
 - Nome e contato do responsável pelo recebimento do(s) equipamento(s);
- Avenida Professor Aristides Memória, 179 – Jardim Paulistano – Patos de Minas/MG – CEP: 38706-092 Tel. (34) 3822-7700 – Fax: (34) 3825-6893 e-mail: consorciocispar@gmail.com



- Nome e contato do responsável pelo acompanhamento da montagem do(s) equipamento(s).

6.2 O prazo para a entrega dos equipamentos será de até 15 (quinze) dias da entrega da Ordem de Fornecimento.

6.3 O prazo para a montagem definitiva dos equipamentos será de até 05 (cinco) dias úteis após o envio da autorização de montagem, quando se fizer necessário, acompanhada com todas as especificações necessárias, constantes do item 6.1.1.

6.4 A aquisição dos equipamentos ocorrerá na medida exata do surgimento das demandas da rede Municipal de educação e/ ou dos órgãos participantes.

6.5 O fornecimento dar-se-á conforme as condições previamente estabelecidas neste Termo de Referência e durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

6.6 Os bens serão solicitados mediante emissão de Nota de Empenho e Autorização de Fornecimento - AF, encaminhados por meio de correspondência eletrônica, sendo obrigatória a confirmação de recebimento pela DETENTORA DA ATA.

6.7 A DETENTORA DA ATA deverá entregar todo o equipamento solicitado através da Nota de Empenho e Autorização de Fornecimento - AF.

6.8 Em caso de entrega parcial, a CONTRATADA deverá encaminhar justificativa à CONTRATANTE com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis antes da entrega, ficando a critério da Administração a aplicação das penalidades cabíveis.

6.9 Em caso de entrega parcial sem justificativa, a fiscalização notificará a CONTRATADA, informando o ocorrido, e considerar-se-á como inadimplemento contratual, tendo em vista a não entrega de todos os itens solicitados.

6.10 A CONTRATANTE poderá solicitar a antecipação da entrega de parte dos equipamentos constante da Autorização de Fornecimento - AF, somente se a DETENTORA DA ATA conseguir atender ao pedido.

6.11 A nota fiscal eletrônica deverá vir conforme Autorização de Fornecimento - AF com a descrição do equipamento, quantidade e valores para fins de conferência e solicitação de garantia.

6.12 A CONTRATANTE poderá solicitar à DETENTORA DA ATA que promova a montagem separada de um ou mais equipamentos em áreas distintas, de acordo com sua necessidade.

7 - DO PAGAMENTO

7.1 A CONTRATANTE pagará à DETENTORA DA ATA somente os equipamentos devidamente entregues e montados, quando for o caso, após a conferência da qualidade do equipamento, do layout fornecido e demais especificações técnicas apresentadas na proposta de preços e catálogos oferecidos pela empresa.

7.2 O prazo para o pagamento será de até 30 (trinta) dias contados após a entrega / montagem dos equipamentos.

8 - DA GARANTIA

8.1 - A DETENTORA DA ATA se compromete a prestar garantia de todos os equipamentos e serviços de montagem, pelo prazo de 12 (doze) meses a contar do recebimento definitivo por parte da fiscalização do Contrato assinado entre a Detentora e o Município Aderente.

8.2 - Caso os equipamentos apresentem defeitos de fábrica e/ou na montagem que venham a deteriorar ou diminuir a sua vida útil, os mesmos deverão ser trocados pela Detentora, sem ônus nenhum ao Contratante, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, sob pena de aplicação das sanções administrativas cabíveis.

9- DAS AMOSTRAS

9.1. Considerada aceitável a oferta de menor preço durante a sessão pública, o Pregoeiro - antes da apreciação dos documentos de habilitação - suspenderá a sessão para que o licitante vencedor da etapa de lances apresente, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, as amostras do(s) produto(s).

9.2. As amostras serão disponibilizadas ao Pregoeiro em local apropriado para que este, acompanhado de profissional técnico competente, se necessário, possa avaliá-las com vistas a verificar a conformidade com as descrições constantes com o Termo de Referência.

9.5. Será desclassificada a proposta do licitante que tiver amostra rejeitada ou não a disponibilizá-las, no prazo e modo estabelecidos, ficando prejudicada a avaliação dos requisitos de habilitação.

9.6 O licitante deverá indicar previamente o local da diligência a qual será franqueada aos demais participantes, caso queiram dela participar, de tudo lavrando-se auto circunstanciado, assinado pelos presentes.

9.7 A indicação dos locais, data e horário das diligências serão encaminhados a todos os licitantes via e-mail, com a antecedência necessária para que, querendo, possam se programar para acompanhar a visita técnica.

9.8 Em havendo despesas de deslocamento para a realização da diligência, serão elas suportadas pelo licitante sem direito a qualquer reembolso.

9.9 Caso o Pregoeiro entenda por suficiente os catálogos e laudos apresentados pela licitante vencedora, poderá dispensar as diligências.

9.10 Para fins da presente contratação, entende-se por amostra o exemplar completo indicado para apresentação, exigido da licitante que se encontre classificada provisoriamente em primeiro lugar durante a fase de julgamento da proposta, construído com materiais novos atendendo às especificações e aos requisitos técnicos constantes do Edital, e que permitirá, a partir de adequado processo de análise, a confirmação do enquadramento do bem às exigências técnicas previamente definidas.

9.11. No decorrer do procedimento de análise a ser realizado, a amostra poderá ser aberta, manuseada, desmontada, instalada, receber cortes, seções ou vincos, movimento nas peças e ser submetida aos testes necessários, sendo devolvida à licitante no estado em que se encontrar ao final da avaliação, com vistas a aprovação das amostras.

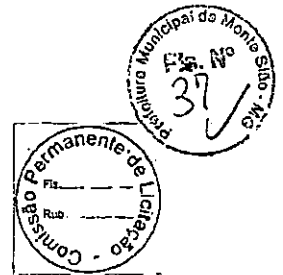
9.12 Os critérios adotados para análise e posterior aprovação das amostras são:

9.12.1. Análise de conformidade com as especificações em anexo;

9.12.2. Análise de qualidade e procedência dos materiais e componentes internos, utilizados para a fabricação dos produtos, a exemplo da matéria-prima e dos componentes utilizados;

9.12.3. Análise de acabamento. As amostras deverão apresentar aparência homogênea, com superfícies lisas, sem riscos, bolhas ou defeitos grosseiros, além do esmero na fabricação, qualidade na junção das peças e na pintura.

9.12.4. Confirmar o tipo e qualidade dos materiais aplicados na confecção e montagem do objeto;



9.12.5. Tonalidade; Formato/design; Tamanho/medidas mínimas;
Qualidade/estrutura/plásticos; Normas da ABNT e INMETRO;

9.12.6. Aferir as dimensões, tais como espessura, largura e comprimento, bem como outros atributos concernentes a componentes internos do objeto, considerados aqueles que estejam sob alguma camada de estofado, tecido, chapa e outros revestimentos (quando for o caso).

9.11. Durante o período de exame da amostra, poderá solicitar informações adicionais, referentes aos componentes e ao objeto.

9.12. A pronunciar-se-á quanto à aceitabilidade da amostra emitindo parecer aprovando, aprovando com ressalvas ou reprovando a amostra apresentada.

9.13. A hipótese de “aprovação com ressalvas” somente ocorrerá caso as citadas ressalvas refiram-se a itens de mera aparência (pormenores de acabamento, coloração e outros itens que não impliquem incerteza quanto à qualidade e funcionalidade do objeto). Nesse caso, poderá ser disponibilizado novo prazo de 3 (três) dias úteis para correção das ressalvas, mediante ajustes ou apresentação de nova amostra.

9.14. A reapresentação da amostra, quando da “aprovação com ressalvas”, poderá, a critério, ser dispensada, entretanto, será exigida a manifestação formal da licitante confirmando sua ciência quanto às ressalvas apontadas no parecer técnico de análise e sua anuência de que todas as exigências e especificações serão integralmente atendidas no fornecimento do produto final.

AGNO ROSA DE CASTRO
Secretário Executivo CISPAr



Prefeitura Municipal de Monte Sião

Estância Hidromineral – Capital Nacional da Moda Tricô

Diretoria Administrativa
Portal: www.montesiao.mg.gov.br



Memorando

De: Diretoria de Administração

Para: DIRETORIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES

Assunto: ADESÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 11/2021, PREGÃO PRESENCIAL 09/2021, DO CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO ALTO PARANAIBA - CISPARG PARA AQUISIÇÃO DE CAMINHA EMPILHÁVEL, EM ATENDIMENTO A LEGISLAÇÃO FEDERAL DO FNDE, PARA A DIRETORIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SIÃO/MG.

Data: 03/06/2022.

Exmo. Sr. Prefeito,

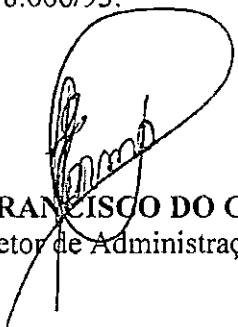
A Diretoria de Educação e Esportes solicita a contratação de empresa especializada para aquisição de caminhão empilhável, em atendimento a Legislação Federal do FNDE para a Diretoria de Educação e Esportes da Prefeitura Municipal de Monte Sião/MG.

Ressalta-se que o Consórcio Público Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável do Alto da Paranaíba - CISPARG, através do Secretário Executivo, Sr. AGNO ROSA DE CASTRO, concorda com a adesão à Ata conforme Ofício enviado em 04/03/2022 e ainda, que a empresa DRA SOLUCAO COMERCIAL EM EDUCAÇÃO LTDA, concorda com o fornecimento com a Ata 11/2021 relativa ao Pregão Presencial 09/2021.

Acrescenta-se que a empresa encontra-se habilitada para tal contratação nas condições do edital do processo supracitado.

Ante tais considerações, sirvo-me do presente para solicitar a Vossa Excelência autorização contratação e para a lavratura dos contratos nos termos do edital do Registro de Preço 11/2021, Pregão Presencial 09/2021 do Consórcio Público Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável do Alto da Paranaíba - CISPARG, em conformidade a Lei nº 8.666/93.

Atenciosamente,


ÉLCIO FRANCISCO DO CARMO
Diretor de Administração

Ao
Exmo. Sr.
JOSÉ POCAI JÚNIOR
DD. Prefeito
Prefeitura Municipal de Monte Sião



Prefeitura Municipal de Monte Siao

Estância Hidromineral – Capital Nacional da Moda Tricô

Diretoria Administrativa
Portal: www.montesiao.mg.gov.br



DESPACHO

"Ouça-se a Procuradoria Jurídica do Município sobre a legalidade da solicitação encaminhada pelas Diretorias de Administração e de Educação e Esportes. Após, voltem-me os autos para decisão".

Monte Siao, 03 de junho de 2022.


JOSÉ POCAI JÚNIOR
Prefeito Municipal



Prefeitura Municipal de Monte Sião

Estância Hidromineral – Capital Nacional da Moda Tricô

Advocacia-Geral do Município

Portal: www.montesiao.mg.gov.br



PARECER JURÍDICO-ADMINISTRATIVO

Processo Licitatório (PRC) n.º 090/2022

Adesão de Ata de Registro de Preço n.º 029/2022

Órgão Gerenciador: *Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável do Alto da Paranaíba - CISPAP*

Ata de Registro de Preço n.º 011/2021 – Pregão Presencial n.º 009/2021

Procedência: Gabinete do Prefeito

Consultante: Prefeito Municipal

PARECER JURÍDICO – DIREITO ADMINISTRATIVO - LICITAÇÕES E CONTRATOS – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO – ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 012/2021 REALIZADA PELO CISPAP – CAMINHA EMPILHÁVEL - VANTAJOSIDADE JUSTIFICADA - PRESSUPOSTOS FORMAIS SATISFEITOS - JURIDICIDADE – INTELIGÊNCIA DO ART. 15 DA LEI N.º 8.666/93, CUMULADO COM OS ARTIGOS 22 DO DECRETO FEDERAL N.º 7.892/13 E 19 DO DECRETO ESTADUAL N.º 46.311/13 - VIABILIDADE.

I. RELATÓRIO

Cuida-se de expediente consultivo, de caráter técnico-jurídico, emanado do Gabinete do Prefeito da Municipalidade, voltado à prévia e necessária análise acerca da juridicidade da perfectibilização da intentada Adesão à Ata de Registro de Preços n.º 011/2021, oriunda do Pregão Presencial n.º 009/2021, realizada e homologada pelo **Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável do Alto da Paranaíba - CISPAP**, cujo objeto refere-se a: ***“Registro de Preços para aquisição eventual, futura e parcelada, pelos Municípios Consortes de CISPAP de equipamentos, com fornecimento de instalação (mão de obra) quando necessário, conforme descritivos técnicos constante (sic) do Termo de Referência – Anexo I.”***

Mencionada Ata de Registro de Preço foi celebrada em 23.09.2021, com validade de 12 (doze) meses, figurando como signatários: o órgão gerenciador (CISPAP) e a empresa adjudicada, **DRA Solução Comercial em Educação Ltda.**

O órgão Demandante, Diretoria Municipal de Educação e Esportes, assevera a intenção de adquirir o quantitativo de caminhões empilháveis descrito na “Nota de Autorização de Despesa”, com vistas a atender à demanda anualmente estimada pelo Município de Monte Sião/MG.

O dispêndio total esmado à operação aquisitiva, por via adesiva à ARP em alusão, é de **R\$ 323.000,00 (trezentos e vinte e três mil reais)**, conforme se depreende dos Ofícios (040 e 041/2022) subscritos pela Diretoria Municipal de Educação e Esportes.



Prefeitura Municipal de Monte São

Estância Hidromineral – Capital Nacional da Moda Tricô

Advocacia-Geral do Município

Portal: www.montesiao.mg.gov.br



Este parecer, salienta-se, restringir-se-á aos aspectos estritamente jurídicos, não abrangendo questões de natureza técnica, administrativa, econômica e financeira, tampouco o mérito e a conveniência em realizar-se a pretensa contratação direta.

Convém mencionar, por oportuno, que esta Advocacia Pública Municipal analisou tão somente o arcabouço material apresentado pelo órgão postulante, notadamente a “Nota de Autorização de Despesa” (fl. 2), bem como os instrumentos anexos a este.

Desse modo, o órgão de assessoramento jurídico se posiciona apenas com base nas informações contidas na documentação supramencionada, não se responsabilizando por divergências nas informações ou na fundamentação do pedido de contratação direta.

É, em epítome, o relatório.

Passa-se, pois, à análise do pedido formulado pelo órgão Consulente.

II. DO OBJETO DA CONSULTA

O Ilustre Chefe do Executivo Municipal, conforme despacho datado de 03.06.2022, requer manifestação jurídica acerca do pleito inserto na “Nota de Autorização de Despesa” que inaugura o vertente processo administrativo, a fim de ultimar a Adesão à Ata de Registro de Preço n.º 011/2021, formalizada pelo CIPAR, instrumentalizada pelo Pregão Presencial n.º 009/2021.

Como já anunciado, inaugura o processo administrativo a “Nota de Autorização de Despesa”. Nesta peça, a Diretoria Municipal de Educação e Esportes apresenta a argumentação considerada apta à motivação do pleito ora submetido à Chefia do Poder Executivo, aduzindo, em especial, a justificativa da contratação pretendida, a pertinência das especificações aplicadas ao objeto, colacionando, ainda, balizamento de preços de mercado de modo a evidenciar a vantajosidade da postulada adesão, assim como o cumprimento dos requisitos indispensáveis a ela inerentes.

Sobredita “Nota de Autorização de Despesa” veio acompanhada de nove anexos, todos devidamente autuados, enumerados e rubricados, a saber: (i) *Ofício n.º 040/2022, datado de 21.02.2022*; (ii) *Ofício n.º 041/2022, datado de 21.02.2022* (iii) *Termo de Aceite de Fornecimento, subscrito pela empresa DRA Solução comercial em Educação Ltda.*; (iv); *Aquiescência à Adesão à Ata de Registro Preço pelo Cisar*; (v) *Íntegra do Pregão Presencial n.º 009/2021*; (vi) *Pesquisa de Mercado*; (vi) *Quadro Comparativo de Preços*; (vii) *Declaração de Disponibilidade de Dotação Orçamentária, lavrada pela Diretoria de Finanças e Tesouraria*; (viii) *Documentação da empresa futura contratada*; e (ix) *Memorando da Diretoria de Administração do Município*.

Diante da delimitação do objeto consubstanciado no aludido pleito, aprecia-se, então, sob o viés jurídico-formal, a consulta formulada.

III. DA ANÁLISE JURÍDICA



Prefeitura Municipal de Monte Sião

Estância Hidromineral – Capital Nacional da Moda Tricô

Advocacia-Geral do Município

Portal: www.montesiao.mg.gov.br



Conforme enunciado alhures, a "Nota de Autorização de Despesa", ora em exame, visa à concretização da postulada adesão à Ata de Registro de Preços n.º 011/2021, produzida pelo CISPAP.

Como pontuado pela Diretoria Demandante, durante a condução da fase interna inerente ao planejamento da contratação açambarcada neste processo administrativo (PRC 090/2022), constatou-se a vantagem à pretensa adesão à indicada ARP, subsistindo-se devidamente justificada a proposta adesiva, o valor consignado naquela Ata exprime manifesto benefício econômico, sem, contudo, afetar a qualidade técnica do fornecimento farmacológico almejado.

À luz das premissas acima delineadas, infere-se que o cerne deste pleito contempla implementação de plano racionalmente estratégico com vista à solução de contingência institucional, de ordem funcional, que reclama provimento lastreado em atividade de manutenção técnica externa, com o escopo de se atender adequadamente à necessidade pública interposta, de caráter perene.

Exposta a argumentação aduzida pelo órgão Demandante, parte-se à crítica de conformidade jurídica¹ do pedido em questão.

III.1 Dos limites à obrigatoriedade da prévia análise jurídica

Preliminarmente, na linha do que determina parágrafo único do art. 38 da Lei n.º 8.666/93, compete ao órgão de assessoramento jurídico da Administração licitante analisar tanto a minuta do Edital, quanto a do Contrato, inclusive ajustes e aditamentos ulteriores, a ser celebrado com a futura contratada.

Impende trazer o escólio de Ailton Rocha Nóbrega², no que diz respeito à importância do exame das minutas do edital de licitação e do contrato pelo órgão de assessoramento jurídico:

"Elaborado o edital e estando definido o conteúdo desejável e adequado à licitação que se pretende instaurar, impõe-se remeter todo o processo e as minutas de instrumento convocatório e contrato ao exame do órgão jurídico da entidade licitadora para, à luz das disposições legais retromencionadas, verificar se não há alguma omissão ou o estabelecimento de exigências que, no caso específico, venham a oportunizar futuros questionamentos e até mesmo a anulação de todo o certame.

(...)

Esse exame jurídico prévio não deve ser visto e tratado como mera formalidade, cumprida apenas para o efeito de atender-se à determinação legal e que será retratada pela aposição de um mero "visto" do advogado nos instrumentos. É, em realidade, ato que se inclui na fase interna da licitação e que possui grande importância, até porque uma análise superficial ou descompromissada poderá ensejar a preservação de ilegalidades nos instrumentos, comprometendo não só o

¹ "A interpretação do direito é interpretação do direito, no seu todo, não de textos isolados, desprendidos do direito. Não se interpreta o direito em tiras, aos pedaços. A interpretação de qualquer texto de direito impõe ao intérprete, sempre, em qualquer circunstância, o caminhar pelo percurso que se projeta a partir dele - do texto - até a Constituição. Um texto do direito isolado, destacado, desprendido do sistema jurídico, não expressa significado normativo algum." GRAU, Eros Roberto. Ensaio e discurso sobre a interpretação/aplicação do Direito, 2ª ed., São Paulo. Editora Malheiros, 2003.

² NÓBREGA, Ailton Rocha. O Planejamento da Licitação. Jus Navigandi, Teresina, a.3, n.27, dez. 1998



Prefeitura Municipal de Monte Sião

Estância Hidromineral – Capital Nacional da Moda Tricô

Advocacia-Geral do Município

Portal: www.montesiao.mg.gov.br



bom andamento da licitação, como também a sua finalização. Isto acarretará para a Administração injustificáveis e desnecessários prejuízos, diretamente resultantes da necessidade de repetir-se procedimentos e do fato de impedir ou retardar o alcance do objetivo de interesse público fixado.

A função do advogado compreende, portanto, o encargo de avaliar a correta e adequada formalização do processo e dos instrumentos que a ele se vinculam, expedindo o seu pronunciamento que se constituirá em salvaguarda dos atos administrativos praticados e proteção para o Administrador."

Imperioso consignar, entretanto, que o parecer jurídico possui caráter técnico-opinativo. Segundo escólio de Hely Lopes Meirelles³:

"O parecer tem caráter meramente opinativo, não vinculando a Administração ou os particulares à sua motivação ou conclusões, salvo se aprovado por ato subsequente. Já, então, o que subsiste como ato administrativo não é o parecer, mas, sim, o ato de sua aprovação por quem o aprovou."

E para culminar com tal entendimento, o Supremo Tribunal Federal⁴ de forma específica, já expôs a sua posição a respeito, *in verbis*:

"O parecer emitido por procurador ou advogado de órgão da administração pública não é ato administrativo. Nada mais é do que a opinião emitida pelo operador do direito, opinião técnico-jurídica, que orientará o administrador na tomada da decisão, na prática do ato administrativo, que se constitui na execução ex officio da lei. Na oportunidade do julgamento, porquanto envolvido na espécie simples parecer, ou seja, ato opinativo que poderia ser, ou não, considerado pelo administrador."

Preponderante ressaltar, no ponto, que a finalidade de tais exigências se concentra no fato de que é necessário controle interno de legalidade (art. 113 da LLCA/93⁵) dos atos da contratação e objetivam avaliar a compatibilidade dos atos administrativos produzidos no processo de contratação pública, de acordo com o sistema jurídico vigente.

Todavia, no que tange à minuta do contrato, por se tratar, a hipótese sob exame, de adesão de órgão não participante ou ingressante à ata de registro de preço, em que o prestador de serviço se obrigará a cumprir o contrato conforme as disposições previstas no instrumento convocatório, a minuta deve ser analisada uma única vez pela assessoria jurídica do órgão gerenciador, na fase interna da licitação. É o que dispõe o Decreto Federal n.º 7.892/2013:

"Art. 9º (omissis)

(...)

§ 4º O exame e a aprovação das minutas do instrumento convocatório e do contrato serão efetuados exclusivamente pela assessoria jurídica do órgão gerenciador."

³ MEIRELLES, 2010, p. 197

⁴ MANDADO DE SEGURANÇA Nº 24.584-1 - DISTRITO FEDERAL - RELATOR: MIN. MARCO AURÉLIO DE MELLO - STF

Art. 113. O controle das despesas decorrentes dos contratos e demais instrumentos regidos por esta Lei será feito pelo Tribunal de Contas competente, na forma da legislação pertinente, ficando os órgãos interessados da Administração responsáveis pela demonstração da legalidade e regularidade da despesa e execução, nos termos da Constituição e sem prejuízo do sistema de controle interno nela previsto.



Prefeitura Municipal de Monte Sião

Estância Hidromineral – Capital Nacional da Moda Tricô

Advocacia-Geral do Município

Portal: www.montesiao.mg.gov.br



A questão que ora se põe, como acima relatado, é saber se, dentre os requisitos para a adesão à ata, insere-se a análise jurídica obrigatória do procedimento pelo órgão consultivo da entidade não participante.

Referida disposição é suficientemente clara: compete, com exclusividade, à assessoria jurídica do órgão gerenciador examinar e aprovar as minutas de edital e contrato no âmbito da licitação para o Sistema de Registro de Preços. Sendo assim, não mais há que se falar em obrigatoriedade de exame jurídico das minutas de edital e contrato pelas assessorias jurídicas dos órgãos participantes e não participantes dos procedimentos de registro de preços, atribuição essa que apenas poderá ser exercida pelas consultorias dos órgãos gerenciadores.

Comentando o referido dispositivo, Jorge Ulisses Jacoby Fernandes⁶ se posiciona exatamente no sentido de que:

"A norma, inserida pelo Decreto nº 8.250/2014, definiu que compete ao órgão jurídico do gerenciador examinar e aprovar o edital, pondo fim à controvérsia sobre a definição de responsabilidade pelo ato, vez que compartilhados os procedimentos entre gerenciador, participante e não participante".

E outra não poderia deixar de ser a conclusão acerca do tema. Com efeito, a lógica do instituto da adesão, como se infere da sua própria denominação, é a de que um órgão que não participou da licitação para registro de preços venha a aderir à ata já firmada, aproveitando-se dos resultados da licitação anteriormente realizada por órgão ou entidade diversos para promover, a partir daí, contratação própria com o fornecedor registrado. O contrato firmado entre o "carona" e o fornecedor beneficiário da ata constitui, pois, à evidência, um ajuste decorrente do edital da licitação original.

Dá por que o contrato celebrado pelo órgão não participante, assim como todos aqueles decorrentes da licitação original, sejam eles firmados pelo órgão gerenciador da ata ou pelos órgãos participantes, deverá respeitar fielmente os mesmos termos e condições estipulados no instrumento convocatório do certame, bem como na ata de registro de preços firmada e no contrato administrativo oriundo da licitação - que integram o edital para os fins legais -, salvo no que se refere às condições peculiares do "carona", tais como a qualificação das partes, a data de início e o local da execução do objeto, o quantitativo de bens ou serviços, dentre outros.

O contexto atual do regime normativo é corroborado pela doutrina abalizada. Confira-se a explanação de Ronny Charles Lopes Torres⁷:

"A regra acima, entendemos, foi incluída no corpo do regulamento federal para deixar claro que não cabe a aprovação jurídica da minuta do edital e contrato, pela assessoria jurídica do órgão participante. Esse ato (aprovação da minuta) é praticado pela assessoria jurídica do órgão gerenciador (que, em princípio, é o responsável pela condução das fases interna e externa da licitação, além do próprio gerenciamento da ARP), por uma questão de eficiência administrativa e de racionalização do procedimento licitatório, nos termos do art. 37, caput da Constituição Federal."

⁶ FERNANDES, Jorge Ulisses Jacoby. Sistema de registro de preços e pregão presencial e eletrônico, 6ª ed. rev. atual. ampl. Belo Horizonte: Fórum, 2015. p. 323

⁷ TORRES, Ronny Charles Lopes de. Do caráter não obrigatório da análise, pelo órgão jurídico federal, na adesão à ata de registro de preços. Revista Jus Navigandi, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 22, n. 4978, 16 fev. 2017. Disponível em: Acesso em: 1 jun. 2018]



Prefeitura Municipal de Monte Sião

Estância Hidromineral – Capital Nacional da Moda Tricô

Advocacia-Geral do Município

Portal: www.montesiao.mg.gov.br



É cediço que a manifestação jurídica de aprovação das minutas de editais e de contratos, conforme parágrafo único do artigo 38 da Lei n.º 8.666/93, possui caráter obrigatório, mas não vinculante. Nada obstante, em que pese tal obrigatoriedade, a regra que a relativiza, em relação à assessoria jurídica dos órgãos participantes ou, também, dos órgãos não participante, busca, corretamente, racionalizar a tramitação burocrática do processo, evitando contradições opinativas que apenas prejudicariam a célere conclusão do certame ou da contratação.

No mesmo sentido, a futura contratação, lastreada na ata de registro de preços, está vinculada ao edital e a seus anexos, o que gera uma *hipótese atípica*, prejudicando a “aprovação jurídica” da minuta do edital e contrato pela assessoria jurídica do órgão participante ou não participante (ingressante/aderente), uma vez que tal ato jurídico já foi praticado, quando da licitação (trata-se, *in casu*, de um parecer de natureza obrigatória).

Acresce-se, ademais, que mesmo em relação ao contrato que será firmado pelo órgão participante ou não participante (aderente), descabe a “aprovação da minuta”, pela percepção lógica de que o princípio da vinculação impede que eventual discordância jurídica, em relação ao teor da minuta contratual estabelecida para o certame, possa gerar sua retificação pela assessoria do órgão participante ou não participante, como condição para que o contrato seja firmado. Tal impedimento ocorre porque a alteração da minuta contratual, via de regra, não poderá ser feita, sob pena de descumprimento ao princípio da vinculação ao edital e riscos de desrespeito à isonomia e à competitividade.

Necessário perceber-se que uma das principais características do SRP é o fato de que ele permite que uma licitação reúna pretensões contratuais de diversos órgãos/entes públicos. Na sistemática admitida pelo SRP, tais órgãos reúnem suas pretensões contratuais para a realização de certame único, que será conduzido pelo “órgão gerenciador”.

Essa reunião pode produzir a obtenção de melhores propostas, uma vez que a ampliação do objeto da licitação, pela reunião de várias pretensões contratuais, permite ganhos em economia de escala, além da evidente diminuição dos custos burocráticos na realização da licitação.

Outrossim, para que essa sistemática funcione, com a eficiência que se exige, é importante racionalizar a lógica de processamento das demandas administrativas contratuais. Nesse sentido, por exemplo, firmou-se no Decreto Federal n.º 7.892/2013, restrição à incumbência de aprovação jurídica das minutas do edital e contratos, nas licitações para registro de preços

Ainda, é conveniente ponderar que, caso admitisse-se que o órgão de assessoramento jurídico do órgão não participante (aderente) permanece com a atribuição de “aprovar as minutas” de contratos decorrentes da ARP, poder-se-ia gerar uma situação constrangedora, em que, por exemplo, órgãos de consultoria jurídica da empresa estatal aderente estariam reprovando total ou parcialmente, minutas aprovadas por organismo técnico incumbido do assessoramento jurídico do órgão gerenciador. Essa superposição da atuação de diversos órgãos jurídicos, pertencentes ao mesmo órgão, para realização da mesma atividade (aprovação de uma mesma minuta), afigura-se ineficiente e inadequada.



Prefeitura Municipal de Monte Sião

Estância Hidromineral – Capital Nacional da Moda Tricô

Advocacia-Geral do Município

Portal: www.montesiao.mg.gov.br



Desta feita, exsurge consentâneo realizar uma interpretação ampliativa, compreendendo que a aprovação da minuta (manifestação de natureza obrigatória), nas licitações sobre o Sistema de Registro de Preços, incumbe, apenas, ao órgão gerenciador, mesmo para as contratações relacionadas ao órgão aderente.

De qualquer forma, importante frisar que a desnecessidade de “aprovação” (obrigatória) da minuta contratual pela assessoria jurídica do órgão não participante (aderente) não impede que seu órgão de assessoramento jurídico aprecie, a pedido do órgão consulente, a licitude da contratação, da adesão ou mesmo responda a qualquer dúvida jurídica relacionada. Contudo, ocorrerá, na espécie, uma manifestação de caráter facultativo (e não obrigatório, como sói ocorrer na “aprovação” das minutas).

Sumamente, entende-se que, quando provocada pelo órgão Demandante, na condição de órgão participante ou não participante (aderente), a manifestação do órgão de assessoria jurídica não tem o condão de “aprovar” a minuta (atividade jurídica já realizada pelo órgão de assessoria jurídica do órgão gerenciador), mas opinar sobre a viabilidade jurídica da presente contratação ou sobre outro aspecto suscitado em consulta, manifestação que não traz consigo a nuance da obrigatoriedade preconizada pelo parágrafo único do artigo 38 da Lei n.º 8.666/93.

Portanto, em se tratando de matéria de licitações e contratos administrativos, já tendo ocorrido a análise e aprovação obrigatórias das minutas de edital e contrato a serem utilizadas no processo de adesão, remanesce, apenas, a possibilidade que as assessorias jurídicas dos órgãos não participantes, quando consultadas, examinem dúvidas jurídicas devidamente especificadas pela Administração acerca do processo da adesão à ata, a fim de orientar o gestor no controle de legalidade dos respectivos atos administrativos.

III.2 Dos pressupostos jurídicos da adesão à ARP

Ainda que o edital de licitação, a minuta da ata e o próprio procedimento licitatório realizado já tenham sido anteriormente analisados pela assessoria jurídica do órgão gerenciador, isso não exclui o dever e a competência de a assessoria jurídica do órgão não participante se manifestar acerca da legalidade do procedimento de adesão, em amparo à autoridade que se responsabilizará por esse ato.

Trata-se de um dever institucional desse órgão jurídico assistir a autoridade assessorada no controle interno da legalidade administrativa dos atos a serem por ela praticados, o que não se confunde e não resta afastado pelo simples fato de o edital de licitação, a minuta da ata e o próprio procedimento licitatório realizado terem sido anteriormente analisados pela assessoria jurídica do órgão gerenciador⁸.

Pois bem. De acordo com a disciplina contida no § 3º do art. 15 da Lei n.º 8.666/93, o SRP especificamente destinado às licitações públicas deverá observar o disposto em decreto do Poder Executivo.

Edgar Guimarães e José Anacleto Abduch Santos⁹ esclarecem que:

⁸ Revista Zênite ILC, 2014, p. 708
⁹ GUIMARÃES; SANTOS, 2017, p. 233



Prefeitura Municipal de Monte Sião

Estância Hidromineral – Capital Nacional da Moda Tricô

Advocacia-Geral do Município

Portal: www.montesiao.mg.gov.br



"A 'adesão à ata de registro de preços', apelidada de 'carona', é o procedimento por meio do qual um órgão ou entidade que não tenha participado da licitação que deu origem à ata de registro de preços adere a ela e vale-se dela como se sua fosse.

O sistema de registro de preços pode ser adotado de forma isolada e independente por uma única estatal, ou pode ser instaurado com a participação de outras empresas estatais, órgãos ou entidades públicas.

O órgão gerenciador manifesta a intenção de registro de preços ou convida outros órgãos, empresas ou entidades, que podem participar da formação original do sistema. Estes são os participantes. Assim, numa configuração ordinária e natural, o sistema de registro de preços pode ser composto pelo órgão gerenciador e pelos participantes. Neste caso, o planejamento da licitação será realizado mediante consideração de informações consolidadas ofertadas por todos os integrantes do processo.

Todos os participantes colaboram para a correta e adequada instrução do processo licitatório, encaminhamento ao órgão gerenciador da sua estimativa de consumo, local de entrega e, quando couber, cronograma de contratação e respectivas especificações ou termo de referência ou projeto básico. Gerenciador e participantes configuram em conjunto todo o registro de preços. Uma vez concluída a licitação, é firmada a ata de registro de preços e cada qual pode convocar o licitante que teve o preço registrado para as contratações que se fizerem necessárias.

A lei prevê a possibilidade de que as empresas estatais, exploradoras de atividade econômica ou prestadoras de serviços públicos, de qualquer esfera federativa, possam aderir aos Sistemas de Registros de Preços umas das outras."

Com base nesta interpretação, é possível firmar a compreensão de que, para os autores citados, órgãos e entidades poderiam planejar uma licitação conjuntamente para instituição de registro de preços. E, ainda, a lei teria especificado a possibilidade de que outras estatais (que não figurem como participantes ou gerenciador) "peguem carona" na ata vigente.

O Sistema de Registro de Preços (SRP) é um conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à aquisição futura de bens, onde as empresas disponibilizam bens e serviços a preços e prazos certos e registrados em documento específico denominado Ata de Registro de Preços. Neste Sistema, as aquisições são feitas quando melhor convier aos órgãos que integram a Ata, sem, no entanto, estarem necessariamente obrigados a contratar com os fornecedores vencedores do certame.

A Controladoria-Geral da União, na cartilha Sistema de Registro de Preços¹⁰, define-o como:

"[...] um procedimento com base em planejamento de um ou mais órgãos/entidades públicos para futura contratação de bens e serviços, por meio de licitação na modalidade de concorrência ou pregão, em que as empresas vencedoras assumem o compromisso de fornecer bens e serviços a preços e prazos registrados em uma ata específica."

Nesta licitação será firmada uma Ata de Registro de Preços, que é um documento vinculativo, obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, onde os vencedores manterão seus preços registrados durante o período de 12 (doze) meses,

¹⁰ BRASIL. Controladoria-Geral da União. Sistema de registro de preços: perguntas e respostas. Brasília: CGU, 2011. Disponível em: . Acesso em: 4 out. 2013.



Prefeitura Municipal de Monte Sião

Estância Hidromineral – Capital Nacional da Moda Tricô

Advocacia-Geral do Município

Portal: www.montesiao.mg.gov.br



tornando-os disponíveis a todos os órgãos integrantes para que, caso o desejem, efetuem suas aquisições nas quantidades julgadas necessárias e aos mesmos preços registrados no certame desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei n.º 8.666/93.

O SRP é, indubitavelmente, uma ferramenta gerencial que permite ao Administrador Público adquirir de acordo com as necessidades do órgão ou da entidade licitante, mas os decretos e as resoluções regulamentadoras não podem dispor além da Lei das Licitações/Lei das Estatais ou contrariar os princípios constitucionais.

Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

É inegável que o instituto da “carona” nos registros de preços tornou-se um grande instrumento de prestígio da eficiência nas contratações públicas.

O Poder Executivo Federal, por meio do Decreto n.º 7.892, de 21.01.2013, regulamentou o sistema de registro de preços para a contratação de serviços e aquisições de bens pela administração pública federal direta e indireta. Ressalta-se que o ato normativo em comento positivou diversos entendimentos prevalentes na jurisprudência das cortes de contas, entre eles, o referente à possibilidade de adesão por órgãos e entidades não participantes de ata de registro de preços vigente.

No mesmo sentido, o Poder Executivo do Estado de Minas Gerais editou o Decreto n.º 46.311/2013, que autoriza, em seu art. 20, a utilização de ata de registro de preços realizada por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, desde que haja: a) comprovação nos autos da vantagem de tal adesão; b) prévia anuência do órgão gerenciador; e c) observância da quantidade licitada do objeto constante da ata.

A comprovação da vantajosidade a ser percebida pelo órgão ou ente em “carona” na ata de registro de preços é condição indispensável para a legalidade da adesão, em respeito aos princípios da economicidade e da isonomia.

O “carona” apenas se beneficia da Ata de outrem, a ela aderindo mediante o cumprimento de algumas exigências formais.

De toda sorte, deverá o interessado (carona) elaborar processo administrativo por sua iniciativa, qual seja, providenciar termo de referência no qual constem as especificações do objeto que deseja adquirir, após ampla pesquisa de preços de mercado, e, ainda, informações relativas à existência de Ata de Registro de Preço sobre o objeto desejado, para fins de acionar o órgão/entidade gerenciador, externando sua intenção de utilizar a respectiva Ata.

A justificativa apresentada deverá demonstrar a vantagem econômica da adesão à referida Ata, mencionando, ainda, a similitude de condições, tempestividade do prazo, suficiência das quantidades e qualidade do bem.



Prefeitura Municipal de Monte Sião

Estância Hidromineral – Capital Nacional da Moda Tricô

Advocacia-Geral do Município

Portal: www.montesiao.mg.gov.br



A esse processo administrativo deve ser agregada, também, a anuência formal da entidade/ órgão gerenciador sobre a possibilidade de utilização da Ata de Registro de Preços, para a adesão ao preço registrado, bem como dos fornecedores, obedecendo-se à ordem de classificação.

Ademais, a doutrina administrativista pressupõe como elementos indispensáveis à licitação a igualdade entre os participantes, a moralidade administrativa e a busca de maior eficiência nas compras públicas. Depreende-se, portanto, que é dever do gestor, ao adquirir bens para a Administração Pública, buscar a solução juridicamente possível mais adequada frente ao caso concreto, em observância à legislação de regência e aos princípios constitucionais.

Ressalta-se, nesse sentido, a aprovação da Emenda Constitucional n.º 19/1998, que incluiu o princípio da eficiência no rol dos princípios constitucionais que regem a atuação estatal. Gerado a partir de um contexto de reformas administrativas, as quais buscavam maior racionalização e a desburocratização da máquina pública, tal princípio é conceituado por Alexandre de Moraes¹¹ como:

"[...] aquele que impõe à Administração Pública direta e indireta e a seus agentes a persecução do bem comum, por meio do exercício de suas competências de forma imparcial, neutra, transparente, participativa, eficaz, sem burocracia e sempre em busca da qualidade, primando pela adoção dos critérios legais e morais necessários para a melhor utilização possível dos recursos públicos, de maneira a evitar-se desperdícios e garantir-se uma maior rentabilidade social."

Impende consignar que, no âmbito do Tribunal de Contas da União -TCU¹² - cujos posicionamentos concernentes à aplicação de normas gerais de licitação, em que se insere a instituição de modalidades licitatórias, devem ser observados por todos os entes federativos, nos termos de sua Súmula n.º 222¹³, concebe-se que além da demonstração da vantajosidade técnica, há a necessidade de a demonstração da vantagem da adesão estar evidenciada pelo confronto entre os preços unitários dos bens e serviços constantes da ata de registro de preços e referenciais válidos de mercado.

Outra condição fundamental para a adesão é cumprir, previamente, o dever de planejar a contratação. Este dever, relaciona-se com os limites objetivos a serem cumpridos pelo órgão não participante/ingressante. Inclusive, conforme indica precedente do TCU, a contratação por adesão a atas de registro de preços não dispensa a realização da fase de planejamento.

Nesse sentido, cita-se a determinação contida no Acórdão n.º 1.233/2012 do Plenário:

"9.3. determinar, com fundamento na Lei 8.443/1992, art. 43, inciso I, c/c RITCU, art. 250, inciso II, à Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI/MP) que:

¹¹ MORAES, Alexandre de. Direito constitucional. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999. p. 294

¹² Acórdão nº 509/2015 – Plenário

¹³ "As Decisões do Tribunal de Contas da União, relativas à aplicação de normas gerais de licitação, sobre as quais cabe privativamente à União legislar, devem ser acatadas pelos administradores dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios."



Prefeitura Municipal de Monte Sião

Estância Hidromineral – Capital Nacional da Moda Tricô

Advocacia-Geral do Município

Portal: www.montesiao.mg.gov.br



[...]

9.3.3. quando realizarem adesão à ata de registro de preços atentem que:

9.3.3.1. o planejamento da contratação é obrigatório, sendo que se o objeto for solução de TI, caso seja integrante do Sisp, deve executar o processo de planejamento previsto na IN – SLTI/MP 4/2010 (IN – SLTI/MP 4/2010, art. 18, inciso III) ou, caso não o seja, realizar os devidos estudos técnicos preliminares (Lei 8.666/1993, art. 6º, inciso IX)."

É por meio do devido planejamento que a Administração terá condições de **demonstrar a vantajosidade** da contratação por adesão, de modo a evidenciar a compatibilidade das condições fixadas na ata à qual se pretende aderir em vista da demanda do órgão não participante, conforme exigido pelo TCU no Acórdão n.º 1.202/2014 do Plenário.

Tão importante quanto a demonstração da compatibilidade das condições registradas em ata às necessidades do órgão não participante será comprovar a adequação do preço registrado em vista dos valores correntes de mercado. Essa é mais uma condição para a adesão a uma ata de registro de preços, conforme apontam os precedentes do TCU, a exemplo do Acórdão n.º 2.764/2010 do Plenário:

"9.2.2. providencie pesquisa de preço com vistas a verificar a compatibilidade dos valores dos bens a serem adquiridos com os preços de mercado e a comprovar a vantagem para a Administração, mesmo no caso de aproveitamento de Ata de Registro de Preços de outro órgão da Administração Pública, em cumprimento ao art. 15, § 1º, da Lei nº 8.666/1993; requer a realização de pesquisa de preços de mercado, a fim de atestar a compatibilidade dos valores do objeto registrado em ata com os preços de mercado e confirmar a vantajosidade obtida com o processo de adesão." (Grifou-se)

Não por outra razão, defensores do instituto da "carona" no SRP defendem a tese de que tal instituto seria uma verdadeira licitação, já que "pegar carona" não é simplesmente comprar do fornecedor, existe a necessidade da realização de um procedimento com pesquisa de preços, publicidade, autorização do gestor do SRP e do fornecedor.

Outro fator positivo é que através da adoção do SRP evita-se a multiplicidade de licitações repetitivas, contínuas e seguidas, com a finalidade de aquisição de um mesmo objeto, ou objetos semelhantes, estabelecendo-se assim uma rotina aperfeiçoada da atividade licitatória, em obediência aos Princípios da Eficiência e Economicidade.

Outrossim, uma vez que são estabelecidos lotes mínimos para a aquisição de grandes quantidades, evita-se o preço de varejo – como ocorre nas licitações comuns, visto que o objeto a ser adquirido é único – e assim, permite-se aos fornecedores formularem propostas mais vantajosas, em estrita conformidade com o objetivo principal do SRP, qual seja, a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, obedecendo estritamente ao interesse público.

Além disso, a adoção do Sistema de Registro de Preços permite um aumento na competitividade, porquanto permite a participação das pequenas e médias empresas nas Licitações, devido à possibilidade de parcelamento das compras, obras e serviços a serem entregues.



Prefeitura Municipal de Monte São

Estância Hidromineral – Capital Nacional da Moda Tricô

Advocacia-Geral do Município

Portal: www.montesiao.mg.gov.br



Assim, ***“a adoção do SRP determina, com absoluta certeza, flagrante economia, além de ganho em agilidade e segurança, com pleno atendimento ao princípio da eficiência, recentemente elevado a princípio constitucional da Administração Pública”***¹⁴.

Outra potencial vantagem do SRP é a possibilidade de que seja exercido um melhor controle de qualidade dos objetos adquiridos através da Licitação, isso se deve ao fato de que existem muitas limitações e dificuldades enfrentadas pelo Administrador em relação às especificações técnicas, sendo assim, frequentemente a aquisição de produtos de baixa qualidade ou até mesmo incompatíveis com as reais necessidades da Administração, trazem a ela, grandes prejuízos. Assim, caso seja verificada a incompatibilidade entre objeto fornecido e as necessidades desta, é facultado a ela não contratar mais com o licitante vencedor, havendo ainda a possibilidade de realização de um novo certame licitatório, visto que não há obrigatoriedade de adquirir todo o quantitativo presente na ata.

Sendo assim, a adoção do Sistema de Registro de Preços tem se mostrado consideravelmente vantajosa, visto que, além de dar celeridade ao processo de contratação de bens e serviços, está estritamente ligada aos Princípios basilares da Administração Pública, o que garante a probidade nas contratações.

Outrossim, a adesão do carona estaria blindada da ocorrência de eventuais fraudes, uma vez que antes de aderir de fato à ata, é necessária a comprovação da vantagem econômica, porém, ***“não basta apenas demonstrar, deve-se comprovar a vantagem”***¹⁵.

Neste diapasão, esclarece a doutrina especializa:

“Há nítidas vantagens nesse procedimento. Primeiro, porque motiva o uso do SRP por outros órgãos, aumentando a credibilidade do sistema; segundo, porque motiva a participação: quem tiver preços registrados e suportar novas demandas será contratado sem licitação por outros órgãos e entidades. Terceiro, o procedimento é desburocratizante.”¹⁶ (Grifou-se)

“A vantagem caracteriza-se como a adequação e satisfação do interesse coletivo por via da execução do contrato. A maior vantagem possível configura-se pela conjugação de dois aspectos inter-relacionados. Um dos ângulos relaciona-se com a prestação a ser executada por parte da Administração; o outro vincula-se à prestação à cargo do particular. A maior vantagem apresenta-se quando a Administração assumir o dever de realizar a prestação menos onerosa e o particular se obrigar a realizar a melhor e mais completa prestação. Configura-se, portanto, uma relação custo-benefício. A maior vantagem corresponde à situação de menor custo e maior benefício para a Administração.”¹⁷ (Grifou-se)

Como se depreende, o objetivo do registro de preços é racionalizar as contratações e concretizar o princípio da economicidade. Ao invés de se promover nova licitação a cada aquisição de produto ou serviço, necessários para o dia a dia da máquina administrativa. Assim, a Administração realiza uma única licitação para registrar os preços

¹⁴ BITTENCOURT, 2003, p. 48

¹⁵ MEIRELLES, 2013, p. 373

¹⁶ FERNANDES, 2004, p. 388

¹⁷ JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à lei de licitações e contratos administrativos, 15. ed., São Paulo: 2012, p. 61.



Prefeitura Municipal de Monte Sião

Estância Hidromineral – Capital Nacional da Moda Tricô

Advocacia-Geral do Município

Portal: www.montesiao.mg.gov.br



(formalizando a Ata de Registro de Preços) e realizar, futura e discricionariamente, as contratações.

O Sistema de Registro de Preços é comandado pelo “órgão gerenciador”, que é o responsável pela prática de todos os atos de controle e administração do sistema. É ele quem dirige o procedimento, protagoniza o planejamento e o desenrolar do certame, bem como administra a utilização da Ata, durante sua vigência.

O Decreto n.º 14.133/13 do Estado de Minas Gerais, define, no inciso X do seu art. 2º, a figura do órgão gerenciador como: “*órgão ou entidade da Administração Pública responsável pela condução do conjunto de procedimentos para registro de preços e gerenciamento da ARP;*”.

Por sua vez, neste mesmo diploma normativo define-se as figuras do “órgão participante”: “*órgão ou entidade da Administração Pública que, não tendo participado dos procedimentos iniciais da licitação, faz adesão à ARP durante sua vigência, atendidos os requisitos desta norma;*”

Ronny Charles bem diferencia as duas figuras:

“Diante desta condição, a futura contratação, lastreada na ata de registro de preços gera uma situação sui generis. Isso porque, na hipótese, não cabe a análise dos requisitos para adesão, uma vez que a participação representa certa coautoria no certame, embora o papel de protagonista seja, via de regra, desenvolvido pelo órgão gerenciador.”

Como se vê, a situação do órgão participante é diferente da vivenciada pelo órgão não participante (aderente). Ele, o órgão participante, atua na fase interna da licitação, somando sua pretensão contratual à pretensão contratual do órgão gerenciador e dos demais órgãos participantes. Assim, o objeto da licitação envolve, também, a pretensão contratual do órgão participante, motivo pelo qual não é necessário que os pedidos de aquisição/contratação dos órgãos participantes sejam precedidos da autorização pelo órgão gerenciador (triangularização que deve ocorrer, necessariamente, na adesão).” (Grifou-se)

Tem-se, assim, que o órgão participante – ao contrário do carona – tipifica-se como verdadeiro coautor (parafraseando a expressão cunhada pelo Advogado da União Ronny Charles) do procedimento licitatório que resultou na Ata de Registro de Preços, tendo participado da fase interna da licitação (ainda que não a tenha dirigido, função essa que é atribuída ao órgão gerenciador), a tornar, desse modo, a sua situação muito diferente daquela do órgão não participante.

Deveras, como o ente alcunhado de carona não participou da licitação, é natural que, para efetivar a contratação consoante os preços registrados, ele não só precise da autorização do órgão gerenciador, como tenha de realizar todos os atos que compõem a fase prévia da licitação, especialmente a pesquisa de preços, com o escopo de comprovar a vantagem da desejada adesão.

Imperiosa, portanto, a instrução procedimental em ordem a legitimar a adesão pelo órgão participante genérico, consoante disposto no subitem 21.1 do instrumento editalício.



Prefeitura Municipal de Monte Sião

Estância Hidromineral – Capital Nacional da Moda Tricô

Advocacia-Geral do Município

Portal: www.montesiao.mg.gov.br



(PP n.º 009/2021); predicamento a que se insere o Município de Monte Sião, no que tange ao intento materializado no Memorando em esteio, nos termos dos incisos XVIII e XIX do art. 2º alínea "h" do inciso XI e inciso III do § 12º do art. 9º e §§ 2º e 3º do art. 23, todos do Decreto Estadual n.º 46.311/13.

Neste afã, o órgão Demandante, em procedimento devidamente autuado e registrado, similar àquele observado na fase interna de qualquer certame licitatório, deve acostar aos autos Termo de Referência, de onde se deve inferir a solicitação da adesão, acompanhada da devida justificativa, a qual deve contemplar não só os quantitativos solicitados, como também a pertinência dos requisitos, das restrições e das especificações dispostos no edital às suas necessidades e peculiaridades, em obediência, em obediência ao art. 6º do Decreto Federal n.º 7.892/2013 e ao art. 8º do Decreto Estadual n.º 46.311/13.

Além disso, a autoridade competente deve autorizar a contratação e o processo correlato de ser instruído com cópia da Ata de Registro de Preços e seus anexos.

Adverta-se, ainda, a teor do art. 22 do Decreto Federal n.º 7.892/2013, que o contrato deve ser assinado dentro do prazo de validade da Ata.

Superados o exame das minutas e a solução de dúvidas jurídicas relacionadas ao procedimento de adesão, resta, tão somente, a avaliação de cumprimento dos requisitos legais e regulamentares específicos para a adesão, bem como daqueles estabelecidos pelo TCU¹⁸, tais como:

*a) **prévia realização de todos os procedimentos internos de planejamento da contratação pelo órgão não participante, inclusive mediante detalhamento e justificativa das necessidades que pretende suprir por meio do contrato, caracterização do objeto que se pretende adquirir e demonstração da sua compatibilidade com o objeto discriminado na ata, não servindo a esse propósito a mera reprodução, parcial ou integral, do plano de trabalho, projeto básico ou termo de referência do órgão gerenciador (Acórdão 3137/2014-Plenário, Acórdão 509/2015-Plenário e Acórdão 2877/2017 – Plenário);***

*b) **apresentação de justificativa sobre os quantitativos solicitados, não se admitindo a contratação baseada tão-somente na demanda originalmente estimada pelo órgão gerenciador (Acórdão 998/2016-Plenário);***

*c) **justificativa sobre a pertinência dos requisitos, das restrições e das especificações dispostos no edital às suas necessidades e peculiaridades, em obediência ao art. 6º, caput, do Decreto 7.892, de 2013 c/c artigos 3º, caput, e 15, § 7º, incisos I e II, da Lei 8.666, de 1993 (Acórdão 248/2017 – Plenário);***

*d) **comprovação da vantagem da adesão, evidenciada pelo confronto entre os preços unitários dos bens e serviços constantes da ata de registro de preços e referenciais válidos de mercado, realizando-se, para tanto, prévia pesquisa de preços, nos parâmetros exigidos pela Instrução Normativa SLTI/MP n.º 05, de 2014, com a redação conferida pela IN SEGES/MP n.º 03, de 2017 (Acórdão 509/2015-Plenário e Acórdão 2877/2017 – Plenário);***

(...)

*f) **ata de registro de preços em vigor (art. 22, caput, do Decreto n.º 7.892, de 2013);***

¹⁸ Acórdão 7243/2017 - Segunda Câmara, Acórdão n.º 3985/2018 - Segunda Câmara



Prefeitura Municipal de Monte Sião

Estância Hidromineral – Capital Nacional da Moda Tricô

Advocacia-Geral do Município

Portal: www.montesiao.mg.gov.br



(...)

i) prévia consulta e anuência do órgão gerenciador acerca da adesão do órgão não participante à ata de registro de preços (art. 22, § 1º, do Decreto n.º 7.892, de 2013);

j) indicação pelo órgão gerenciador do fornecedor ou prestador de serviço;

k) aceitação, pelo fornecedor, da contratação pretendida, observadas as condições estabelecidas na ata de registro de preços, e desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes (art. 22, § 2º, do Decreto n.º 7.892, de 2013);

l) observância, por cada órgão ou entidade não participante, do limite de 100% dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata para o órgão gerenciador e órgãos participantes (art. 22, § 3º, do Decreto n.º 7.892, de 2013);

m) Correspondência entre a minuta de contrato a ser firmada e as cláusulas do termo de contrato decorrente da licitação, ressalvando-se condições peculiares do órgão não participante;

n) observância do prazo de 90 (noventa) dias para aquisição ou contratação pelo órgão não participante, contado da data de autorização do órgão gerenciador (art. 22, § 6.º, do Decreto n.º 7.892, de 2013);

o) Não realizar a adesão a ata de registro de preços para aquisição separada de itens adjudicados por preço global para os quais o fornecedor registrado não tenha apresentado o menor preço na licitação". (Grifou-se)

Não é difícil perceber, da leitura da relação acima transcrita, que o cumprimento de tais requisitos para adesão à ata de registro de preços depende apenas da adoção de providências concretas e do exame e manifestação de cada setor técnico competente do órgão não participante, não envolvendo, a princípio, questões jurídicas de exame prévio e obrigatório por parte dos órgãos de consultoria.

Nesse contexto, o procedimento de adesão assumiu contornos jurídicos mais definidos, de modo que, a rigor, a sua análise se restringe à verificação do atendimento, pelo órgão não participante, de uma lista de informações e documentos, tal como indicado na paradigmática decisão acima aduzida. Sendo assim, para fins de regularidade da instrução do processo de adesão à ata, mostra-se realmente suficiente a integral observância pelo órgão não participante de *check-list* específico para tanto.

Com base nesses apontamentos, os principais requisitos e formalidades para a adesão a uma ata de registro de preços podem ser assim resumidos:

(i) a ata à qual se pretende aderir deve ter reservado, expressamente, quantitativo para contratações a serem celebradas por órgãos não participantes;

(ii) a contratação por adesão requer anuência do órgão gerenciador da ata;

(iii) o quantitativo máximo a ser contratado por adesão será indicado pelo órgão gerenciador e não poderá ser superior a 100% dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes;



Prefeitura Municipal de Monte Sião

Estância Hidromineral – Capital Nacional da Moda Tricô

Advocacia-Geral do Município

Portal: www.montesiao.mg.gov.br



(iv) o procedimento de adesão deve ser precedido de planejamento, no qual o órgão não participante demonstre a adequação dos termos e das especificações da ata para atendimento de sua demanda, bem como a compatibilidade dos preços; e

(v) as contratações decorrentes de adesão a atas de registro de preços devem ser celebradas em até 90 dias da anuência para adesão expedida pelo órgão gerenciador, observado sempre o prazo de vigência da ata.

Tais requisitos encontram-se, satisfatoriamente, presentes tanto nas justificações quanto nos documentos apresentados pelo órgão Demandante.

Portanto, diante da inequívoca demonstração dos elementos basilares de validade e eficácia à adesão aventada, conforme entendimento pacificado pelo TCU, verifica-se a possibilidade jurídica de sua concretização.

Preponderante esquadriñar que o correspondente prazo de duração da contratação defluente da aventada adesão, contemplando em sua disciplina tanto a vigência quanto a execução, é autônomo – conforme salientou a Consultante – em relação àquele concernente à vigência e eficácia aplicadas à aludida Ata de Registro de Preço - ARP¹⁹.

Neste atributo, compreende-se que a observância do prazo referente à validade da Ata homologada pelo órgão gerenciador (dese meses, conforme estatuído no art. 12 do Decreto n.º 7.892/2013), legitima o exercício da contratação pelos órgão participantes, bem como a adoção (adesão), pelo órgão não participante (Município de Monte Sião), do conteúdo, mormente o preço e suas correlatas condições de fornecimento, registrado no certame especificamente desenvolvido à produção da base comercial da esperada contratação (objetos licitados, quantidades estimadas e respectivos preços).

Assim, uma vez aperfeiçoados a adesão válida à Ata e a subsequente contratação da empresa adjudicada (Atlas), tal contrato, autonomamente formalizado (art. 15 do Decreto n.º 7.892/13²⁰), no tocante à fixação do correspondente prazo de vigência, adquire autonomia existencial e executória em face do Sistema de Registro de Preço do qual se originou, orientando-se, destarte, pelos ditames do Capítulo III da Lei n.º 8.666/93.

Há de se ressaltar, ainda, que ata de registro de preços e termo de contrato são institutos dotados de naturezas e finalidades distintas²¹, razão pela qual não se confundem. O instrumento contratual tem a finalidade de formalizar as relações jurídico-obrigacionais que estipulam deveres recíprocos para a Administração e o licitante que teve seu preço registrado. Dito de outro modo, o instrumento contratual ou termo de contrato atua de modo a formalizar a contratação celebrada com base na ata de registro de preços.

¹⁹ "A ata de registro de preços caracteriza-se como um negócio jurídico em que são acordados entre as partes, Administração e licitante, apenas o objeto licitado e os respectivos preços ofertados. A formalização de ata gera apenas uma expectativa de direito ao signatário, não lhe conferindo nenhum direito subjetivo à contratação. (...) Nesse sentido, considerou-se que a ata de registro de preços é um acordo de vontades, assinado pela Administração e pelas licitantes que ofertaram os preços registrados. Caracteriza-se como um negócio jurídico entre as partes, criando vínculos e estabelecendo obrigações recíprocas, embora predominantemente do particular signatário. Na ata de registro de preços, é acordado entre as partes apenas o objeto licitado e os respectivos preços ofertados, diferenciando-se de um típico contrato administrativo, no qual também são acertadas as quantidades e serem contratadas o existe a obrigação, e não mera faculdade, do o contratante demandar as quantidades previamente acordadas" (Acórdão 1285/2015-Plenário, TC 018.901/2013-1, relator Ministro Benjamin Zymler, 27.5.2015).

²⁰ Art. 15. A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo órgão interessado por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993.

²¹ "Saliente que a ata de registro de preços tem natureza diversa da do contrato, sendo inapropriada, também por isso, sua celebração em um mesmo termo ou instrumento. Como vimos, a ata firma compromissos para futura contratação, ou seja, caso venha a ser concretizado o contrato, há que se obedecer às condições previstas na ata. Além do que, a ata de registro de preços impõe compromissos, basicamente, ao fornecedor (e não à Administração Pública), sobretudo em relação aos preços e às condições de entrega, já o contrato estabelece deveres e direitos tanto ao contratado quanto ao contratante, numa relação de bilateralidade e comutatividade típicas do instituto." (TCU. Acórdão nº 3.273/2010. 2ª Câmara)



Prefeitura Municipal de Monte Siao

Estância Hidromineral – Capital Nacional da Moda Tricô

Advocacia-Geral do Município

Portal: www.montesiao.mg.gov.br



Distinguem-se, portanto, o prazo de validade de ata de registro de preço e o período de vigência atribuído ao negócio jurídico dela emanado, visto que, por se subordinarem a regimes jurídicos diversos, o exaurimento daquela, que não comporta dilação superior a doze meses, não induz à cessação automática deste, a implicar impossibilidade de prorrogação, pois tal instrumento, ao contrário do que ocorre com a ARP, tem seu implemento autorizado e condicionado pela legislação que disciplina a celebração contratual.

É o que corrobora, aliás, o § 2º do art. 12 do supramencionado Decreto n.º 7.892/13, a despeito de se referir ao art. 57 da Lei n.º 8.666/93, pois afirma que: **“a vigência dos contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços será definida nos instrumentos convocatórios”**. Igualmente, a minuta contratual integrante de anexo específico do certame (PE n.º 160/2021) promovido pelo órgão gerenciador consignou os originários lapsos temporais de execução e vigência, bem como assegurou suas prorrogações, nos termos da Lei n.º 8666/93.

Dá por que, a vigência do instrumento contratual se submete, com clara independência jurídico-estrutural, à norma preceituada no art. 57 da LLCA/93, de sorte que, se contemplada a hipótese de prorrogação, esta operar-se-á segundo as formalidades contratuais, sem prejuízo dos demais requisitos previstos na legislação de regência.

Diante disso, concebe-se a plena possibilidade de que um contrato decorrente de determinada Ata de Registro de Preços se mantenha vigente mesmo após a extinção da Ata que lhe originou, porquanto conforma ato jurídico perfeito, nos termos § 1º do art. 6º do Decreto-Lei n.º 4.657/42 (Lei de Introdução às Normas de Direito Brasileiro). Não obstante, sua duração observará o que previr o regime jurídico a que se subordina a entidade contratante.

Consolida-se, pois, o entendimento de que não há identidade jurídico-material entre o prazo de vigência da Ata de Registro de Preço e do Termo de Contrato cuja celebração dela provier.

Destarte, considerando que a fundamentação expendida pelo órgão Demandante bem demonstram, justificadamente, a obtenção da imprescindível vantajosidade, bem como restando satisfeitos todos os requisitos necessários, mormente o planejamento prévio revelador da solução proposta, inexistente óbice jurídico à pretensa adesão à Ata de Registro de Preços n.º 011/2021, oriunda do Pregão Presencial n.º 009/2021, realizada e homologada pelo CISPAP, fundada nos permissivos contidos nos §§ 1º e 3º do art. 15 da Lei n.º 8.666/93 (§§ 2º e 6º do art. 86 da Lei n.º 14.133/21), cumulado com o art. 19 do Decreto Estadual 46.311/13 e o art. 22 do Decreto Federal n.º 7.892/2013.

Acresce-se que, aperfeiçoada a celebração contratual, necessário se faz, por via de consequência, diante do que dispõe o parágrafo único do art. 61 da Lei n.º 8.666/93, que a contratante promova a publicação do extrato do contrato no Diário Oficial, e, também, em portal eletrônico especificamente mantido na internet (art. 8º da Lei n.º 12.527/11), como condição indispensável à sua eficácia.



Prefeitura Municipal de Monte Sião

Estância Hidromineral – Capital Nacional da Moda Tricô

Advocacia-Geral do Município

Portal: www.montesiao.mg.gov.br



Conclui-se, à vista disso, a juridicidade do conteúdo proposto ao instrumento contratual pela minuta submetida à análise desta Advocacia Pública Municipal, sob o aspecto jurídico-formal, não havendo, dessarte, elementos que possam obstar a sua consecutiva celebração, nos moldes apresentados.

Em epílogo, exorta-se que o presente parecer foi exarado única e exclusivamente com base nas informações prestadas pelos órgãos responsáveis desta Administração, a quem cabe total responsabilidade pelas informações prestadas nos autos.

IV. CONCLUSÃO

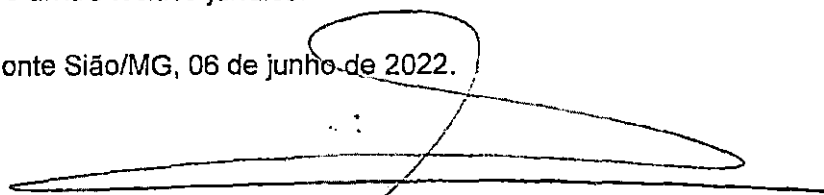
Por todo o exposto, a *opinio juris* se assenta, diante da situação fática particularmente delineada, na percepção da **viabilidade jurídica** da postulada Adesão à Ata de Registro de Preços n.º 011/2021, oriunda do Pregão Presencial n.º 009/2021, realizada e homologada pelo **Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável do Alto da Paranaíba - CISPAP**, na qual figura a empresa **DRA Solução Comercial em Educação LTDA**, como vencedora, beneficiária daquele registro de preço e pretensa contratada, no que concerne ao item 02 do Termo de Referência do certame em arrimo, consubstanciado no fornecimento de **950 (novecentos e cinquenta) caminhas empilháveis**, cujo valor total materializa-se em **R\$ 323.000,00 (trezentos e vinte e três mil reais)**; nos termos da fundamentação acima expendida.

Outrossim, restam-se, *pelo prisma jurídico-formal*, cumpridas as exigências dispostas na legislação de regência, de modo a demonstrar a justificativa do preço auferido na ARP n.º 011/2021 e a vantajosidade da contratação em comento, a qual transparece, ainda, a **economicidade como o núcleo de seu fundamento**. Não obstante, registre-se que, no âmbito da materialidade, por se tratar de exercício de juízo discricionário insito à autoridade competente, esta se investe na responsabilidade administrativo-funcional.

Elucida-se, por fim, que o presente exame, de natureza meramente opinativa²², refere-se exclusivamente aos aspectos legais e formais do pretenso ato, **não** tendo o condão de cancelar opções de ordem técnica adotadas, nem de emitir juízo no que diz respeito aos aspectos econômico-financeiros e de conveniência e oportunidade administrativas acerca da presente contratação direta, eis que estas são afetas à área Consulente.

É o alvitre técnico-jurídico.

Monte Sião/MG, 06 de junho de 2022.


MARCELO DE MORAES
ADVOGADO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE MONTE SIÃO
OAB/MG n.º 214.965 - Matrícula Funcional n.º 12.960

²² (TCU, Acórdão nº 2935/2011, Plenário, Rel. Min. WALTON ALENCAR RODRIGUES, DOU de 17/05/2011). Como incute Marçal Justen Filho (2014, p. 689) "o essencial é a regularidade dos atos, não a aprovação da assessoria jurídica", ou seja, o gestor é livre no seu poder de decisão.



Prefeitura Municipal de Monte Sião

Estância Hidromineral – Capital Nacional da Moda Tricô

Diretoria Administrativa
Portal: www.montesiao.mg.gov.br



DESPACHO

PROCESSO ADMINISTRATIVO PRC Nº 090/2022

ADESÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 011/2021, PREGÃO PRESENCIAL 009/2021, CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO ALTO DA PARANAÍBA - CIPAR.

Objeto: AQUISIÇÃO DE CAMINHA EMPILHÁVEL, EM ATENDIMENTO A LEGISLAÇÃO FEDERAL DO FNDE, PARA A DIRETORIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SIÃO/MG.

JOSÉ POCAI JÚNIOR, Prefeito Municipal da Estância Hidromineral de Monte Sião, MG, no uso de suas atribuições legais:

Considerando a necessidade da aquisição de caminhão empilhável, em atendimento a Legislação Federal do FNDE, para a Diretoria de Educação e Esportes da Prefeitura Municipal de Monte Sião/MG.

Considerando que o Consórcio Público Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável do Alto da Paranaíba - CIPAR, através do Secretário Executivo, Sr. AGNO ROSA DE CASTRO, concorda com a adesão à Ata conforme Ofício enviado em 04/03/2022.

Considerando que a empresa DRA SOLUCAO COMERCIAL EM EDUCAÇÃO LTDA, concorda com o fornecimento com a Ata 11/2021 relativa ao Pregão Presencial 09/2021.

Considerando que a Ata de Registro de Preços nº 11/2021, Pregão Presencial Nº 09/2021, do Consórcio Público Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável do Alto da Paranaíba - CIPAR encontra-se vigente até a presente data;

Considerando que os valores são os praticados no mercado, conforme pesquisa realizada pela Divisão de Compras, constantes dos autos;

Considerando o teor do parecer jurídico emitido pela Procuradoria do Município, que utilizo também, como razões de decidir;

DETERMINO a Adesão da Ata de Registro de Preços nº 11/2021, Pregão Presencial Nº 09/2021, do Consórcio Público Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável do Alto da Paranaíba - CIPAR, no valor de R\$ 323.000,00 (trezentos e vinte e três mil reais), para a aquisição de caminhão empilhável, em atendimento a Legislação Federal do FNDE, para a Diretoria de Educação e Esportes da Prefeitura Municipal de Monte Sião/MG.

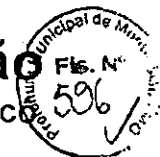


Prefeitura Municipal de Monte Siao

Estância Hidromineral – Capital Nacional da Moda Tricô

Diretoria Administrativa

Portal: www.montesiao.mg.gov.br



Logo, após estas breves considerações, **ACOLHO, RATIFICO E HOMOLOGO** a contratação através Adesão de Ata de Registro de Preços nº 11/2021 Pregão Presencial Nº 09/2021 do Consórcio Público Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável do Alto da Paranaíba - CISPAP; com fundamento na Lei Federal nº 8.666/93. Encaminhe-se a Divisão de Licitações para a confecção do contrato nos moldes do Edital do Pregão Presencial Nº 09/2021, Registro de Preços 11/2021 do Consórcio Público Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável do Alto da Paranaíba - CISPAP; e ainda, encaminhe-se a Divisão de Contabilidade para que se empenhe-se os recursos necessários.

Publique-se;

Intime-se;

Registre-se;

Cumpra-se.

Monte Siao, 03 de junho de 2022.

JOSÉ POCAI JÚNIOR
Prefeito Municipal



Prefeitura Municipal de Monte Sião

Estância Hidromineral – Capital Nacional da Moda Tricô

Diretoria Administrativa

Portal: www.montesiao.mg.gov.br



CERTIDÃO

CERTIFICO, para os devidos fins, que o despacho exarado pelo Sr. Prefeito Municipal nos autos do Processo Administrativo PRC Nº 090/2022, Adesão de Ata de Registro de Preços nº 029/2022, Pregão Presencial Nº 009/2021, Registro de Preços 011/2021 do Consórcio Público Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável do Alto da Paranaíba - CIPAR, foi publicado no átrio da Prefeitura Municipal de Monte Sião em 03 de junho de 2022, em conformidade com o art. 86, da Lei Orgânica do Município de Monte Sião c/c art. 6º, XIII e art. 26 da Lei Federal nº 8.666/93.

O referido é verdade e dou fé.

Monte Sião, 22 de junho de 2022.


ANDYARA MARIA CAMPOS SILVA
Assessora de Gabinete



Prefeitura Municipal de Monte Sião

Estância Hidromineral – Capital Nacional da Moda Tribo

Diretoria Administrativa
Portal: www.montesiao.mg.gov.br



CONTRATO ADMINISTRATIVO 140/2022
ADESÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 29/2022
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 011/2021
PREGÃO PRESENCIAL N.º 009/2021

PROCESSO Nº 090/2022.

CONTRATO ADMINISTRATIVO 140/2022

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SIÃO/MG

CONTRATADA: CONSORCIO PUBLICO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO ALTO DA PARANAIBA – CISPAP.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE CAMINHA EMPILHÁVEL, EM ATENDIMENTO A LEGISLAÇÃO FEDERAL DO FNDE, PARA A DIRETORIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SIÃO/MG.

VALOR: R\$ 323.000,00 (TREZENTOS E VINTE E TRÊS MIL REAIS)

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS: 0107011236500191218-449024 e 0107011236500201070-449024 – FICHAS 312 e 321.

PRAZO: 23/09/2022.

DATA DA ASSINATURA: 03/06/2022.

TERMO DE CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE CAMINHA EMPILHÁVEL, EM ATENDIMENTO A LEGISLAÇÃO FEDERAL FNDE, QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE MONTE SIÃO/MG E A EMPRESA DRA SOLUCAO COMERCIAL EM EDUCACAO LTDA.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SIÃO, com endereço na Rua Maurício Zucato, 111, Centro, inscrita no CNPJ/MF sob nº. 22.646.525/0001-31, isento de inscrição estadual, neste ato representado pelo Sr. JOSÉ POCAI JÚNIOR, Prefeito Municipal, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da Cédula de Identidade RG nº MG-1.396.639 SSP/MG, inscrito no CPF sob nº. 314.366.926-87, residente e domiciliado na Rua Antônio Guarini, nº 404, Bairro Parque Dona Antonieta, neste Município, doravante denominada CONTRATANTE; e DRA SOLUCAO COMERCIAL EM EDUCACAO LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob nº 33.670.278/0001-25, com sede social a AV JAIME RIBEIRO DA LUZ, nº 971, SALA 52;BOX 48, BAIRRO SANTA MONICA, UBERLANDIA/MG, CEP: 38.408-188, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada por BARBARA CRISTHIANNE AZEVEDO BRITO DE LUCENA, portadora do RG sob nº 7610448 - SDS/PE, inscrita no CPF sob nº 014.790.784-50; doravante denominada CONTRATADA, têm entre si justo e acordado celebrar o presente contrato, em face do resultado do Pregão Para o Registro de Preços, que se regerá pela Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1.993, Lei Federal n.º 10.520/02, bem como o Edital referido, a proposta da CONTRATADA, e as cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

- 1.1 O Objeto desta Ata de Registro de Preços para aquisição eventual, futura e parcelada, pelos Municípios Consortes, de equipamentos, com Fornecimento e instalação (mão de obra) quando necessário, conforme descritivos técnicos constante do Termo de Referência, proposta de preços e toda documentação apresentada.
- 1.2 Os Municípios Consortes não se obrigam a adquirir a quantidade total ou parcial do objeto adjudicado constante do Edital e da Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E PUBLICIDADE DA ATA DO REGISTRO DE PREÇOS

- 2.1 Esta Ata de Registro de Preços deverá ser assinada por representante legal, diretor, ou sócio da empresa, com apresentação, conforme o caso e respectivamente, de procuração ou contrato social, acompanhados de cédula de identidade.
- 2.2 A Ata de Registro de Preços terá validade até 23/09/2022.



Prefeitura Municipal de Monte Sião

Estância Hidromineral – Capital Nacional da Moda Tricô

Diretoria Administrativa

Portal: www.montesiao.mg.gov.br



2.2.1 A Ata de Registro de Preços referente ao Pregão Presencial nº 09/2021, terá seu extrato publicado no Jornal Minas Gerais, e a sua íntegra.

2.2.2 O prazo de validade da ata de registro de preços não será superior a doze meses, incluídas eventuais prorrogações, conforme o inciso III do § 3º do art. 15 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.3 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.4 Se durante a vigência da Ata de Registro de Preços for constatado que os preços registrados estão superiores aos de mercado, caberá à Administração convocar os fornecedores registrados para negociar o novo valor.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO FORNECIMENTO, DO RECEBIMENTO E DO ACEITE DO OBJETO

3.1 Os equipamentos serão solicitados conforme a necessidade dos Municípios Consortes, mediante a assinatura e publicação desta Ata de Registro de Preços, no prazo imediato, mediante apresentação de requisição/solicitação devidamente assinada, com identificação do respectivo servidor público municipal competente.

3.2 Os equipamentos deverão ser fornecidos a partir da assinatura e publicação da Ata de Registro de Preços até findar a vigência da mesma.

3.3 O não fornecimento do objeto será motivo de aplicação das penalidades previstas na Cláusula Décima Primeira desta Ata de Registro de Preços, bem como nas sanções elencadas no Instrumento Convocatório do Pregão, e ainda conforme regê a Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PREÇOS REGISTRADOS E DA FORMA DE PAGAMENTO

4.1 O pagamento das faturas à(s) licitante(s) vencedora(s) será efetuado em até 30 (trinta) dias, pelo Município Aderente, em duas etapas:

- 50% (cinquenta por cento) após a entrega dos equipamentos e aceite da fiscalização;
- 50% (cinquenta por cento) após a montagem dos equipamentos (quando necessário) e aceite da fiscalização.

4.2 O prazo para o pagamento será de até 30 (trinta) dias contados após a entrega / montagem dos equipamentos, mediante a apresentação da Nota Fiscal referente ao total fornecido no período anterior, mediante a apresentação da Nota Fiscal que será conferida e atestada por responsável da Administração, juntamente com as Requisições de Fornecimento emitidas pelas respectivas Secretarias/Órgãos Participantes responsáveis pelo pedido, devidamente assinada por servidor público municipal identificado e autorizado para tal.

4.2 O prazo para o pagamento será de até 30 (trinta) dias contados após a entrega / montagem dos equipamentos.

4.3 Nenhum pagamento será efetuado à Detentora da Ata enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, que poderá ser compensada com o(s) pagamento(s) pendente(s), sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

4.4 A Nota Fiscal/Fatura emitida pela fornecedora deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do nº do Processo Licitatório, nº do Pregão, nº da Ata de Registro de Preços e da Ordem de empenho, a fim de se acelerar o trâmite de recebimento e fornecimento dos equipamentos e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

4.5 Os valores registrados são os seguintes:

Item 01 – Quantidade: 950 - Caminha Empilhável, valor unitário R\$ 240,00, valor total R\$ 323.000,00.

CLÁUSULA QUINTA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas na Lei nº 8.666/93 e no Decreto nº 7.892/2013.

5.2 Os preços registrados na Ata de Registro de Preços são fixos e irrevogáveis, salvo com a condição de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro, mediante requerimento e justificativa expressos do Fornecedor e comprovação documental, decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea “d” do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

5.3 O gerenciador da ata de registro de preços acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com aqueles registrados na ata.

DRA
SOLUCAO
COMERCIAL
LEI
EDUCACAO
O
LTD:3367
027600012
5

Anexo do
Forma digital
PRA SOLUCAO
COMERCIAL PRA
EDUCACAO
LTD:3367
027600012
5



Prefeitura Municipal de Monte Sião

Estância Hidromineral – Capital Nacional da Moda Tricô

Diretoria Administrativa

Portal: www.montesiao.mg.gov.br



RA
OLUCA

OMERCI
L EM
JUCAC
O
IDA:336
2278000
25

sinado de
rma digital
r DRA
JUCAO
JMERIAL
A
JUCACAO
DA:336702
ID00125
idos:
22.06.06
29:09
3'00"

5.4 Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

5.4.1 Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

5.4.2 A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

5.5 Se ocorrer do preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

a) Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

b) Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

5.6 Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

5.7 O registro do fornecedor será cancelado mediante formalização por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa, quando o fornecedor:

a) Descumprir as condições da ata de registro de preços;

b) Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

d) Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.

5.9 O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

a) Por razão de interesse público; ou

b) A pedido do fornecedor.

CLÁUSULA SEXTA – DOS ENCARGOS

6.1 Nos valores registrados quanto aos produtos a serem fornecidos, incluem-se todos e quaisquer encargos fiscais, trabalhistas, previdenciários, fretes, seguros e mão de obra necessários.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E RECURSOS

7.1 As despesas decorrentes da aquisição dos equipamentos, objeto desta Ata de Registro de Preços correrão à conta dos recursos das dotações orçamentárias 0107011236500191218-449024 e 0107011236500201070-449024 – FICHAS 312 e 321.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

8. Além das obrigações resultantes da observância da Lei nº 8.666/93, são obrigações:

8.1 Da Fornecedor/Beneficiária:

a) Cumprir integralmente as condições previstas no edital de licitação e seus anexos, em especial ao Termo de Referência Técnica e na proposta vencedora do processo licitatório.

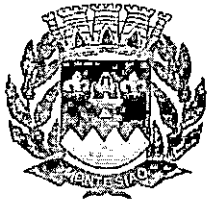
b) Executar o objeto contratado, cumprindo integralmente com as condições e prazos descritos no edital de licitação e seus anexos, exclusivamente mediante a Autorização de Fornecimento ou outro documento equivalente, emitido pelo CONTRATANTE.

c) Atender às demandas e/ou necessidades específicas, relativas ao fornecimento do objeto contratado.

d) Respeitar os procedimentos de controle de qualidade vigentes, normas técnicas e outras aplicáveis ao caso.

e) Garantir total confidencialidade em relação às informações e/ou documentos obtidos junto ao CONTRATANTE e/ou que tenham sido produzidos em virtude do fornecimento do objeto contratado.

f) Garantir que todos os documentos produzidos durante o fornecimento do objeto contratado sejam de propriedade exclusiva do CONTRATANTE, cabendo ao seu exclusivo critério, a sua liberação, para atender qualquer finalidade diversa, solicitada pela CONTRATADA.



Prefeitura Municipal de Monte São

Estância Hidromineral – Capital Nacional da Moda Tricô

Diretoria Administrativa
Portal: www.montesiao.mg.gov.br



DRA
SOLUCA
O
COMER
CIAL EM
EDUCA
CAO
LTDA:33
670278
000125

Assinado de
forma
digital por
DRA
SOLUCAO
COMERCIAL
EM
EDUCACAO
LTDA:33670
278600125
Data:
2022.06.06
11:25
-03'00

- g) Responder pelos danos diretos ou indiretos, causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, durante o fornecimento do objeto contratado ou que ocorram posteriormente da execução, mas, dela decorram, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou ao acompanhamento exercido pelo CONTRATANTE.
- h) Responder, ainda, por quaisquer danos causados direta ou indiretamente ao patrimônio do CONTRATANTE, quando esses tenham sido ocasionados em atividades inerentes ao fornecimento do objeto contratado.
- i) Sanar problemas porventura surgidos no fornecimento dos equipamentos, e a qualquer momento, na medida em que o mesmo não atenda integralmente as especificações contidas nesta Ata, no edital de licitação e seus anexos, na proposta da CONTRATADA vencedora do processo licitatório, sem que esta ação gere qualquer ônus para o CONTRATANTE.
- j) Manter-se em compatibilidade integral com as obrigações contratuais assumidas, as condições de habilitação e qualificação técnica especificadas para o processo licitatório.
- k) Responsabilizar-se integralmente pelos custos diretos e indiretos referentes ao fornecimento do objeto contratado, tais como e sem se limitar a: tributos incidentes; taxas de administração; aquisição de materiais; encargos sociais e trabalhistas; fretes e seguros; com logística de qualquer natureza e; outros que se fizerem necessários ao correto fornecimento do objeto contratado.
- l) Assumir todos os encargos de possíveis demandas trabalhistas, civis ou penais, relacionados ao fornecimento do objeto contratado ou que estejam vinculados a ela, por prevenção, conexão ou continência.
- m) Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação do contrato e execução do objeto contratado, que terão como natureza fiscal que culminem no fornecimento contratual.
- n) Renunciar expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, para com o CONTRATANTE.
- o) Executar a entrega dos equipamentos de acordo com as especificações do Edital e Proposta do Licitante e o Termo de Referência Técnica.
- 8.2 Do Órgão Gerenciador e dos Municípios Aderentes:**
- a) Os Municípios Consortes deverão pagar o valor dos equipamentos devidamente entregues, na forma e condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preços.
- b) Disponibilizar à CONTRATADA todas as informações necessárias ao cumprimento da Ata de Registro de Preços.
- c) Fiscalizar e aplicar as penalidades estabelecidas nesta Ata de Registro de Preços.
- d) O Município Aderente deve receber os equipamentos de acordo com as regras estabelecidas no Termo de Referência Técnica e demais especificações.
- e) O Município Aderente deve proceder à vistoria/fiscalização nos equipamentos, sempre que de seu interesse, durante a vigência da Ata de Registro de Preços.
- f) Resolver os casos omissos no presente instrumento de acordo com os preceitos legais que regulam a espécie, amigavelmente ou através das vias judiciais comuns.
- g) Acompanhar e fiscalizar a qualidade dos equipamentos fornecidos, através da Secretaria Municipal correspondente no município aderente, que deverá nomear pessoa especificamente para esta tarefa.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 A Ata de Registro de Preço poderá ser rescindida de pleno direito:

9.1.2 Pela Administração independentemente de interpelação judicial, precedido de processo administrativo com ampla defesa, quando:

9.1.3 A Detentora não cumprir as obrigações constantes da Ata de Registro de Preços;

9.1.4 A Detentora não formalizar Ata de Registro de Preços decorrente ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceita pela Administração;

9.1.5 A Detentora der causa a rescisão administrativa da Ata de Registro de Preços;

9.1.6 Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços;

9.1.7 Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior aquele praticado no mercado;

9.1.8 Por razões de interesse público, devidamente justificado pela administração;

9.1.9 No caso de falência ou instauração de insolvência e dissolução da sociedade da empresa Fornecedora;

9.1.10 Caso ocorra transferência a terceiros, ainda que em parte, das obrigações assumidas pela empresa detentora;



Prefeitura Municipal de Monte Sião

Estância Hidromineral – Capital Nacional da Moda Tridimensional

Diretoria Administrativa
Portal: www.montesiao.mg.gov.br



9.1.11. A não efetivação do receber o repasse ao CISPAP que a Detentora deveria realizar.

9.2.2 Pela Detentora quando:

9.2.2.1 Mediante solicitação escrita, comprovar a ocorrência de caso fortuito ou força maior;

9.2.2.2 A solicitação da Detentora para cancelamento do preço registrado deverá ocorrer antes do pedido de fornecimento pela contratante.

9.3 A inexecução total ou parcial das obrigações pactuadas na presente Ata de Registro de Preços enseja a rescisão do objeto, unilateralmente pela Administração, ou bilateralmente, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou no Ato Convocatório, mediante formalização e assegurados o contraditório e ampla defesa, com fundamento nos arts. 77 e 78 da Lei 8.666/93, contudo, sempre atendida a conveniência administrativa.

9.4 Poderá ainda ser rescindido por mútuo consentimento, ou unilateralmente pela Administração, a qualquer tempo, mediante notificação prévia de 30 (trinta) dias à CONTRATADA, por motivo de interesse público e demais hipóteses previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93, ou ainda, judicialmente, nos termos da legislação pertinente.

9.5 Da rescisão procedida com base nesta cláusula não incidirá multa ou indenização de qualquer natureza.

9.6 A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos em Lei, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante aos autos que deram origem ao Registro de Preços;

9.7 No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da Detentora, a comunicação será feita por publicação na imprensa oficial, por 01 (uma) vez, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE

10.1 Poderão utilizar-se da Ata de Registro de Preço todos os Municípios que fazem parte do CISPAP - CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO ALTO PARANAÍBA- ou qualquer Órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao Órgão Gerenciador da Ata e anuência da empresa beneficiária, desde que devidamente comprovada a vantagem e respeitadas, no que couber, as regras contidas na Lei nº 10.520/2002, na Lei nº 8.666/93, no Decreto nº 7.892/2013 e demais normas em vigor e respectivas atualizações.

10.2 Os órgãos que não participaram do Certame, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o Órgão Gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

10.3 Poderá o beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador.

10.4 As aquisições ou contratações adicionais a que se refere o art. 22 do Decreto nº 7.892/2013, não poderão exceder, por órgão, a cinquenta por cento dos quantitativos dos lotes do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador.

10.5 O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada lote registrado na ata de registro de preços para o Órgão Gerenciador, independente do número de Órgãos não participantes que aderirem.

10.6 Após a autorização do Órgão Gerenciador, o Órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

10.7 Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES

11.1 Sem prejuízo da cobrança de perdas e danos, a Administração poderá sujeitar a Detentora/Contratada às penalidades seguintes:

a) Suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração direta e indireta, pelo prazo de até 02 (dois) anos (Art. 87 III, da Lei 8.666/93), em função da natureza e da gravidade da falta cometida ou enquanto perdurarem os

DRA
SOLUC
AO
COMER
IAL EM
DUCA
AO
TDA:3
367027
300012
;

assinado
le for
ligiti
DRA
OLUCAO
OMERCIA
EM
DUCACAO
TDA:3367
127800012

dados:
1022.06.06
11:29:47
03/00



Prefeitura Municipal de Monte Sião

Estância Hidromineral – Capital Nacional da Moda Tricô

Diretoria Administrativa

Portal: www.montesiao.mg.gov.br



DRA
SOLUCAO
COMERCI
AL EM
EDUCACA
O
LTDAC336
70278000
125

Assinado de
forma digital
por DRA
SOLUCAO
COMERCIAL
EM
EDUCACAO
LTDAC336702
72000125
Dados:
2023.11.12
-03'06

motivos determinantes da punição à pessoa física ou jurídica que praticar quaisquer atos previstos no Art. 7º da Lei Federal n. 10.520, de 17 de julho de 2002;

b) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, considerando, para tanto, reincidência de faltas, sua natureza e gravidade. O ato da declaração de inidoneidade será proferido por Autoridade Superior na esfera municipal, mediante publicação no Diário Oficial do Estado.

11.2 Pelo atraso injustificado na execução do ajuste, a Detentora/Contratada incorrerá em multa diária de 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor ajustado, excluída, quando for o caso, a parcela correspondente aos impostos incidentes, se destacados em documento fiscal.

11.3 Pela inexecução total ou parcial do ajuste a multa será de 10% (dez por cento) sobre o valor da obrigação não cumprida:

11.3.1 A aplicação das multas independerá de qualquer interpelação judicial, precedida de processo administrativo com ampla defesa, sendo exigível desde a data do ato, fato ou omissão que lhe tiver dado causa.

11.3.2 As multas e penalidades serão aplicadas sem prejuízo das sanções cíveis ou penais cabíveis.

11.3.3 A Detentora/Contratada será notificada, por escrito para recolhimento da multa aplicada, o que deverá ocorrer no prazo de 10 (dez) dias úteis dessa notificação. Se não ocorrer o recolhimento da multa no prazo fixado, o seu valor será deduzido das faturas remanescentes.

11.4 A recusa injustificada da adjudicatária em assinar a Ata de Registro de Preços, aceitar ou retirar o instrumento equivalente dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, podendo a Administração aplicar as penalidades cabíveis.

11.5 Pelo descumprimento das obrigações assumidas a licitante estará sujeita às penalidades previstas na Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

12.1 O Órgão Gerenciador desta Ata de Registro de preços será o CISPAP.

12.2 São obrigações do Órgão Gerenciador e do Gerenciador da Ata de Registro de Preços, dentre a prática de todos os atos de controle e administração da ARP, conforme o Decreto nº 7.892/2013 as seguintes obrigações:

a) Gerenciar a presente ata, indicando sempre que solicitado, o nome do detentor da ata, o preço e as especificações dos equipamentos registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação.

b) Observar que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas.

c) Conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação as novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades.

d) Acompanhar a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com aqueles registrados na ata.

e) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas na presente Ata.

f) Consultar o detentor da ata registrada (observando a ordem de classificação) quanto ao interesse em fornecer os equipamentos a outro(s) órgão da Administração Pública que externem a intenção de utilizar a presente Ata.

g) Fiscalizar o bom atendimento das entregas e da qualidade dos produtos, através de Servidor designado para tal.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS REPASSES AO CISPAP

13.1 Caso seja solicitada a adesão da Ata de Registro de Preços por Municípios NÃO INTEGRANTES DO CISPAP, e a empresa Detentora opte pelo atendimento da solicitação, a CONTRATADA deverá repassar ao CISPAP, a título de Gestão da Ata de Registro de Preços, o percentual de 1% (um ponto percentual) sobre o valor da adesão solicitada.

13.2 O prazo para o repasse será de até 05 (cinco) dias úteis após a emissão da Nota Fiscal / Fatura emitida pela Detentora da Ata.

13.3 Caso a empresa não realize o repasse, a Ata será cancelada, e será solicitado ao Município Aderente que retenha o pagamento da Nota Fiscal / Fatura afim de que seja descontado o valor do repasse.



Prefeitura Municipal de Monte Sião

Estância Hidromineral – Capital Nacional da Moda Tricô

Diretoria Administrativa
Portal: www.montesiao.mg.gov.br



13.4 Sabendo-se da natureza do crédito, a destinação dos recursos se dará com atenção à Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

13.5 Os repasses devidos pela Detentora da Ata de Registro de Preços deverão ser realizados em conta específica do CISPARG, sob orientação do Departamento de Contabilidade.

13.6 Das adesões dos Municípios Consortes do CISPARG não serão devidas o percentual de Gestão da Ata de Registro de Preços.

DRA
SOLUCAO
COMERCIAL
EM
EDUCACAO
LTDA:33670
278000125

Assinado de
forma digital por
DRA SOLUCAO
COMERCIAL EM
EDUCACAO
LTDA:33670278000125
Dado:
2022.06.06
11:30:45

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 Reger-se-á a presente Ata de Registro de Preços, no que for omissa, pelas disposições constantes na Lei Federal nº 10.520, de 17.07.2007, no Decreto Federal nº 7.892, de 25.01.2013, na Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006, e, subsidiariamente, da Lei Federal nº 8.666, de 21.06.1993, respectivas atualizações e demais normas pertinentes e pelas condições estabelecidas pelo no Edital do Pregão Presencial nº 09/2021.)

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

15.1 Para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do presente Contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Patos de Minas/MG com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

15.2 Justos e acordados firmam o presente, em quatro vias de igual teor e forma na presença de duas testemunhas, para que produza os efeitos legais.

Monte Sião/MG, três de junho de 2022.

DRA SOLUCAO
COMERCIAL EM
EDUCACAO
LTDA:33670278000125
Assinado de forma digital
por DRA SOLUCAO
COMERCIAL EM EDUCACAO
LTDA:33670278000125
Dados: 2022.06.06 11:30:49
-03'00'

DRA SOLUCAO COMERCIAL
EM EDUCACAO LTDA
BARBARA CRISTHIANNE
AZEVEDO BRITO DE LUCENA
-CONTRATADA-

JOSE POCAI
JUNIOR:
31436692687

Assinado de forma digital por JOSE POCAI JUNIOR
Data: 2022.06.06 11:30:45
Dados: 2022.06.06 11:30:45
-03'00'

PREFEITURA
MUNICIPAL
DE MONTE SIÃO
JOSE POCAI JÚNIOR
-CONTRATANTE-

TESTEMUNHAS:

1 - Gabriel O.R.
RG: 52.879.920-4
CPF/MF: 431.970.828-54

2 - Francisca A. Costanti Manso
RG: 744.719 SSP/MG
CPF/MF: 508.720.106-78



Prefeitura Municipal de Monte Sião

Estância Hidromineral – Capital Nacional da Moda Tricô

Diretoria Administrativa
Portal: www.montesiao.mg.gov.br



EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO

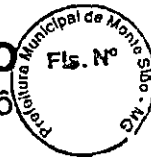
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SIÃO/MG. Extrato CA 140/2022, Adesão da Ata de Registro de Preços nº 029/2022, PRC 090/2022, Adesão do Pregão Presencial Nº 09/2021 do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento do Alto do Paranaíba – CISPAP. Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL. Contratada: DRA SOLUCAO COMERCIAL EM EDUCACAO LTDA. Valor: R\$ 323.000,00. Objeto: Aquisição de caminhão empilhável, em atendimento a Legislação Federal do FNDE, para a Diretoria de Educação e Esportes da Prefeitura Municipal de Monte Sião/MG. Prazo: 23/09/2022. Assinatura: 03/06/2022. JOSÉ POCAI JÚNIOR – Prefeito Municipal.



Prefeitura Municipal de Monte Sião

Estância Hidromineral – Capital Nacional da Moda Tricô

Diretoria Administrativa
Portal: www.montesiao.mg.gov.br



CERTIDÃO

CERTIFICO para os devidos fins, que o extrato do Contrato Administrativo Nº 140/2022, PRC 090/2022, Adesão 029/2022, foi publicado no átrio da Prefeitura Municipal de Monte Sião, em 03 de junho de 2022, em conformidade com o art. 86 da Lei Orgânica Municipal c/c inc. XIII, do art. 6º, da Lei Federal nº 8.666/93.

O referido é verdade e dou fé.

Monte Sião, 03 de junho de 2022.


ANDYARA MARIA CAMPOS SILVA
Assessora de Gabinete